

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES – INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL – CURSO DE
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

IRAPOAN NOGUEIRA FILHO

**INVENTIVIDADE, ATIVIDADE DE TRABALHO E
TRANSTORNOS MENTAIS GRAVES:
UM ENSAIO NO CAMPO DA COGNIÇÃO**

Rio de Janeiro
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

IRAPOAN NOGUEIRA FILHO

**INVENTIVIDADE, ATIVIDADE DE TRABALHO E
TRANSTORNOS MENTAIS GRAVES:
UM ENSAIO NO CAMPO DA COGNIÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, no Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Milton Raimundo Cidreira de Athayde

Rio de Janeiro

2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / Rede Sirius / Biblioteca CEH/A

N 778 Nogueira Filho, Irapoan.
Inventividade, atividade de trabalho e transtornos
mentais graves: um ensaio no campo da cognição /
Irapoan Nogueira Filho. - 2008.
101 f.

Orientador: Milton Raimundo Cidreira de
Athayde.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado
do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia.

1. Saúde Mental - Teses. 2. Cognição - Teses. 3.
Trabalho – aspectos psicossociais – Teses. I.
Athayde, Milton Raimundo Cidreira de. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto
de Psicologia. III. Título.

CDU 159.913

À Eunice Kathleen Waymon, *in memoriam*.

Por fazer sua arte (música), que se tornou um importante — senão o principal — intercessor desta dissertação. Por fazer de sua vida uma obra de arte; abrir territórios; fazer territórios; abandonar territórios. Circular desde a música Erudita (clássica e barroca), passando pelo Jazz até o Soul. Esta obra não seria possível sem a obra Eunice Waymon, e seu trabalho, estético e político.

Eunice, muito obrigado.

Nina Simone

Pianista, Compositora, Arranjadora, Cantora e Alta Sacerdotisa do Soul.
(1933-2003)

AGRADECIMENTOS

05.12.

07.09

To Eric, my good friend and my witness. A Pi, distante grande amiga, pela torcida, pelos ouvidos, pela música e pelo cachecol. A meu Pai, por recomendar-me a leitura, quando tinha seis anos. A Léo, ao Gui, ao Toni — Irmãos mais novos que muitas vezes tomam conta de mim. A Rodrigo, pela crucial ajuda neste processo.

A Ronie, por nossas importantes conversas sobre cartografias do desejo, da universidade, da culinária, do Rio. A Sérgio Rodrigo e à minha Querida Tia Sônia (& família), que me ajudaram a tocar este projeto adiante quando meu pai estava hospitalizado, e em outros momentos decisivos.

A Ronaldo e a Karla: amigos novos, próximos ainda que distantes, por sua valorosa *aide*. Muito obrigado. A François, *ami et traducteur*. E a Guilherme, de amigo de quem só conheço as incríveis habilidades com o Word.

Este trabalho não seria possível sem três importantes amigos: Violeta (*ladies first*), amiga e oráculo. Uma amiga que me ensinou que até oráculos usam conceitos. Diego, amigo, companheiro de incursões musicais, *personal* cozinheiro e irmão. Este Trabalho não seria possível sem ele. E Carlos. Quando o mundo cai, resta o Carlos. Amigo, irmão e porto seguro.

A Ole, a Thereza, e a Frederick, por me ensinarem que sou um jovem e tenho sonhos em mudar o mundo. Aprender isso foi muito importante nesses últimos meses.

A Jose Sanz, amigo e consultor para assuntos culinários.

A Manuel, a Rita, a Ismael, a Nice, a Moisés, a Rejane, e à Celina. A Kátia Aguiar, por sua compreensão profunda, e por seu envolvimento. A Virgínia Kastrup e a Marisa Rocha, pela colaboração e compreensão, e por fazerem a escrita abrir-se com suas considerações. A banca, por sua valiosa colaboração, e compreensão. A Milton, professor, mestre, orientador, interlocutor e amigo, por três anos e meio de bons encontros.

Ao prazer de pensar e de escrever.

“There's no other purpose, so far as I'm concerned, for us except to reflect the times, the situations around us and the things we're able to say through our art, the things that millions of people can't say. I think that's the function of an artist.” (Nina Simone)

Nogueira Filho, Irapoan. **Inventividade, atividade de trabalho e transtornos mentais graves**: um ensaio no campo da cognição. 2007. 102f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — Instituto de Psicologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RESUMO

Esta dissertação consiste em uma investigação acerca do conceito de atividade dirigida, pertencente à Clínica da Atividade e dos Meios de Trabalho, proposta por Y. Clot e D. Faïta, no sentido de verificar a sua pertinência para uma Psicologia da Inventividade. Trata-se da utilização da **categoria de ritornelo** para analisar os pressupostos teóricos do conceito de atividade dirigida, no que tange à cognição. A categoria ritornelo está relacionada a um conjunto de materiais apontados como relevantes para se pensar a questão da invenção: trata-se da Esquizoanálise, proposta por G. Deleuze & F. Guattari. A investigação foi realizada a partir de um caso clínico observado pelo pesquisador, que acompanhou um usuário de um Serviço de Saúde Mental, do município do Rio de Janeiro, Brasil, em seu trabalho como padeiro em uma cooperativa de culinária. Apesar de lidar bem com situações mais **rotineiras**, esse usuário demonstrava ter muita dificuldade em lidar com as variabilidades do meio, com situações que fugiam à sua rotina, apresentando um nível de ansiedade que o impedia de realizar quaisquer tarefas. Criou-se um projeto de atuação clínica que tinha como foco solicitar que ele explicitasse verbalmente o que o afligia, descrevendo todas as situações **ansio gênicas**, buscando, juntamente com esse paciente, **encaminhamentos para tais situações**. Ao final de seis meses, o paciente conseguia lidar com os imprevisíveis pertinentes à atividade, laborativa ou não. Foram realizadas duas análises deste caso clínico. Na primeira, utilizou-se a categoria de ritornelo e na segunda, o conceito de atividade dirigida. Finalmente, a segunda análise foi articulada à primeira, com o objetivo de investigar as possibilidades de sinergia entre uma e outra. Dentre as conclusões, observou-se que a construção de um dispositivo dialógico sobre as dificuldades de lidar com o não-rotineiro — elemento inerente à vida, e à vida no trabalho — pode ser terapeuticamente frutífero na medida em que sua atividade linguageira acerca das dificuldades vividas apresentou-se como objeto de co-análise, alimentando variações no processo de trabalho. Além disso, ritornelo e atividade dirigida articularam-se no nível dos processos de territorialização e desterritorialização propostos por Deleuze & Guattari. A atividade dirigida auxiliou no sentido de ser uma ferramenta relevante para encontrar outros modos de proceder, conectando distantes gêneros, de modo que o mais pleno faça crescer aquele que se encontra precário, atendendo ao 2º e 3º princípios do rizoma postulados por Deleuze & Guattari.

Palavras-chave: inventividade, atividade de trabalho, saúde mental

Nogueira Filho, Irapoan. **Inventivité, l'activité au travail et les maladies mentales graves: un essai dans le champ de la cognition.** 2007. 102p. Dissertation (Maîtrise en Psychologie Sociale) — Instituto de Psicologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RESUME

Cette dissertation consiste en une investigation du concept d'activité dirigée, appartenant à la Clinique de l'Activité et des Milieux de Travail, proposée par Y. Clot et D. Faïta, afin de déterminer sa pertinence pour une Psychologie de l'Inventivité. Il s'agit de l'utilisation de la catégorie de ritournelle pour analyser les présuppositions théoriques du concept d'activité dirigée, en ce qui concerne la cognition. La catégorie ritournelle est rapportée à un ensemble de matériaux importants pour que l'on puisse penser à la question de l'invention: il s'agit de la Schizoanalyse, proposée par G. Deleuze et F. Guattari. L'investigation a été réalisée à partir d'un cas clinique observé par le chercheur, qui a accompagné un usager d'un Centre de la Santé Mentale de la ville de Rio de Janeiro, au Brésil, dans son activité de boulanger dans une coopérative de culinaire. Malgré son bon rapport avec les situations de routine, cet usager démontrait avoir beaucoup de difficultés à se rapporter avec les variabilités de son entourage, avec des situations qui échappaient à sa routine, démontrant un niveau d'anxiété qui l'empêchait d'accomplir toutes ses tâches. On a créé un projet d'action clinique qui avait comme objectif solliciter qu'il explique verbalement ce qui l'affligeait, en décrivant toutes les situations qui lui provoquent de l'anxiété, en cherchant ensemble, chercheur et patient, des solutions possibles pour telles situations. Au bout de six mois, le patient était capable de se rapporter avec les imprévisibles pertinents à l'activité, laborative ou non. Deux analyses de ce cas clinique ont été réalisées. Pour la première, on a utilisé la catégorie ritournelle et pour la deuxième, le concept d'activité dirigée. Finalement, la deuxième analyse a été articulée à la première, avec le but d'investiguer les possibilités de synergie entre l'un et l'autre. Parmi les conclusions, on a observé que la construction d'un dispositif dialogique sur les difficultés de se rapporter avec la non-routine – élément inhérent à la vie, et à la vie du travail – peut être thérapeutiquement productive dans la mesure où son activité langagière concernant les difficultés vécues s'est présentée comme objet de co-analyse, nourrissant des variations dans le processus de travail. En outre, ritournelle et l'activité dirigée se sont articulées au niveau des processus de territorialisation et déterritorialisation proposés par Deleuze & Guattari. L'activité dirigée a auxilié dans le sens d'être un outil important pour trouver d'autres manières de procéder, reliant des types éloignés, de manière que le plus complet fasse grandir celui qui se trouve précaire, en suivant les 2ème et 3ème principes du rhizome postulés par Deleuze et Guattari.

Mots-clés : inventivité, activité du travail, santé mentale.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1- PRIMEIROS ENCAMINHAMENTOS DE UMA PSICOLOGIA DA INVENÇÃO.....	20
1.1- Foucault: a analítica da verdade e a ontologia do presente.....	21
1.2- Latour e o projeto da modernidade.....	22
1.3- O gestaltismo e a epistemologia genética: a busca de leis invariantes.....	24
1.4- Maturana & Varela: a Biologia da Autopoiese.....	25
1.5- A questão da técnica.....	29
1.6- Invenção e saúde; defesa e normalidade.....	35
2- UMA QUESTÃO DE GOSTO: A COOPERATIVA ARTE PALADAR E A TRANSFORMAÇÃO DO PADEIRO.....	39
2.1- A valorização do trabalho e a sociedade burguesa.....	39
2.2- Tosquelles e a escola de liberdade.....	41
2.3- Basaglia e a cooperativa integrada.....	43
2.4- Espaço Aberto ao Tempo.....	45
3- O RITORNELO E O PADEIRO.....	58
3.1- Rizoma e agenciamento.....	58
3.2- O código e o território.....	59
3.3- O ritornelo.....	61
3.4- A Transformação do Padeiro: o ritornelo.....	62
4- A ATIVIDADE DIRIGIDA E O PADEIRO.....	66
4.1- A Psicologia sócio-histórica.....	66
4.2- Bakhtin e a Linguística dialógica: diálogo, gênero e estilo.....	70
4.3- As duas zonas de desenvolvimento potencial.....	71
4.4- A atividade dirigida.....	75
4.5- O exercício da atividade no diálogo entre atividades.....	82
4.6- Inventividade e atividade: um encontro possível.....	85
4.7- Inventividade e trabalho: um encontro imprescindível.....	86
4.8- A transformação do padeiro: a atividade dirigida.....	87
4.9- A transformação do padeiro: a atividade dirigida e o ritornelo.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, pretende-se explorar as possibilidades de contribuição do conceito de *atividade dirigida*, pertinente à Clínica da Atividade e dos Meios de Trabalho (CLOT, 1999), para o desenvolvimento das pesquisas acerca da cognição inventiva (na acepção do termo segundo Kastrup, 1999). Para tanto, faz-se necessário explicitar a proveniência desta pesquisa, o que mobilizará a exposição de uma pesquisa anterior¹.

Este trabalho, antes de ser uma dissertação, é um ensaio, na dupla acepção da palavra: ensaio no plano científico, sem dúvida, mas também ensaio artístico, onde o músico se prepara para expor uma obra completa – sendo, na verdade, o ensaio que cria o artista e a obra. No ensaio, ele subverte as normas (partituras) para constituir um próprio nas condições do palco que lhe são oferecidas. Ensaio, gesto de decodificar a partitura e territorializar o palco. Para promover, assim, a codificação de um novo estilo de execução. Uma nova norma é inscrita, abrindo a anterior em um jeito de “mas se..., então faça...”. Codificação da partitura, desterritorialização do palco. Eis o processo de invenção, apresentado em linhas gerais, esparsas, poucas e rasas. É este o assunto desta dissertação, ou melhor, ensaio.

Cabe destacar, de início, o interesse pela questão da inventividade e pela busca de uma teoria dos modos de inventar. Entendo que a experiência-trabalho (o trabalho como experiência) pode representar um desafio humano propício para investigar tal temática. Assim sendo, agrego um conjunto de materiais teóricos e os coloco em sinergia com um caso clínico para o desenvolvimento do que se poderia denominar uma Psicologia que ouse tratar da questão da invenção. E, neste mesmo movimento, conforme a proposta do Grupo de Pesquisa *Actividade / CNPq*, em que esta dissertação se inclui, poder contribuir tanto para a renovação teórico-metodológico-técnica da própria Psicologia do Trabalho & Organizacional, quanto para a emergência de um modelo de produzir-trabalhar que colabore, de algum modo, para compatibilizar ganhos de produtividade & qualidade com saúde & segurança. Enfim, busca-se fortalecer uma linha de pesquisas no sentido de (re?)colocar o trabalho enquanto espaço (ou *zona*, cf. linguagem de Vigotski, como veremos adiante) de afirmação de vida e sua (re)produção ampliada.

Pretende-se que este tipo de dissertação possa também contribuir para a compreensão da relação entre os processos de trabalho, subjetivação e saúde-doença (mental). Na proposta

¹ Como a que se encontra em NOGUEIRA Fh., 2005.

aqui apresentada, entende-se que é incontornável buscar o entendimento do trabalho na contemporaneidade, marcado por busca incessante de inovações tecnológicas e organizacionais. Inovações estas que implicam em novas formas de re-arranjo por parte dos protagonistas da atividade de trabalho, que se confrontam cotidianamente com os resíduos (não explicitados) do planejamento tecnológico heterônomo. O cotidiano do trabalhador no contemporâneo, integrado ao sistema sócio-técnico do capitalismo avançado, tende a ser, desta forma, ainda mais marcado por demandas de micro-invenções², produzidas por aqueles que são encarregados de tornar possível o projeto mecânico (e mecanicista) do que se tem chamado “tecno-ciência” (CLOT & FERNANDEZ, 1999; KASTRUP, 1999; CANGUILHEM, 2001; GUÉRIN *et alii*, 2001; DEJOURS, 2003; NOGUEIRA Fh., 2005), projeto paradoxalmente equivocado em relação às possibilidades de abertura do contemporâneo, eu diria.

Compete, entretanto, assinalar com Kastrup (1999) que se trata, aqui, de uma busca de uma teoria dos *modos de inventar*, pois não é possível estabelecer uma teoria *da invenção*. Caso fosse, tal teoria poderia ser aplicada sistematicamente, de modo que *tudo* pudesse ser criado, o que iria requerer a existência de formas *a priori* a serem criadas. O que, por sua vez, implicaria em re-cognição³: tal teoria provocaria a resolução de *todos* os problemas, não havendo mais nada a ser criado. Uma teoria da invenção obrigaria, então, a uma re-cognição. Mas deveria ser, obrigatoriamente, também a teoria para a invenção de um novo processo de invenção que fugisse à teoria – o que é logicamente inviável. Assim, recusa-se a proposta de fixação de leis invariantes da cognição, em prol da concepção de uma cognição que não seja uma forma de *representar* o meio, mas de *lidar com* o meio. O que implica conceber um organismo que não se adapta *ao* meio, e sim *com* o meio. Pensando não os estratos sujeito e objeto, mas os processos que criam, ao mesmo tempo, um e outro. Conforme já apontava Canguilhem, “o ser vivo e o meio, considerados separadamente, não são normais, porém é sua relação que os torna normais um para o outro” (2002, p.112).

Da mesma forma que a evolução biológica – e por evolução não se entende simplesmente progresso, mas um processo de transformações sucessivas – a “evolução” psicológica não pode ser determinada, sendo mais bem estudada *a posteriori*. Podem-se formular hipóteses, tarefa a que a futurologia e as artes não cansam de se entregar, as últimas com mais sucessos que a primeira.

2 Ou seja, invenção sim, mesmo que no ínfimo, no “infinitesimal”.

3 Enquanto re-conhecimento, processos de repetição da cognição. Ver capítulo 1.

O interesse por este assunto surgiu de minha prática clínica ainda como estagiário em uma cooperativa de culinária (“Arte Paladar”) situada em um Serviço de Saúde Mental (Espaço Aberto ao Tempo⁴). Minha atuação naquele meio afetou-me especialmente, a ponto de se configurar uma produção acadêmica, na forma de relatórios de estágio e monografias de conclusão de disciplinas e de curso de graduação sobre os temas *tempo* e *coletivo* (mas ainda sem abordá-los em conjunto), percebendo-os como atravessamentos a incidir sobre a cognição⁵. Isso me levou ao estudo da invenção do modo como encaminhado, por exemplo, por Kastrup (1999). Venho me aproximando também dos esforços no sentido de promover uma prática teórica e clínica que consista em não tomar *a* subjetividade como algo já dado, mas sim em sua processualidade, como processos de subjetivação (CAPONI, 1997; CANGUILHEM, 2001, 2002; DELEUZE & GUATTARI, 1995a, 1995b, 1997).

Dentro dessa proposta, encontramos em Kastrup (*idem*), entre outros autores, uma cognição que provoca adaptações globais frente a questões específicas. Utilizando-se de Canguilhem (entre outras fontes), ela propõe que estas adaptações seriam *com* o meio, através de uma inventividade que gera, em um mesmo movimento, sujeito cognoscente e objeto cognoscível. Para estudar essa inventividade, diz a autora, seria necessário uma Psicologia que não naturalizasse o enquadre sujeito-objeto e levasse em conta as questões do tempo e do coletivo. Ampliando a “garimpagem” no patrimônio da Psicologia, abrindo um diálogo com a Clínica da Atividade, embora não seja a ferramenta destacada na *caixa de ferramentas* de Kastrup⁶, assinalo que a chamada “Psicologia Sócio-histórica”, proposta por Vigotski (1998), considera as questões do tempo e do coletivo. Nesse caso, que pistas essa abordagem pode agregar – se é que pode – ao campo de estudos que trata da inventividade?

Retomando os materiais emergentes do meu período de estágio supervisionado no supracitado Serviço de Saúde Mental, percebi que as (im)possibilidades de convívio social dos usuários não eram homogêneas, nem estavam em relação diretamente proporcional à gravidade dos diagnósticos. Algumas das pessoas atendidas pelo Serviço, tidas como “portadoras de graves transtornos psíquicos”, pareciam ter um bom convívio com seu meio. Paradoxalmente, outras — que a princípio não teriam graves transtornos — não pareciam ter esse bom convívio. Pelo que consegui compreender, alguns desses usuários começaram a sofrer a partir de determinadas condições ou situações específicas (“estresse” no trabalho, assalto, estada prolongada no exterior, etc.). Outros, aparentemente, não estiveram sob

4 Hospital-Dia que faz parte do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

5 Na acepção já indicada, crítica da acepção presente no Cognitivismo.

6 Assinalo, entretanto, uma dissertação sobre Vigotski orientada por Kastrup: Sancovski, 2005.

condições específicas adversas, entretanto uma queixa de sofrimento psíquico patológico os acompanhava em todas as áreas de suas existências. Havia ainda aqueles a quem esse tipo de sofrimento só os acometia em situações bem específicas.

Esse quadro gerou para mim indagações: como esses “desajustes” sujeito-meio acontecem? Considerando os usuários do tipo de serviço de Saúde Mental em que fiz estágio, eles são “incapazes” ou tornaram-se “incapacitados” (instituídos/cronificados)? Em que medida pode-se alterar esse quadro, “capacitando” o *meio* (no sentido conferido por CANGUILHEM, 2002), ou os indivíduos, ou ambos, de modo a tornar possível estabelecer-se uma *zona* que possibilite a promoção de “desenvolvimento” (no sentido proposto em VIGOTSKI, *idem*) da saúde e da vida?

Afetado por essas observações, propus-me a investigar a abordagem sócio-histórica em Psicologia, e o fiz através do exame da proposta de Yves Clot sobre um meio de trabalho que produza desenvolvimentos dos coletivos de trabalhadores que ali operam (CLOT, 2000). Essa proposta foi escolhida devido a suas bases teóricas: no supracitado artigo, por exemplo, Clot articula a proposta sócio-histórica ao pensamento de Georges Canguilhem, incorporando-o às questões do trabalho (o próprio Canguilhem já tivera como objeto de atenção o trabalho em 1947, texto publicado no Brasil em 2001). Canguilhem, no artigo examinado por Clot, apresenta um pensamento sobre o trabalho enquanto “(...) forma que toma para o homem o esforço universal de solução do conflito [entre mecanismo e valor]” (CANGUILHEM, 2001, p.121). Daí, tendo em vista que:

— Os trabalhos de Canguilhem foram apontados por Kastrup (1999) como uma possível ferramenta para a aproximação da Psicologia a um estudo da invenção enquanto inerente à cognição;

— A proposta sócio-histórica da Psicologia, no encaminhamento de Clot, considera as questões do tempo e do coletivo, apontadas por Kastrup como necessárias a um estudo da invenção.

Pode-se observar, então, nesse movimento de Clot articulando essas duas propostas (de Canguilhem e de Vigotski), uma possibilidade de aproximação da Psicologia (do Trabalho & Organizacional) a um estudo da Inventividade, por meio do que Clot & Faïta denominam uma *Clínica da Atividade e dos Meios de Trabalho* (ou *Clínica da Atividade*). Dessa forma, preferiu-se estudar a proposta vigotskiana a partir da proposição de Clot, em sinergia com a canguilhemiana e as de outros autores pertinentes, na perspectiva de um meio de trabalho que viabilize a busca de produtividade & qualidade em consonância com o desenvolvimento da saúde & segurança daqueles que operam esse trabalho.

No caso do campo empírico que serviu como disparador dessas preocupações, é sabido que com o advento da Psiquiatria instituiu-se um campo paradoxal, pois, por um lado, o chamado “louco”⁷ é incapaz de trabalhar. Por outro, já com Pinel, o trabalho é proposto/imposto na forma de “tratamento moral”. Essa concepção, tomada por verdade, precisa ser questionada para que essas pessoas possam viver – e bem – em sociedade (BASAGLIA, 1985). Assim, minha monografia de conclusão da graduação se propôs pensar esta questão a partir de algo que se cristalizou como “impossível”: a atividade de trabalho de pessoas “portadoras de graves transtornos psíquicos”. Pensar de que maneira o trabalho de/com os “loucos” pode servir como “reserva de alternativas” (Schwartz, 2000) para um meio e formas de organização do trabalho que respeitem o ser humano. Ou seja, pensar-agir com a ousadia presente na perspectiva ergonômica originária: *adaptar o trabalho aos humanos*, e não o contrário, como continua predominante.

Segundo relatos de usuários e técnicos do Serviço de Saúde Mental aqui considerado, *todos* os pacientes que participam da Cooperativa de culinária que escolhi como campo de pesquisa experimentavam aumento das possibilidades de existir no mundo, novas (e melhores, menos sofridas) maneiras de lidar com o mundo. Durante o período de estágio, percebi que, nessa Cooperativa, apesar de todos os participantes (que não sejam técnicos do serviço) serem remunerados por seu trabalho, nem todos estavam ali por questões só financeiras. Alguns possuíam outra atividade remunerada, havendo inclusive aqueles que não tinham nenhuma necessidade daquela remuneração. Durante os trabalhos – seja na confecção e entrega de bufê, em eventos especiais, ou durante as preparações para a promoção de vendas em um ambiente externo ao Espaço Aberto ao Tempo (EAT)⁸ – notava-se claramente um maior entusiasmo dos participantes, atraindo inclusive alguns técnicos e clientes que dela não faziam parte. Ora, exatamente momentos em que se faz necessária a opinião, a conversa, a discussão de todos os membros da equipe. Nessas ocasiões, decide-se sobre o que fazer, quanto fazer de cada, como levar, o que mais levar etc. (NOGUEIRA Fh., 2005). Fui investigar estes processos de transformação do humano pela atividade, no sentido da produção de vida. Uma vez na Oficina, surpreendi-me operando enquanto agente desses mesmos processos.

Percebeu-se, ao final da pesquisa, que uma Psicologia da Inventividade volta-se para a cognição enquanto prática, enquanto atividade, transformação de si e do mundo, e não mera representação, posto que a representação implica em *re*-conhecimento, em repetição do mesmo. A regularidade das formas cognitivas deixa de ser um *a priori* e deve, então, ser

7 Aqui, no uso do termo pelo senso comum.

8 A partir daqui, para efeito de economia do texto, usarei a sigla EAT para designar o Serviço de nome Espaço Aberto ao Tempo.

explicada. O trabalho apareceu como um sítio interessante para investigar a inventividade, posto que o trabalhar requer uma constante reorganização da cognição, no encontro com o inesperado. Ao voltar-se para a cognição enquanto *prática* cognitiva, é possível pesquisar a construção de novas regularidades, e assim a atividade aparece enquanto possível objeto de um estudo da invenção.

Quanto à cooperativa de culinária observada, no que se refere à possibilidade de constituir um trabalho que construa saúde para os sujeitos, concluiu-se:

(i) Se modificações no meio podem promover modificações no sujeito, uma vez sendo constituído por diversos vetores de construção de subjetividade, e

(ii) Se a doença só pode ser pensada a partir do meio,

Então, uma intervenção realizada no meio pode ter por efeito a produção de saúde (mental), de reabertura daquilo que era doença, em favor da vida.

Percebeu-se também que a proposta elaborada por Yves Clot deve ser pensada não como um conjunto de espaços, ferramentas e insumos – enfim, de coisas, de formas. Deve ser pensado, além da tarefa e da atividade de trabalho, a organização do trabalho e os processos de subjetivação, que promovem diferenciações para cumprir a tarefa (gênero e estilo, conceitos presentes na abordagem sócio-histórica, e dialógica, da linguagem de Bakhtin⁹). Uma concepção que pense um processo que gere todos estes quatro elementos (instrumentos, ingredientes, sujeitos, produtos), pondo-os em relação. Ratificou-se, também, a coletivização das normas de trabalho como necessária para pensar a atividade enquanto estruturante do humano (inclusive quanto ao psíquico), já proposta por Canguilhem (2001). Essa intervenção deve levar em consideração o vetor tempo – para que possa apreender uma processualidade, e e não estados de coisas.

Cabe, portanto, averiguar se as possibilidades de contribuição da Clínica da Atividade para um encaminhamento do problema de cognição de modo a contemplar, ao nível de seus pressupostos e de seus métodos, a potência da cognição em diferir-se de si mesma, isto é, a inventividade. Essa reflexão teórico-metodológica faz-se necessária para dar continuidade ao trabalho de pesquisas ao qual me proponho desde a monografia.

O conceito de *atividade de trabalho* foi inicialmente estudado pela nascente Ergonomia da Atividade, diferenciando tarefa e atividade. A tarefa seria aquilo que se deseja obter, ou o que se deve fazer. A atividade seria o que é feito para chegar o mais próximo possível da tarefa ou para dar conta do trabalho. Em debate sinérgico com outras abordagens

⁹ Ver Faíta, 1997.

– conforme propõe a Ergologia (Schwartz, 2007), neste caso específico incorporando a Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho, assim como a Clínica da Atividade – percebeu-se que entre o prescrito (tarefa) e o que é objetivamente realizado (anteriormente denominado atividade), lidamos com o real do trabalho. No olhar da Psicodinâmica do Trabalho, *o real do trabalho* é tudo aquilo que escapa à simbolização, o que escapa ao aparato e domínio técnico, gerando sempre alguma sorte de revés na execução da tarefa. Enfim, algo da ordem do imprevisto e/ou do não-simbolizável. Conforme Dejours (1993), trabalho é, portanto, uma atividade coordenada pelos trabalhadores para enfrentar aquilo que, em uma tarefa socialmente útil, não pode ser obtido estritamente pela execução da organização prescrita. O trabalho, completa Dejours (2003), está atrelado a um enquadramento social – o que converge, justamente, naquilo que, em Canguilhem (para quem o trabalho é a forma que toma para o homem o esforço universal de solução do conflito entre mecanismo e valor, conflito este gerado pelo vital, que é o homem ele mesmo), consiste o valor (CANGUILHEM, 2001). A atividade de trabalho aparece, assim, enquanto um dos tipos de movimento do humano de construção de novas regularidades em si e no mundo.

Nessa mesma direção de expansão do conceito de atividade de trabalho, mas considerando o *real da atividade*, para os autores da Clínica da Atividade (CLOT, 1999b) a atividade não é somente aquilo que se faz, ela comporta tensões, ela tem um volume que uma concepção comportamental não comporta. Trata-se também daquilo que não se faz, ou que não se pode fazer, aquilo que se tenta fazer sem conseguir, o que se desejaria ou poderia fazer, aquilo não se faz mais, aquilo que se pensa ou sonha poder fazer em outro momento, enfim, também aquilo que se faz para não fazer o que tem que ser feito, além daquilo que se faz sem desejar fazer.

Articulando essa percepção do conceito de atividade aos conceitos de gênero e estilo, pode-se tornar mais evidente o fato de que o referido hiato não é, na verdade, entre a prescrição e a atividade de trabalho, e sim entre a organização do trabalho e o próprio trabalhador. Agregando o conceito de gênero presente em Bakhtin (FAÏTA, 1997) e considerando a existência de gêneros de ofício, pode-se então melhor compreender o trabalho de re-criação da organização do trabalho levada a cabo pelo coletivo para torná-lo possível, estilizando-o (estilo, outro conceito utilizado por Bakhtin).

O conceito de gênero do ofício permite compreender o trabalho de re-criação da organização do trabalho, levada a cabo pelo coletivo para torná-lo possível, estilizando. Dá-se maior visibilidade, dessa maneira, ao processo de invenção de si (e do mundo) que é imanente à atividade de trabalho. Uma vez que essa definição apreende também os fracassos, aproxima-

se mais de um movimento no sentido de questionar as regularidades mesmas das formas cognitivas.

Nesta dissertação, pretende-se ter averiguado as possibilidades de contribuição do conceito de *atividade dirigida* (pertinente à Clínica da Atividade, cf. CLOT, 1999), para as pesquisas acerca da cognição inventiva (na acepção do termo segundo Kastrup, 1999).

Apresenta-se nesta dissertação uma pesquisa teórico-conceitual, combinada com a análise de um caso clínico já anteriormente encaminhado. Destaca-se uma pesquisa bibliográfica, compreendendo um duplo esforço: primeiro, o de contextualização de um patrimônio de saber acadêmico-científico, já constituído, utilizado como instrumento de análise. Assim, em um primeiro movimento, busca-se apresentar o conceito de invenção. O segundo esforço foi o de coleta e análise de materiais bibliográficos acerca do conceito escolhido enquanto objeto de análise. Não se pretendeu, nesta pesquisa, exaurir o tema da inventividade no campo do conhecimento humano. A busca concentrou-se na averiguação da possibilidade de inclusão de novas vozes no rol daqueles possíveis interlocutores para o diálogo sobre o tema escolhido, a *inventividade*. Procura-se não reduzi-los aos já conhecidos, mas escolher, a partir dos já conhecidos, novos intercessores (no sentido proposto por Deleuze, 1990), ressonâncias para a re-invenção da postura de investigação psicológica até então adotada.

O método da presente pesquisa se desdobrou em dois âmbitos. O primeiro, coube realizar uma pesquisa bibliográfica (levantamento – envolvendo buscas em bibliotecas, inclusive virtuais e fichamentos – e análise desses materiais). Isso foi feito problematizando a cognição inventiva no sentido de focalizar a inventividade enquanto inerente à cognição, e não uma habilidade específica em particular.

O mesmo foi realizado com o conceito de atividade dirigida, focalizando os materiais presentes na Clínica da Atividade. Essa busca restringiu a fontes de origem francófona, compreendidos entre os anos de 1983 e 2005 (período de emergência da Clínica da Atividade), em língua francesa ou em língua portuguesa. Sempre que possível buscou-se operar com fontes primárias, procurando zelar pela acuidade de análise.

Após, realizou-se uma leitura de primeira mão a fim de verificar a pertinência, para a pesquisa, de cada um dos artigos encontrados. Aqueles considerados pertinentes foram submetidos ao fichamento, adotando a sugestão de Furlan (1991) sobre a elaboração do que ela chama de “*esquema de idéias do autor*” (*idem*, p.122; grifos do autor). Esse “*esquema de idéias*” compreende um roteiro descrito em cinco passos, que devem consistir em um resumo:

— assunto tratado;

- problema central levantado pelo texto;
- posição assumida pelo autor, diante do problema;
- argumentos apresentados;
- argumentos secundários.

Encerrada esta fase, os textos foram divididos em 2 seções, a seguir:

- textos-objeto: nesse grupo foram reunidos os textos relativos à Clínica da Atividade;
- textos-ferramenta: são aqueles utilizados para a obtenção de ferramentas de análise.

Na análise dos textos-objeto aconteceu, atentou-se para a construção do conceito de atividade dirigida, bem como para a concepção de cognição presente nestes textos. Utilizou-se, para tanto, os conceitos já elaborados em trabalhos anteriores, que nortearam a busca de materiais para compor o aparato conceitual, por meio da investigação do grupo de textos-ferramenta.

Assim, esta pesquisa fez uso de materiais presentes em Kastrup (1995; 1999): um conjunto de autores, dentre os quais Foucault e Latour, mobilizados por Kastrup (1999) para analisar a influência de um projeto de purificação crítica da modernidade na concepção de cognição formulada pelo Cognitivismo. Ela demonstra como a Epistemologia Genética, a Psicologia da Gestalt e o cognitivismo computacional reduziram a cognição inventiva à cognição inventada. Por fim, a autora aponta como necessária a introdução dos fatores tempo e coletivo no campo de estudos da inventividade. Outros autores por ela utilizados fazem parte também do referencial teórico desta dissertação. Por exemplo, a questão da produção de subjetividade foi explorada a partir de Deleuze e Guattari (DELEUZE & GUATTARI, 1995; DELEUZE, 1990).

O conceito de *rizoma*, desenvolvido em Mil platôs (DELEUZE & GUATTARI, 1995), faz desmanchar a separação sujeito-objeto, que, segundo a autora, se constituiu na modernidade. Eles pensam o enquadre sujeito-objeto com base nos processos que dão forma, ao mesmo tempo, a um e a outro.

A noção de *rede autopoietica*, encaminhada por Maturana & Varela (*apud* KASTRUP, 1995) para entender o vivo, também foi utilizada. Esses autores pensaram a invenção como processo central da vida, entendendo-a como processo no qual vivente e meio são fabricados. E o vivo é pensado como sistema que se distingue enquanto produtor de si. A *biologia do amar*, de Maturana, também tem uma importância fundamental nesta

investigação. Ele (re)coloca no social a construção da linguagem e da ferramenta (MATURANA & VERDEN-ZÖLLER, 1993).

Também foi mobilizada a contribuição de Canguilhem, que, no livro *O normal e o patológico* (2002), constrói discurso semelhante, com o conceito de normatividade.

Canguilhem nos dá a indicação de que os entraves da invenção não estão situados na potência de criar regras, mas no nível dos produtos da normatividade fundamental do vivo. Produtos esses que retroagem, inevitavelmente, sobre essa mesma normatividade potencial (KASTRUP, 1999, p.160).

Esses guias foram novamente mobilizados para pensar o organismo autopoietico e seus limites.

Pensar o domínio cognitivo como o domínio de interações do vivo (conforme VARELA *apud* KASTRUP, 1999) implica um pensamento que se volte para o estudo da atividade humana — em que a atividade psíquica eminentemente se torna. Essa discussão leva a um redimensionamento nos estudos da cognição, redimensionamento este que encaminha a uma pesquisa da atividade. Buscou-se explorar a *performance* não como repetição mecânica, mas implicando um agenciamento com fluxos de diversas ordens, produção de subjetividade.

Nesse movimento, tentou-se a articulação de um pensamento que reorienta a investigação psicológica no sentido de contemplar o problema da cognição inventiva, em sinergia com os encaminhamentos de Kastrup.

Assim, assumindo que todo conhecimento científico é relativo (KASTRUP, 1995), esta dissertação se apresenta em quatro capítulos. Os primeiros visam tornar compreensível o lugar (teórico e empírico) de discurso onde o autor se situa. Os dois últimos exploram esses referenciais teóricos e mobilizam eventualmente outros, ao colocar em análise um caso clínico (utilizando, cada um dos dois capítulos, um diferente conceito). Procurou-se não limitar-se à descrição das situações observadas como estados de coisas, mas também detectando os movimentos e transformações que nelas tiveram lugar. Em outras palavras, buscou-se apreender a situação em sua processualidade. Como, por exemplo, proposto por Deleuze & Guattari (1997).

O primeiro capítulo – *Primeiros encaminhamentos de uma Psicologia da Invenção* – apresenta brevemente a proposta de uma Psicologia da Invenção presente no trabalho de Kastrup (1995, 1999, 2000). Buscou-se pensar o domínio cognitivo como o domínio de interações do vivo (conforme VARELA, 1989 *apud* KASTRUP, 1999) implica um pensamento que se volte para o estudo da atividade humana – de que a atividade psíquica eminentemente se torna parte. A estrutura do organismo condiciona as ações, é certo, porém

não as determina, posto que a própria estrutura é permeável a múltiplas perturbações, cujos efeitos são inantecipáveis. Ocorrendo, assim, uma contínua redefinição do que importa fazer:

Pelo fato de a causalidade ser uma relação necessária, ela é estranha à verdadeira criação, que é criação do novo e imprevisível. Quando dizemos que a estrutura condiciona, mas não determina, queremos afirmar que o efeito emerge dela, mas não pode ser previsto (KASTRUP, 1999, p.129).

Dessa maneira, faz-se necessário voltar-se para a observação do homem em atividade. Busca-se, com isso, explorar a *performance*, não como repetição mecânica, mas implicando um agenciamento com fluxos de diversas ordens, produção de subjetividade.

O segundo capítulo – *Uma questão de gosto: a oficina de culinária na clínica do Espaço Aberto ao Tempo* – procura resgatar alguns dos mais felizes encontros desta díade (loucura-trabalho), notadamente aqueles promovidos por Tosquelles (uso da ergoterapia simoniana, a seu jeito) e Basaglia (cooperativa). Esse capítulo tem por missão, também, contextualizar e apresentar o campo estudado. Ele dirige-se ao empírico para, após uma brevíssima explanação sobre as relações trabalho-terapia, realizar uma observação das atividades desenvolvidas na oficina de culinária Arte Paladar, do Espaço Aberto ao Tempo. Esse capítulo também apresenta o caso clínico que serviu enquanto objeto de análise desde os trabalhos anteriores (NOGUEIRA Fh, 2005).

O terceiro capítulo – *O ritornelo e o Padeiro* – apresenta o conceito de ritornelo, bem como aqueles que lhe são acessórios em sua construção. A seguir, retoma a análise de pesquisa anterior (*idem*), para apresentá-la e aprofundá-la. Os estudos sobre produção de subjetividade de Deleuze & Guattari indicam um devir da ciência psicológica no sentido de construir um estudo da inventividade (KASTRUP, 1999).

O quarto capítulo, *A atividade dirigida e o Padeiro*, tem por objetivo analisar o conceito de atividade dirigida. O que se busca, nesse capítulo, é a articulação de um pensamento que reorienta a investigação psicológica no sentido de contemplar o problema da cognição inventiva, em continuação aos trabalhos de Kastrup. É devido ressaltar, neste ponto, que a inventividade aqui estudada é, conforme Kastrup (*idem*, p. 55),

(...) uma inventividade intrínseca à cognição e a todas as suas funções específicas. A invenção é, então, a potência que a cognição tem de diferir de si mesma, de transpor seus próprios limites. Conforme já foi adiantado, trata-se de imprimir tempo à cognição, na dupla forma de cognição inventiva e cognição inventada.

Pretende-se ainda, nesse capítulo, apresentar um balanço entre o que temos no plano da teoria e o que exige o campo empírico, colocando em análise um caso clínico, procurando estabelecer encaminhamentos para novas pesquisas.

Ao final da dissertação, são apresentadas, a título de conclusão, as considerações que ficam desta pesquisa, incluindo ainda o que ela abre de possibilidades para a comunidade científica interessada no assunto. Ao final da pesquisa, concluiu-se que o diálogo entre os pares é necessário para o desenvolvimento da atividade, seja devido ao fato de a atividade de cada um estar sempre (mal ou bem) em diálogo com a atividade do outro, seja porque o diálogo coloca em conexão diferentes histórias no exercício de um trabalho.

CAPÍTULO I

PRIMEIROS ENCAMINHAMENTOS DE UMA PSICOLOGIA DA INVENÇÃO

A invenção de si e do mundo, livro de Virgínia Kastrup¹⁰, baseia-se em duas afirmações. A primeira é a de que um exame da história da Psicologia conduz à constatação da inexistência de uma Psicologia da invenção nos estudos da cognição. A segunda afirmação é a de que existe uma necessidade de explorar as condições de sua formulação. Para sustentar a primeira afirmação, da qual depende a segunda, a autora distingue *inventividade* e *criatividade*. Pretende-se, agora, a apresentação do que se trata.

Inauguraram-se, em 1959, estudos sobre criatividade desenvolvidos pela vertente técnica, psicométrica, da Psicologia. Esses estudos voltavam-se para a maximização do desempenho em empresas e escolas. Kastrup descreve a concepção de criatividade desse movimento, que ela aponta ter sido iniciado por J.P. Guilford, divergindo da idéia de “gênio”, formulada por Galton:

Ela [a criatividade] é entendida como uma capacidade ou função de criação, distribuída, até certo ponto, por todos os humanos. Não é um talento raro e excepcional, é uma capacidade comum a todos os indivíduos (KASTRUP, 1999, p.15).

É concebida como uma habilidade, um desempenho, “É entendida como estando a serviço da solução de problemas, e portanto da inteligência, atuando aí apenas como um fator de divergência em relação às soluções habituais” (*idem*, p.16).

A seu ver, a criatividade assim definida mistura duas tendências que diferem em natureza, revelando-se, portanto, um misto mal formulado. Por um lado, função de criação, por outro, solução de problemas. Dessa forma, esses estudos não chegaram a apreender a natureza imprevisível da criação, uma vez que os estudos de resolução de problemas são, inevitavelmente, resolução dos problemas da sociedade. Utilizando Bergson, ela define a função de criação como, em última análise, criação de problemas. E passa a utilizar o conceito de *inventividade* para diferenciar-se do conceito de criatividade.

¹⁰ 1999, livro oriundo de sua Tese de Doutorado em Psicologia Clínica na PUC-SP.

Mas não é sobre a vertente técnica, e sim do domínio dos grandes sistemas psicológicos, que trata este livro. Ela demonstra que são os pressupostos filosóficos e epistemológicos da Psicologia Cognitiva os responsáveis por uma não-colocação do problema da invenção no domínio dos estudos da cognição. Para tanto, situa as investigações desse ramo da Psicologia no contexto da constituição da modernidade. Ela utiliza Michel Foucault e Bruno Latour ao fazê-lo, propondo que eles apresentam uma concepção de modernidade enquanto fenômeno complexo.

O adjetivo “complexo” por ela utilizado é referenciado em Ilya Prigogine (KASTRUP, 1999), que define por complexo todo sistema que tenha um comportamento irreduzível a um pequeno número de leis simples – a pretensão da chamada ciência moderna. A criação ocorre em regiões do sistema onde o comportamento torna-se instável e pode evoluir para vários regimes de funcionamento estáveis, sem ser possível prever seu comportamento futuro. As análises de Foucault e Latour são utilizadas para entender a separação operada pela Psicologia entre cognição e invenção, o que teve como consequência a abordagem exclusiva da primeira, em detrimento da segunda.

1.1- Foucault: a analítica da verdade e a ontologia do presente

O interessante da análise de Foucault (KASTRUP, 1999) para a autora é a revelação de duas tendências presentes no pensamento kantiano: a *analítica da verdade*, que se concentra na questão das condições nas quais um conhecimento verdadeiro é possível; e a *ontologia do presente*, que consiste em uma ontologia do tempo.

Na analítica da verdade, o conhecimento verdadeiro é tido por conhecimento científico. Além de pautado sobre a observação, o conhecimento deve se articular numa teoria que combine os fenômenos observados e busque o conhecimento de suas relações, a serem expressas por meio de leis científicas.

Kastrup propõe que a Psicologia Cognitiva encontra-se situada na tradição da analítica da verdade, e em dois sentidos. Primeiro, porque se constitui com base nesse discurso da ciência e dos erros cognitivos residuais que são revelados por esse discurso. Dessa forma, a demarcação de seu campo problemático se dá por intermédio de um critério científico – aqui, distinção entre verdade e erro¹¹. Segundo, porque essa psicologia busca as condições invariantes da cognição sob a forma de leis científicas – o que implica investigar a cognição

¹¹ Ver, a este respeito, a interessante análise de Canguilhem em “O que é a psicologia?” (1972), texto utilizado por Kastrup (1999).

naquilo que ela tem de repetição, de necessidade. Não só a demarcação do campo problemático, mas a forma de colocar o problema – e, conseqüentemente, sua estratégia de investigação – excluem a temática da invenção.

Isso devido ao fato de que a formulação do problema da invenção não pode ser realizada em termos de condições invariantes, mas antes em conformidade com a ontologia do presente, que permita colocar a invenção dentro de um fluxo temporal e inventivo, de modo a assegurar o ultrapassamento dos limites em que opera. É aí que a autora introduz as idéias de Henri Bergson, que recusa o pressuposto filosófico de que conhecer é representar, ao evocar o conceito de *intuição*, que consiste na apreensão da *duração*.

Bergson introduz a duração no âmbito do ser, identificando ser e duração. Sobre a questão, Kastrup afirma que “a inventividade do ser exige sua apreensão por métodos de pensamento, eles próprios inventivos. Caso contrário, teríamos de reconhecer a impotência do conhecimento para dar conta da realidade” (1999, p.38). Além disso, é imbricado nessa ontologia criacionista que a própria cognição é inventiva. Se não o fosse, a própria ontologia estaria comprometida, pois existiria uma dimensão da realidade que lhe escaparia.

1.2- Latour e o projeto da modernidade

Bruno Latour (KASTRUP, 1999) utiliza o termo modernidade para designar dois conjuntos: as práticas de purificação e as práticas de mediação. As práticas de purificação consistem em estabelecer uma separação entre supostas formas puras – como o homem e as coisas, sujeito cognoscente e objeto cognoscível, entre outras. Ainda consistem em outra separação: os seres permeáveis à redução a formas puras, e os que resistem à purificação crítica – aos quais denomina *híbridos*.

A utilização de categorias epistemológicas organizadas em oposições, dicotomias, neste caso, em vez de encontrar seu fundamento em regiões ontológicas distintas e eternas, tem por efeito a criação desta própria ontologia. A modernidade, ao inventar seu *a priori*, inventou a si mesma e aquilo que lhe escapa. É assim que Latour problematiza a modernidade e propõe investigar a questão do conhecimento não pelas extremidades sujeito e objeto, mas pelo “meio”. O meio aparece aqui como o suporte explicativo das extremidades, que seriam tão somente resultantes da estabilização de processos de mediação. São diferentes dos intermediários, que são frutos das práticas de purificação, limitando-se a transportar o que se encontra nos extremos, garantindo que as extremidades – pré-existentes – entrem em relação.

Os mediadores, por sua vez, são “dotados da capacidade de traduzir aquilo que transportam, de redefini-lo, desdobrá-lo e também traí-lo” (LATOUR *apud* KASTRUP, 1999, p.43).

Para explicitar as práticas de mediação, Latour utiliza o conceito de *rede*, que Kastrup define da seguinte maneira:

(...) é uma espécie de sistema acentrado e que põe em conexão elementos da natureza e da sociedade, intelectuais e políticos, materiais e institucionais. Articulando Foucault e Latour, é justo caracterizar a rede como a figura empírica da ontologia do presente (*idem*, p.44).

A autora aponta, então, duas questões, utilizando-se de Latour: a primeira refere-se à consideração da cognição como prática, processo de conhecer marcado por invenção e produção, tanto do sujeito como do objeto do conhecimento. A segunda remete à cognição como híbrido, forma resultante dos processos de mediação. Cognição inventiva e cognição inventada. A Psicologia Cognitiva, ao concentrar-se na busca das condições da cognição, suas leis invariantes, cria seu próprio limite. Tudo aquilo que escapa às leis invariantes se torna um resto no projeto científico da Psicologia Cognitiva.

Em resumo, estes autores oferecem base para perceber o objetivo de subsumir a realidade cognitiva em um pequeno número de princípios ou leis gerais – o sistema – como um ideal da ciência moderna. Ideal este que pressupõe um recorte do objeto que permita a identificação de todas as variáveis necessárias para seu estudo. Tal gesto abstrai da cognição todas as conexões que poderiam responder por transformações em seu interior, excluindo o tempo enquanto agente transformador. Reduz-se a cognição ao já conhecido. A categoria epistemológica de sistema é aliada à concepção ontológica de uma cognição idêntica a si, fechada aos imprevisíveis efeitos do tempo. A invenção é destituída de seu principal atributo, que é a produção do novo. É isso o que a autora busca demonstrar sobre o Gestaltismo e a Epistemologia Genética:

Atrelados ao modelo da forma e do equilíbrio, conceberam uma cognição totalizada, cujo caminho segue uma direção única. Todos os processos cognitivos convergem numa mesma direção, trabalhando para a estabilidade e o reconhecimento das formas. Como o gestaltismo e a epistemologia genética trabalham com princípios, ao mesmo tempo, universais e totalizantes – leis da forma, para o primeiro; auto-regulação, para o segundo –, não apresentaram, em seus quadros teóricos, elementos conceituais para pensar a invenção. Quando o fizeram, o estudo ficou restrito à invenção de solução de problemas e a invenções necessárias (*idem*, p.199).

1.3- O gestaltismo e a epistemologia genética: a busca de leis invariantes

O Gestaltismo apontou que a aprendizagem implica tensão com a história passada e uma mudança em relação ao senso comum. Contudo, viu na aprendizagem somente um retorno a esse senso comum, na forma de novas regras para a resolução de problemas. A invenção não surge enquanto invenção de problemas, mas apenas invenção de soluções diante de problemas pré-definidos. É invenção por meio de leis gerais, necessária, da ordem da repetição. O campo problemático – as leis invariantes da cognição – orienta o problema e as condições de sua resolução. O tratamento experimental implica o trabalho com variáveis objetivas e representáveis, recortadas no processo de constituição do campo problemático. Havendo sujeito e objeto *a priori*, o pressuposto de que conhecer é representar atravessa o discurso científico do gestaltismo, bem como a cognição enquanto objeto desse discurso.

A epistemologia genética, apesar de introduzir o tempo na cognição, elimina o tempo inventivo. O desenvolvimento é apresentado como previsível em seus resultados: as estruturas são invariantes, ainda que invariantes temporais. O progresso é pensado como “o fechamento progressivo das estruturas lógicas, pelo qual o equilíbrio majorante traduz-se num logicismo majorante” (KASTRUP, *op. cit.*, p.96). A eliminação dos riscos causados pelos elementos perturbadores e não-antecipáveis é indicador de desenvolvimento do sistema cognitivo. Eliminando-se, conseqüentemente, toda invenção não-necessária. A cognição mais evoluída seria aquela que menos pode divergir de si mesma. Mesmo objetando-se que o trabalho de Piaget situa-se sobre a Lógica, deve-se considerar que “tal recorte deixa sombra, obscurece, e mesmo falseia o problema da cognição” (KASTRUP, *op. cit.*, p.97).

A autora encontra em Bergson alguns encaminhamentos para a questão do estudo de uma cognição inventiva, ao questionar o primado do cognitivo sobre o afetivo que é estabelecido pelo cognitivismo. Em Bergson, a invenção não é um fenômeno estritamente cognitivo. Por meio do conceito de *afecção*, ele cria encaminhamentos para aquilo que atinge a cognição desde fora e, sem ser reconhecido, é absorvido e gera efeitos de invenção. Direciona, assim, o estudo da invenção para aquilo que não seja um já-dado, estruturado, mas sim da ordem do rizoma, de processual. Além disso, a invenção se torna experimentação quando da fase de elaboração de resultados concretos. É impulsionada por uma afecção, e não por uma idéia intelectual. O intelecto teria papel na eficácia das invenções, mas não em sua previsibilidade: criação significa, antes de tudo, emoção. Há uma coexistência entre forças repetitivas e inventivas que, ao mesmo tempo, dá limites para a invenção e opera o ultrapassamento dos mesmos.

1.4- Maturana & Varela: a biologia da autopoiese

A seguir, Kastrup utiliza os materiais de Maturana & Varela como referência para falar dos estudos da cognição na atualidade, isso porque o problema da invenção é o que move sua investigação, sendo seu ponto de partida. Ao pensar a cognição enquanto processo de invenção do sujeito cognoscente e do mundo conhecido, fazem da regularidade das formas cognitivas algo que merece ser explicado. Para Maturana & Varela, o vivo se define enquanto “sistema autopoietico”, o que significa propor o entendimento dos seres vivos como estando em constante processo de produção de si, de sua própria estrutura. A conservação da autopoiese é apresentada como a única lei da evolução.

Maturana & Varela falam em evolução como *deriva natural*, pensando organismo e meio com base nos processos que lhes dão forma. Ambos são efeitos de uma rede processual, “(...) constituindo-se reciprocamente e apresentando-se como fontes mútuas de perturbação” (KASTRUP, 1999, p.114), ainda que relativamente independentes. A evolução do organismo se faz a partir do acoplamento estrutural, resultante das modificações mútuas que organismo e meio sofrem no curso de suas interações, o que permite a compatibilidade com o meio, e funciona da seguinte maneira: quando o organismo é afetado, perturbado, não se pode dizer que ele represente o meio, que haja reconhecimento. Inicialmente, são atingidos apenas certos locais do sistema, e não ele todo. Mas só conduzirão alguma solução se a estrutura do sistema lhes conferir algum sentido. Portanto, dependem das condições locais de interação do indivíduo com as condições do meio, bem como da dinâmica recíproca e complementar entre local e global. É, assim, *agenciamento*, e não acomodação. E assemelha-se à concepção de adaptação de Bergson, onde se adaptar é tirar partido do meio, viabilizando a continuidade do organismo. E o que move a adaptação, para Bergson, seria o *élan vital*, força explosiva que tende a agir sobre a matéria inerte.

Organismo e meio são, então, antes movimentos que coisas, antes processos que entidades, e é nessa processualidade que o movimento evolutivo tem sua continuidade assegurada. O que remete ao conceito de *rizoma*, formulado por Deleuze & Guattari para sustentar uma ontologia criacionista. Tornando dispensável o conceito de *élan vital*, o tempo aparece como rede de processos que se bifurcam e se concentram, gerando formas que permanecem adjacentes e, ao mesmo tempo, imersas na rede de onde surgiram. O conceito de rizoma fala de um espaço inventivo do qual emergem formas portadoras de uma inventividade virtual. Noção semelhante surge no contexto da Biologia de Maturana & Varela por intermédio da noção de *rede autopoietica*.

1.4.1- A rede autopoietica: organização e estrutura

A rede autopoietica concebe o organismo como configuração espaço-temporal, que desenha seu contorno e se distingue do meio, mantendo-se como forma que não se fecha, que retoma permanentemente seu processo de diferenciação e de devir. É acentrada, multidimensional, e suas conexões são irreduzíveis a posições prévias, distinguindo-se da estrutura formal. Dentro da rede autopoietica, os autores distinguem organização e estrutura autopoietica.

A *organização* autopoietica é “(...) aquilo que é suposto existir de direito, como uma espécie de condição primeira de todo organismo concreto” (KASTRUP, 1999, p.120). Propõe-se que um ser vivo é definido por sua organização, ou seja, em termos de relações, e não a partir das propriedades de seus componentes. Trata-se de uma organização minimal, que implica a manutenção do sistema vivo. A organização é a condição primeira da autocriação sem instância criadora.

A *estrutura* autopoietica, segundo Kastrup, “(...) corresponde a um outro nível de descrição do vivo e diz respeito à encarnação da organização numa matéria, que lhe dá forma concreta e atualizada num corpo biológico determinado” (*idem*, p.121). Determina o que constitui um sistema, e a maneira como este pode se manter em presença das perturbações que lhe vêm do ambiente. A estrutura autopoietica varia de espécie a espécie, entre indivíduos da mesma espécie, e em um mesmo indivíduo ao longo de sua vida. Está em constante criação de si, mas sem destruir a unidade, respeitando uma organização minimal.

1.4.2- Clausura operacional: os limites da autopoiese

Assim, Maturana & Varela definem enquanto *clausura operacional* o modo de funcionamento do ser vivo. É o mecanismo responsável pela invenção dos limites do organismo, sua individuação. É uma operação cujos efeitos ou resultados aparecem como uma propriedade do sistema. Pode-se dizer que um sistema é dotado de clausura operacional quando os processos responsáveis por sua própria realização ocorrem no interior de uma unidade definida no espaço.

Deve-se diferenciar clausura de fechamento. Clausura refere-se ao fato de o resultado de uma operação situar-se dentro do sistema. É a condição de autonomia do vivente, pois cria, assim, suas próprias regras de funcionamento – tendo, portanto, relação com a autopoiese. A clausura não significa isolamento do sistema, ao contrário. Essa formação de um meio interno

é concomitante à formação de um meio externo. Os limites tornam indivíduo e meio distintos e inseparáveis. *Clasusura* é tornar um sistema fechado no espaço e aberto no tempo, implicando, então, pensar a diferença entre o exterior, espacial, e o fora, temporal, quanto à distinção entre o que existe como funcionamento do sistema e o que pode ser dito do ponto de vista do organismo. Kastrup cita Maturana & Mpodozis: “Interno e externo ‘é uma distinção que o observador faz e que não participa no operar de tal classe de sistemas’” (1999, p.125). Conclui-se, então, que as categorias de interno e externo são estranhas à rede, distintamente à perspectiva científica, espacializante. Há aqui uma recusa a subsumir o fenômeno da invenção naquilo que pode ser observado do exterior, demarcando o funcionamento da rede autopoietica como eminentemente temporal.

A autopoiese é contínua invenção de problemas, a cada instante. A cognição seria, assim, processo criador submetido a constrangimentos ao mesmo tempo amplos e fortes. E, se o vivo é definido como sistema autopoietico, seu ser e seu fazer são inseparáveis, constituindo seu modo específico de organização: SER=FAZER=CONHECER. Ao considerar a cognição enquanto prática, a questão não é mais a busca de leis invariantes, mas sim a investigação de sua modificação permanente, de seu agir, o que leva ao conceito de domínio cognitivo.

1.4.3- Domínio cognitivo e inventividade: o conceito de enação

Domínio cognitivo de um organismo é seu domínio, experiencial e emergente, de interações e acoplamentos. Todas as suas relações são especificadas pela estrutura do organismo. Que, entretanto, não as determina, posto que a própria estrutura é permeável a múltiplas perturbações, cujos resultados são imprevisíveis. A ação vai depender, então, das contingências da improvisação. A estrutura condiciona, mas não determina a cognição.

A novidade no estudo de Maturana & Varela consiste na consideração de uma espécie de problematização que precede toda ação, uma hesitação em relação ao quê fazer. Varela denomina esse fenômeno de *breakdown*. Junto com Maturana, denominou perturbação, e Kastrup denomina, utilizando-se de Bergson, *problematização*. Com essa noção, explica a concretude da cognição, e procura afastar-se das abordagens abstratas do fenômeno. Problematização é uma experiência que se vive no presente imediato, inscrevendo a invenção no presente.

Varela formula, em um trabalho separado de Maturana, a noção de *enação*, em tentativa de reaproximar a cognição do concreto. O conceito de enação faz referência a um tipo de ação guiada por processos sensoriais locais, e não pela percepção de formas. O

conceito de enação consiste em acoplamentos sensório-motores, inseparáveis da cognição vivida. O sistema nervoso amplia os domínios de interação de um organismo conforme expanda o campo das possíveis conexões sensório-motoras¹².

1.4.4- A aprendizagem como invenção de problemas

Aprendizagem coincide, do ponto de vista do sistema nervoso, com a plasticidade neuronal. *Aprender* é coordenar mente e corpo, fazer organismo e meio entrarem em sintonia. A princípio, o corpo funciona comandado pela mente; e a aprendizagem só se consuma quando a relação simbólica é transformada em acoplamento direto, eliminando o intermediário da representação. Esse acoplamento é o que Kastrup entende como *agenciamento*, conforme a noção elaborada por Deleuze & Guattari (1995). Os agenciamentos criam máquinas heterogênicas, põem em conexão fluxos ou processos. Trata-se de adaptar-se *com* o meio, agenciar-se *com* o meio, tirando partido deste. Aprender implica, assim, inventar novas regras de funcionamento. Conhecer é identificado com o ser e com o fazer, conforme já demonstrado antes¹³.

Caberia estudar ainda, e é um encaminhamento que Kastrup realiza, a existência de limites na invenção. O sintoma aparece muitas vezes como um sentimento de impossibilidade de operar a autopoiese, ou seja, angústia frente a um problema para o qual não encontra solução. Há algo que não é possível expressar por meio das formas atuais de subjetividade¹⁴ na pessoa, exigindo novas figuras. Pode haver um entrave ainda mais grave: uma obliteração do processo de problematização, um fechamento rígido da estrutura cognitiva de modo que o sujeito se identifique com as regras por ele inventadas a ponto de torná-las coercitivas.

E para isso, Kastrup vale-se da contribuição de Canguilhem, que, em seus trabalhos, indica que “(...) os entraves da invenção não estão situados na potência de criar regras, mas no nível dos produtos da normatividade fundamental do vivo. Produtos esses que retroagem, inevitavelmente, sobre essa mesma normatividade potencial” (KASTRUP, 1999, p.160).

Uma *clínica da invenção* seria, então, uma clínica comprometida com a criação de novos modos de subjetivação, mais permeáveis ao intempestivo e à processualidade, em detrimento de formas mais fechadas ao devir. Deve-se pensar, nesse gesto de aceitação de uma cognição híbrida, um novo estilo de psicologia, sem abandonar um projeto científico,

¹² Aproximando-se, assim, da leitura realizada por Deleuze em O Bergsonismo (1999).

¹³ Ver página anterior.

¹⁴ Kastrup (1995), realizando uma leitura de Guattari, assim define subjetividade: “o conjunto de condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva” (p. 94).

entretanto. Para tanto, cabe ampliar a investigação da cognição de modo a contemplar também a invenção, e não apenas a reconhecimento. A autora utiliza, então, a questão da técnica para observar alguns indícios de uma investigação da cognição enquanto híbrida.

1.5- A questão da técnica

Kastrup identifica, na história dos estudos da cognição, três maneiras de colocar o problema da relação entre sujeito e técnica. São elas: a teoria da projeção orgânica, a utilização do computador como sistema equivalente, e a investigação de como a tecnologia participa da invenção da subjetividade.

1.5.1- A teoria da projeção orgânica

A teoria da projeção orgânica, formulada por Alfred Espinas, é a base para o pensamento dos gestaltistas acerca da cognição. Explorando as formulações de Ernst Kapp, autor alemão do século XIX, Espinas considera as primeiras ferramentas como extensões do corpo, “(...) próteses que estão em relação de continuidade com o corpo biológico e têm como finalidade amplificar suas capacidades” (KASTRUP, 1999, p.170). G. Viaud traz as pesquisas gestaltistas para a Biologia, e destaca que as ações desempenhadas pelos objetos simples das experiências dos gestaltistas estão em continuidade com as ações instintivas de bater, cavar, cortar e prender, compartilhando de sua função de adaptação ao ambiente. A ação por eles desempenhada complementa a ação instintiva, ao invés de se opor a ela.

Destaca-se ainda que a colocação do problema é feita em termos de origem da técnica, que se dá no organismo. Viaud considera que propor como orgânica a origem da técnica significa enraizá-la nos comportamentos instintivos, em um limite imposto pelo conjunto de referências da programação genética. Um núcleo duro e invariante, ainda que sob evolução das espécies, é a origem de toda a técnica.

Viaud encontra aí uma limitação da teoria da projeção, pois esta não explica a criação de objetos técnicos que não têm relação com órgãos ou ações instintivas, como a roda e o fogo, além das máquinas mais complexas. Observando ainda que o conjunto de padrões instintivos do humano é mínimo, sendo sua vida muito mais relacionada com o meio artificial dos objetos técnicos do que com o meio natural.

Além disso, a teoria da projeção não considera o inverso, ou seja, quais os efeitos da técnica no homem. A técnica é apresentada como sendo apenas um produto do organismo,

sem considerar as transformações que ela pode eliciar neste. A cognição que cria os objetos é tida por invariante e refratária aos seus produtos.

Na leitura de Georges Canguilhem dessa teoria, pode-se, no entanto, contemplar outras possibilidades. Em Canguilhem, o organismo não se identifica com seu repertório de instintos, com seu programa genético. O organismo é definido por seu inacabamento e sua experimentação, sendo experiência, improvisação, tentativa, empirismo.

Assim, a técnica não seria amplificação de um órgão, mas maximização da potência de experimentação e errância, sendo ela aberta aos efeitos de um meio material, e ao mesmo tempo exercendo sua natureza na atividade de conhecimento, seu conhecer é experimentar com o meio.

Organismo e meio não são, assim, pólos independentes e pré-existentes: “Conhecer é construir um mundo e construir a si próprio” (KASTRUP, 1999, p.172-173).

1.5.2- A utilização do computador como sistema equivalente

A segunda forma de exploração das relações entre sujeito e técnica – as relações entre cognição e computador – surge na década de 1950, com o advento das “ciências da cognição”. Admitir o computador como sistema equivalente significa pensar que ele desempenha as mesmas operações e chega aos mesmos resultados da cognição humana. Sua base é o mecanicismo, que explora equivalências entre o organismo e a máquina já constituída.

A utilização do computador como metodologia de pesquisa se dá também pelos modelos de simulação, que visam conferir visibilidade às operações cognitivas. Esses modelos só podem fazer aquilo para o que foram programados, mas podem trazer à luz a consequência da atuação simultânea de um grande número de variáveis. Além disso, podem dar visibilidade a transformações que ocorrem quando o sistema é afetado por algo que lhe atinge sem que se possa prever, *a priori*, seus resultados.

Apesar de ter o valor positivo de recusa de fronteiras entre natureza e artifício, essas pesquisas não se efetuam enquanto pesquisas sobre os efeitos, na cognição, do acoplamento com técnica, tampouco constituem pesquisas sobre como podem ocorrer efeitos de invenção no acoplamento entre máquina e usuário.

1.5.3- A investigação de como a tecnologia participa da invenção da subjetividade

A terceira maneira de colocação do problema da relação entre sujeito e técnica consiste em estudos da produção de subjetividade, proposto por Deleuze & Guattari (1995a,

apud KASTRUP, 1999). Nessas pesquisas, a técnica é estudada enquanto vetor de produção de subjetividade. Acontece, aqui, uma mudança radical em relação às perspectivas anteriormente apresentadas. O que se pesquisa é (produção de) subjetividade, e não mais sujeito. Esse conceito de subjetividade é indissociável de um pensamento sobre produção – produção de modos de relação consigo mesmo e com o mundo. Não se trata de um já-dado, uma origem, trata-se de processos. Falar em sujeito não explica nada enquanto este não tiver sua constituição explicada com base num campo de subjetividade. Não consiste em um domínio de referências próprias de um sujeito, mas em condição de todo sujeito; é campo de processos onde o sujeito se constitui.

Nesse ponto, Kastrup encontra os estudos de P. Lévy, sobre a interação entre a cognição e a informática. Ele propõe que a interação computador-usuário não constitui uma relação sujeito-objeto. O argumento é de que há um acoplamento direto do usuário com a máquina. Esta não pode ser identificada com seus programas, mas deve ser tratada como portadora de potência de artificialização que só é atualizada na interface com o usuário. Na interface computador-usuário ocorrem interferências e transformações recíprocas, em um nível que pode ser entendido, utilizando-se de Deleuze & Guattari, como *molecular*. A máquina não só prolonga a cognição, mas gera novos regimes cognitivos.

Problematizando, assim, a teoria da projeção orgânica, Kastrup discorda da percepção de um organismo enquanto máquina para repetir, apreendendo uma redundância na relação homem-técnica. Acaba por encontrar, em sua crítica, uma concepção de organismo definido enquanto inacabamento e experimentação, em conformidade com a leitura de Canguilhem da mesma teoria da projeção. Ambos sugerem que subsiste, na relação homem-máquina, um campo de experimentação de onde podem surgir novos regimes de cognição. Em Canguilhem, esse campo é de dimensão orgânica, ao passo que em Lévy é de dimensão artificial. Se a potência artificializante está inscrita no fundo do próprio organismo, e se a interface da máquina é superfície de criação, cabe investigar se não existe aí uma transposição das fronteiras entre natureza e artifício.

1.5.4- Bergson: instrumentos naturais e artificiais

Bergson foi o primeiro a pensar a reciprocidade entre natureza e artifício. Distingue o instrumento natural, obra do instinto e prolongamento do órgão, e o instrumento artificial ou instrumento propriamente dito, obra da inteligência. O primeiro tem como vantagem a simplicidade e facilidade em seus manejo e construção, é perfeito frente ao que se destina.

Entretanto, sua forma é rígida, bem como é estreita a sua variabilidade de uso. O instrumento artificial é imperfeito, e seus manejo e construção exigem esforço intelectual, mas tem como vantagem reagir sobre o organismo que o fabricou, conferindo-lhe uma organização mais rica. Esse instrumento cria necessidades novas, e assim, em vez de fechar o círculo de ação onde o animal se move automaticamente, abre a essa atividade um campo indefinido que a faz cada vez mais livre.

Bergson levanta, aí, o problema da relação entre técnica e produção de subjetividade. E, ao propor invenção de necessidades, abre esse conceito biológico a um pensamento sobre a cognição como híbrido. Mas cabe pensar ainda outra hibridação: sendo o instrumento de uso social, seu manejo implica uma inscrição corporal no trato com o instrumento social e uma prática operada por cada indivíduo. Além disso, o uso de instrumentos pode modificar a cartografia das relações no domínio social. Não é possível, desse modo, estabelecer fronteiras nítidas entre o domínio da cognição individual e o domínio social.

Bergson desconstrói a categoria de objeto técnico puro em favor de sua imersão em uma rede coletiva. Encontra-se, assim, com o pensamento sobre produção de subjetividade de Deleuze & Guattari, que pensam a relação com a técnica como agenciamento.

1.5.5- O agenciamento maquínico e coletivo

Um *agenciamento* é comunicação entre fluxos heterogêneos, e não uma relação entre dois termos dados. O agenciamento possui duas faces. Uma é constituir-se um agenciamento maquínico de corpos – resulta em uma máquina que põe em relação imediata os fluxos cognitivos e técnicos que dele participam. Entre cognição e instrumento há uma circulação de afecções e efeitos recíprocos em uma zona de osmose, de indiscernibilidade e produção de diferença. A outra face do agenciamento é a de agenciamento coletivo: o instrumento não se define como entidade puramente técnica. Só é em seu acoplamento com outros instrumentos, usuários e instituições. O conceito de *coletivo*, lembra Kastrup “não é sinônimo de social, refere-se a uma multiplicidade, a uma rede de processos que opera, ao mesmo tempo, além do indivíduo, junto do *socius*, mas também aquém do indivíduo” (1999, p.187). Remonta, também, a afetos ou intensidades que trabalham fora das formas cognitivas, portanto. Torna-se coletivo porque opera em um nível distinto daquele das formas de sujeito e de objeto. Trata-se do nível molecular, já citado anteriormente, que cabe agora ser explicado.

Deleuze & Guattari distinguem a realidade em dois níveis distintos, ainda que inseparáveis: o *molar*, das formas visíveis; e um *molecular* (ou virtual) onde ocorrem

interferências e afetação recíproca, agenciamentos. A invenção de novas formas é sempre resultado da tensão entre formas antigas e as afecções que ocorrem no nível molecular. Quando reverberam no plano molar, as afecções ganham consistência e sentido, passando a configurar novas formas históricas que não podem ser previstas *a priori*, mas devem ser examinadas em suas singularidades, *a posteriori*.

Pode-se, aqui, retornar ao tema da aprendizagem e pensar em dois tipos de relação com o aprender: o aprender para obter um saber e o aprender a aprender, para continuar aprendendo e inventando a si e ao mundo. No primeiro caso, a aprendizagem dobra-se a seus resultados, o processo submete-se ao seu produto. No caso da técnica, o organismo prende-se aos hábitos formados no trato com o instrumento, como se a obediência às regras assegurasse o domínio do ambiente. As regras cognitivas são convertidas em regras transcendentais, modo de aprender este que Kastrup denominou “política de reconhecimento”. No segundo caso, o processo de aprendizagem não é submetido a seus resultados, e permite-se a continuidade do operar da cognição no nível das multiplicidades, do coletivo. Faz-se bifurcar a cognição, mantendo-a de modo divergente e rizomático, diferenciando-se de si mesma. Esse aprender a aprender – que, paradoxalmente, é aprender a desaprender – constitui o que Kastrup denominou de “política da invenção”. Em relação à técnica, seria aqui um esforço por uma experimentação permanente, de modo a assegurar a criação de novas formas de subjetividade, de transformar a cartografia do coletivo.

Vê-se, após essa exploração do livro de Kastrup, como explorar a cognição isolada dos aspectos extracognitivos impediu os cognitivistas de pesquisar a cognição quando funciona de maneira afetada por algo que a força a inventar. Vê-se, também, como o problema das implicações de tais afecções ou *breakdowns* no coletivo, impulsionando a invenção, se tornou um segundo ponto falho do cognitivismo, mas um ponto essencial para o entendimento da invenção. Kastrup conclui que, para realizar um estudo da invenção, deve-se trocar uma cognição separada de todos os fatores extracognitivos por uma idéia ampliada de cognição: uma cognição inseparável de seus devires que lhe provocam rachaduras, e do coletivo no qual seu poder inventivo se amplifica.

A investigação de Maturana & Varela, na área que denominam Biologia do Conhecimento, a proposição de um movimento divergente na cognição faz da atividade cognitiva uma rede, um rizoma, diferente de como concebido pelo projeto cognitivista. Partindo do devir da cognição, fazem das regras cognitivas regras de caráter temporário, sempre sujeitas à (re)invenção. No entanto, eles não exploraram suficientemente a cognição inventada em suas formas híbridas e concretas. Outros elementos, como os problemas do

coletivo e do agenciamento técnico, são pouco trabalhados em sua obra. As idéias de uma cognição coletiva e de um hibridismo das formas cognitivas ganham maior coerência ao articular as idéias de Maturana & Varela com as de Bergson, Canguilhem, Deleuze & Guattari e Lévy.

Pode-se pensar, então, a idéia de que a cognição inclui não só a reconhecimento, mas também a *invenção*. Percebeu-se que a cognição é invenção, é potência de diferenciar-se de si mesma. Após divergir, inventa regras, sempre temporárias, que funcionam no sentido da reconhecimento. Percebeu-se também que estes esquemas de reconhecimento funcionam e coexistem com a potência de invenção.

A invenção é, antes de tudo, invenção de problemas, é a invenção de problemas que coloca o mundo em devir, é o primeiro passo para a invenção de si e do mundo. Ao devir, segue-se a produção de formas cognitivas, imbricada à produção de mundos e planos coletivos de sentido. Esta produção de formas cognitivas não possui fundamento ou direção previsível, mas tem sempre seu surgimento ocasionado por uma perturbação. Não se trata de produção de novidade, mas produção de diferença. A idéia de objeto diferencial, correlata de uma cognição divergente, permite afirmar que tudo pode ser perturbador e pôr problema. Esse devir torna o comum incomum, mas apenas abre o processo de invenção, que se completa *se – e apenas se –* o devir causa ressonância e envolve a cognição no trato com aquilo que força o abandono dos esquemas de reconhecimento. É na prática com a matéria, na criação de novos mundos, que produzimos novas formas de conhecer e de pensar. Essa sua proposta é adotada por este trabalho.

É devido apontar que Virgínia Kastrup não chegou a uma teoria da invenção, até mesmo porque tal idéia implica uma inversão de termos. A invenção, posto que imprevisível, não tem leis que não a lei da divergência, sua única regularidade. Esse fenômeno, nessa medida, não deve ser pensado como exceção às regras, mas sim como um excesso, um ultrapassamento das mesmas. A autora realizou importantes contribuições, no sentido de indicações para um novo estilo de realizar Psicologia, entendendo a autora por estilo uma espécie de regra de produção da diferença. Algo que poderia se configurar na exploração do hibridismo que caracteriza o objeto da Psicologia.

1.6- Invenção e saúde; defesa e normalidade

Conforme já mencionado, um dos encaminhamentos que a autora realiza é a pesquisa sobre a existência de limites na invenção: a impossibilidade de operar a autopoiese e a

obliteração do processo de problematização. Para tanto, foi mobilizada a contribuição de Canguilhem, que, em seus trabalhos, indica que

(...) os entraves da invenção não estão situados na potência de criar regras, mas no nível dos produtos da normatividade fundamental do vivo. Produtos esses que retroagem, inevitavelmente, sobre essa mesma normatividade potencial (KASTRUP, 1999, p.160).

Assim, caberia pensar uma clínica comprometida com a criação de novos modos de subjetivação, mais permeáveis ao intempestivo e à processualidade, em detrimento de formas mais fechadas ao devir. Deve-se pensar, neste mesmo gesto de aceitação de uma cognição híbrida, um novo estilo de psicologia, sem abandonar um projeto científico, entretanto, reitero. Cabe então ampliar a investigação da cognição de modo a contemplar também a invenção, e não apenas a reconhecimento.

Canguilhem admite a possibilidade de a vida ultrapassar constantes ou invariantes biológicas codificadas e consideradas convencionalmente como normas. Esses novos modos de ser só podem ser estabilizados depois de terem sido testados, pela ruptura de uma estabilidade anterior. Ele denomina constantes essas normas de ação do vivente:

Há dois tipos de comportamentos inéditos da vida. Há os que se estabilizam em novas constantes, mas cuja estabilidade não constituirá obstáculo a uma nova superação eventual. Trata-se de constantes normais de valor propulsivo. São realmente normais por normatividade. E há os que se estabilizam sob a forma de constantes que o ser vivo se esforçará, ansiosamente, por preservar de qualquer perturbação eventual. Trata-se de constantes normais, mas de valor repulsivo, exprimindo, nelas, a morte da normatividade. Nisto, estas constantes são patológicas, apesar de normais enquanto nelas puder viver o ser vivo (CANGUILHEM, 2002, p.167).

Não há como determinar de antemão se uma nova constante é patológica ou não. Somente por meio da experimentação com o meio pode-se saber quais constantes suportam quais variações das condições de existência sem reações catastróficas. As constantes normais de valor repulsivo podem ser normais enquanto houver compatibilidade com o meio. Deve-se, portanto olhar não só o organismo, mas também o meio, para determinar o que é patológico. Implicando, desta forma, um pensamento que leve em conta a subjetividade do vivente. Em Canguilhem, o patológico implica um sentimento de vida contrariada.

A grande contribuição de Canguilhem é pensar saúde para além da adaptação, enquanto *capacidade normativa (normatividade)*, capacidade de instaurar novas normas em situações adversas (CAPONI, 1997; CLOT, 2000; CANGUILHEM, 2002). A capacidade de adaptação, Canguilhem denomina normalidade (*normalização*). O que se argumenta é que um ajuste, um modo de compatibilidade com a vida, pode ser ou não ser saudável. Quando não é saudável – ou seja, doente –, o ajuste implica permanência do sistema em um meio

determinado, não sendo possível a permanência nessa condição em qualquer outro meio. Tais mecanismos, apesar de permitirem ao organismo permanecer “normal”, o diminui simultaneamente, à medida que constitui uma redução de seu domínio de interações. Assim, para se pensar o patológico, é necessário pensar a compatibilidade entre meio e organismo, a rigidez deste e as flutuações daquele.

1.6.2- O outro enquanto parte do domínio cognitivo

Mobilizando Canguilhem do mesmo modo que Clot (2000), pode-se pensar a vida enquanto atividade no qual sempre se experimenta uma subjetividade. Nesse artigo, Clot define saúde enquanto um poder, junto ao outro, de ação sobre si e sobre o mundo. Pode-se somar a isso um pensamento de domínio cognitivo enquanto domínio de interações do vivo, e a *Biologia do Amar*, de Maturana.

Maturana define o humano enquanto animal colaborador (MATURANA & VERDEN-ZÖLLER, 2004). Seriam as relações sociais que definiriam o humano, e assim as descreve: “As relações sociais implicam confiança mútua e ausência de manipulação ou instrumentalização das relações” (p.60). As relações humanas se distinguem pela emoção sob as quais ocorrem, e, para Maturana, a emoção que define as relações sociais é o amor, que define por aceitação do outro como um legítimo outro em coexistência com alguém. Assim, na base da confiança e no respeito mútuos, o fundamento emotivo em que ocorre a vida na comunidade humana é a cooperação.

Ele propõe que a mão humana, com dedos que se estendem totalmente, e polegares opostos, seria um instrumento de manipulação e – é aí que se encontra a novidade de sua proposta – um instrumento de carícia. Descreve, Maturana, os seres humanos:

(...) somos o presente de uma linhagem que surgiu definida através da conservação da relação materno-infantil de aceitação mútua na confiança e na proximidade corporal de uma maneira que se estendeu além da idade da reprodução, num processo evolutivo neotênico (MATURANA & VERDEN-ZÖLLER, 2004, p.62).

Propiciou-se, assim, a capacidade da linguagem:

O linguajar como uma maneira de viver em coordenações de coordenações comportamentais consensuais pode ter lugar de muitas diferentes maneiras. Em nós, tem lugar principalmente através da fala, de modo que deve ter incluído a produção sonora bucal muito cedo nesta história. Quando uma linhagem começa na conservação transgeracional de uma maneira de viver, a conservação reprodutiva do modo de vida é sistêmica, não genética.

A variação genética fica para trás, canibalizada, pode-se dizer, pela conservação sistêmica do modo de vida que define a nova linhagem. Sem dúvida, a conservação sistêmica de um modo de vida requer um fundamento estrutural orgânico (anatômico, fisiológico) que a torna possível quando o viver dos organismos fraqueja em congruência com o meio na conservação de sua organização e adaptação. Toda nova linhagem, portanto, surge na

coincidência de uma estrutura genética que permite a epigênese particular que é o novo modo de vida, como variação do anterior e da circunstância ambiental que torna possível essa epigênese particular e sua conservação sistêmica de geração a geração (MATURANA & VERDEN-ZÖLLER, 2004, p.68).

A coexistência cooperativa expande a atenção a todos os domínios possíveis de coexistência na aceitação da legitimidade do outro, em uma consensualidade cooperativa infinita. Maturana define, desse modo, por inteligência a cooperação em consensualidade no desenvolvimento de novos domínios de consensualidade ou em sua expansão.

1.6.3- A saúde e a questão da técnica

Ainda utilizando Canguilhem, especificamente a leitura que esse autor realiza sobre a teoria da projeção orgânica de Espinas, apresenta-se uma concepção de o organismo que não se identifica com seu programa genético. Sendo, ao contrário, eterno inacabamento e experimentação. Assim, a técnica não seria amplificação de um órgão, mas maximização da potência de experimentação e errância. Aberto aos efeitos de um meio material, e ao mesmo tempo exercendo sua natureza na atividade de conhecimento, seu conhecer é experimentar com o meio. Organismo e meio não são, assim, pólos independentes e pré-existentes. “Conhecer é construir um mundo e construir a si próprio” (KASTRUP, *op. cit.*, p.172-173).

Encontra-se ainda, no artigo *Le normal et le pathologique em psychologie du travail* (2000), uma idéia delineada por Clot, a partir de Canguilhem, Le Guillant e Vigotski, não explorada no livro de Kastrup. Clot distingue um meio de trabalho que possa fornecer desenvolvimento para ambos trabalho e trabalhador, um meio que provoque melhorias mútuas. Uma técnica planejada para produzir mundo e sujeito.

Uma Psicologia da Invenção, conforme já assinalado (NOGUEIRA Fh., 2005), volta-se para a cognição enquanto prática, enquanto atividade, transformação de si e do mundo, e não mera representação. Isso porque este processo de invenção aconteceria de modo gradual, no suceder do tempo, essa mudança aconteceria em um si e em um mundo que são atravessados pela presença de outros. Faz-se interessante, destarte, averiguar as idéias da Clínica da Atividade (CLOT, 1999). A partir dos estudos da corrente sócio-histórica da Psicologia, proposta por Vigotski, tem-se proposto um novo modo de fazer Psicologia. É para eles que este trabalho se voltará, realizando uma discussão sobre esse novo conceito que surge em seu discurso: a atividade dirigida. Mas, antes, torna-se necessário retornar a uma breve apresentação das análises anteriores (NOGUEIRA Fh., *idem*), que utilizaram o conceito de

ritornelo (DELEUZE & GUATTARI, 1997; GUATTARI, 1998) para dar conta do fenômeno da produção de subjetividade.

CAPÍTULO II

UMA QUESTÃO DE GOSTO : A COOPERATIVA ARTE PALADAR E A TRANSFORMAÇÃO DO PADEIRO

O meio mais seguro e talvez a única garantia da manutenção da saúde, do bom comportamento e da ordem, é a lei do trabalho mecânico rigorosamente executado (Pinel)

Assim, assumindo que todo conhecimento científico é relativo (KASTRUP, 1995), este capítulo se dividirá em três partes principais. A primeira busca gerar um outro ponto de vista para o exercício do conhecimento: aqui, a culinária, e o lugar de exercício do campo empírico. A segunda visa tornar compreensível o lugar de discurso onde o autor se situa. A terceira apresenta um caso clínico. Procurar-se-á não apenas descrever as situações observadas como estados de coisas, como também detectar os movimentos e transformações que nelas têm lugar. Em outras palavras, busca-se apreender a situação em sua processualidade (DELEUZE & GUATTARI, 1997). Mas, uma vez que esta dissertação trata de trabalhos de pessoas “portadoras de transtornos psíquicos graves”, faz-se necessário apresentar as idiosincrasias do mundo do trabalho para estas pessoas. Essa Cooperativa lidava não apenas com questões de gosto ou de trabalho, lidava também com questões de loucura. E, na loucura, apesar de o trabalho ser interditado enquanto prática junto ao *socius*, ele é prescrito enquanto método terapêutico.

Então, este capítulo começa por apresentar pontos de partida para o início de uma reflexão sobre essa relação entre loucura e trabalho. Somente dois encontros da díade trabalho-terapia, a ergoterapia e a cooperativa integrada, serão abordadas, em detrimento de outras. A experiência suscitou a reflexão. Isso porque correspondem, a ergoterapia e a cooperativa integrada, a dois momentos distintos pelos quais passou a “Arte Paladar”. A cozinha, por si só, é espaço e instrumentos, insumos e produtos. Várias são as maneiras de se articular, ali, o humano.

2.1- A valorização do trabalho e a sociedade burguesa

O trabalho sempre esteve presente na Psiquiatria, “...antigo como o manicômio: norma moral, desfrutar, entretenimento. Até mesmo, com o consentido mecanismo de racionalização

da psiquiatria, tornar-se terapia” (SARACENO, 1999, p.127). Conforme demonstra LOPES (1996):

Podemos perceber, assim, como antes de ser o marco inicial da utilização do trabalho como instrumento terapêutico, o tratamento moral em que se fundara a psiquiatria nascente era a materialização de todo um processo de mudança por que passou não só o interior dos asilos, mas a sociedade ocidental como um todo; e, conseqüentemente, da própria idéia de que se pode “tratar” a loucura. O encontro entre trabalho e terapia não é forjado, portanto, por uma inspiração da medicina ocidental, mas é produto de uma rede de acontecimentos onde as próprias noções de terapia e trabalho, tal como as entende a psiquiatria tradicional, se constroem mutuamente.

Na realidade, como não poderia deixar de ser, o tratamento moral está profundamente enraizado nas novas práticas sociais e nas novas concepções de sujeito, de saber e de trabalho que marcam o advento da nova sociedade capitalista que se consolidava então (*idem*, grifo do autor).

A disciplina psiquiátrica surgiu com o nascimento do manicômio, em um movimento de justificar a existência do mesmo e de si, enquanto disciplina. Na criação de uma “normalidade”¹⁵, justificava a exclusão; e cumpriu essa tarefa ao nomear a loucura enquanto “doença mental”, déficit, desrazão.

Já foram realizadas vastas análises sobre o nascimento da Psiquiatria, havendo entre elas um consenso sobre sua profunda ligação com as práticas sociais emergentes e seus respectivos mecanismos de poder (LOPES, *op.cit.*). O projeto iluminista, visando a ordem social, exclui o “doente mental” da sociedade. O lugar do alienado é no manicômio, alienado do convívio na cidade.

Cada cidadão é sujeito e soberano, ou seja, é, ao mesmo tempo, assujeitado a cada um de seus deveres cuja não obediência é sancionada pelo aparelho de Estado e, sujeito que participa das atividades regidas pela lei e retira seus direitos dessas práticas, cuja realização define sua liberdade (CASTEL, *apud ROSA*, 2002).

A criação do indivíduo está imbricada a um novo modo, manufactureiro, de vida. Isolado na/da cidade, ele é definido como ser moral, racional, (racionalmente) autônomo, livre e igual em estado de natureza. Cidadão da cidade e *Res cogitans*.

Insensato, o louco não é sujeito de direito; irresponsável, não pode ser objeto de sanções; incapaz de trabalhar ou “servir”, não entra no mercado das trocas, essa “livre” circulação de mercadorias e de homens à qual a nova legalidade burguesa serve de matriz. Núcleo de ordem ele deve (...) ser reprimido (...). Ilha de irracionalidade, ele deve ser administrado, porém, segundo normas diferentes das que designam as pessoas “normais” e as sujeitam a tarefas em uma sociedade racional (CASTEL, *apud ROSA*, *op.cit.*).

Ilha de irracionalidade, de desordem, ele deve ser reprimido, deve se adequar à ordem (da Razão), ainda que sob normas diferentes das que designam as pessoas normais. Faz-se

¹⁵ Na acepção que o senso comum faz do termo: normal x doente.

necessário o tratamento moral, e coube ao trabalho o papel de grande constituinte da moral social:

[O trabalho] só será imposto a título de regra moral pura; limitação da liberdade, submissão à ordem, engajamento da responsabilidade com o fim único de desalienar o espírito perdido nos excessos de uma liberdade que a coação física só limita aparentemente (FOUCAULT, *apud* ROSA).

E, conforme diversos autores (FOUCAULT, 1995; LIMA, 2004; LOPES, 1996; SARACENO, 1999), o trabalho acompanha o caminhar da Psiquiatria.

Após a II Grande Guerra Mundial, surgiram vários movimentos culturais e profissionais que propuseram a transformação ou abolição do manicômio (DESVIAT, 1999).

Desinstitucionalização implica mais que a mera desospitalização (AMARANTE, 1998). Significa ir além da organização fechada do manicômio para analisar e desarticular os mecanismos sociais, psíquicos, econômicos e políticos de exclusão. Por isso, não é apenas retirar o louco do hospital, mas também recuperar uma cidadania através da modificação do contexto, da cidade. Compreendendo, assim, a loucura enquanto existência-sofrimento de um cliente *em relação com o corpo social*. Reabilitar seria recuperação da contratualidade do cliente, isto é, da posse de recursos para trocas sociais e, conseqüentemente, para a cidadania (SARACENO, 1999).

Mas alguns estudos apontaram que:

A ergoterapia, apesar de sua filosofia originária delinear os objetivos ‘terapêuticos’, nas instituições se transformava em trabalho alienado (não reconhecido e não pago), sobretudo lá onde era indispensável à reprodução da própria instituição (*idem*, p.133).

Outros ainda descrevem “a ergoterapia como algo a ser abolido” (NICÁCIO & KINKER, 1996). Faz-se necessário observar primeiro essa proposta para poder compreender melhor as críticas a ela dirigidas, e como os objetivos terapêuticos se transformaram em “trabalho alienado”.

2.2- Tosquelles e a escola de liberdade

No hospital psiquiátrico de Saint-Alban, em Lozère, na década de 1940, iniciou-se um processo de transformação dos manicômios. Havia trocas comerciais e sociais entre camponeses, guardas e internos, antes mesmo da chegada de Tosquelles, segundo o próprio, em entrevista (GALLIO & CONSTANTINO, 1994). A partir de 1942, com a chegada de Bonnafé, uma mudança profunda se tornou possível em St. Alban. O hospital começou a

acolher pessoas que fugiam em massa do campo. Nele, artistas – em particular os surrealistas – refugiados políticos e refugiados judeus chegaram. Dentre eles, George Canguilhem (ali, escreveu os capítulos finais de *O normal e o patológico*). Ainda segundo Tosquelles, foi graças a Bonnafé que essa inteligência foi colocada a serviço das práticas. Antes de ser reforma psiquiátrica, o que aconteceu em St.Alban foi um núcleo de resistência contra a invasão nazista.

É nesse contexto que surge a Ergoterapia, pretendendo ser um mecanismo para se “aprender as regras de aprendizagem” (*idem*, p.109). Aprender as razões das leis e os mecanismos de constituição das mesmas. Para, após, aplicar estes mecanismos a outros tipos de leis. A oficina ergoterápica teria por função constituir um “percurso com o objetivo de reformular as condições de liberdade” (*idem*, p. 112). Já se praticava a cooperativa, e o espaço ergoterápico contava com um jogo, uma lógica diferente. Contudo, não é um espaço específico, o da escola de liberdade. Existem inúmeras possibilidades, cada uma envolvendo um específico sistema de leis.

Se for proposto que seja um lugar de acolhida, é necessária uma técnica — não sob um modelo, rígidos, mas sob premissas — direcionada para evitar o sentimento, no cliente, de chantagem. Mesmo que não diga, ele chega com dissabores do passado e angústias em relação ao futuro. É importante que ele não se sinta coagido de forma ameaçadora, e nem exigido de forma amorosa. Deve-se criar condições que possibilitem ao cliente sentir-se livre para exercer sua existência, e, nessa liberdade, possa se expor e lidar com o outro, sem sentir-se constrangido; ter liberdade de agir e de (se) construir.

Dessa forma, as dificuldades em lidar com as leis do outro e do mundo poderão ser expostas para serem discriminadas, normatizando o trabalho – aqui, trabalho psíquico – em uma ação (ergo)terápica. Aprendendo a elaborar as leis, elaborando leis em seguida. O trabalho como dispositivo de cura.

Pensar em *ergo* implica, em Psicologia, pensar em organização do trabalho. Segundo Tosquelles, ainda na mesma entrevista, a Psicoterapia Institucional morre com o seu batismo, quando tentam modelizá-la, *formalizá-la*. Desrespeitando-se, dessa maneira, as singularidades dos dramas existenciais que se desenrolam no espaço ergoterápico. Quebrada a liberdade para trabalhar, e somado a isso uma política de recursos humanos que termina por devolver à ordem psiquiátrica o acontecimento – já esvaziado pelo modelo – além de uma crescente preocupação com os gastos, originou um retorno ao trabalho não remunerado. Isso porque o trabalho psíquico já é outro: se antes o ponto de partida para as conquistas do cliente era a atividade de trabalho, agora é o resultado. Aconteceu de o trabalho se tornar um emprego no

qual o salário é pago com cigarros e álcool entre outras coisas. Antes, tudo aquilo produzido – independentemente de sucesso ou fracasso – era utilizado para descobrir-se o processo em suas leis, mecanismos de constituição, e a natureza destes mesmos mecanismos. Acabou por se tornar, o resultado, mero mensurador de valor de troca.

Mas, se isso aconteceu, é porque os sujeitos não são mais os mesmos. Não foi sustentado o acontecimento (o “estado de guerra”, segundo Tosquelles). O que ocorreu em St. Alban foi o encontro de muitas forças – Nazismo, Comunismo, Surrealismo, Psicanálise, Psicologia da Gestalt etc. A Ergoterapia foi antes um gesto, um movimento exercido em determinado tempo, que um modelo de (psico) terapia. E, ao tentar converter o movimento em modelo, ignoraram o social do sistema sócio-técnico.

2.3- Basaglia e a cooperativa integrada

Enquanto a Ergoterapia atua sobre um eixo eminentemente técnico (aqui, técnico do ponto de vista da atuação do profissional de Saúde Mental), a Cooperativa Integrada atua sobre um eixo ético. Isso traz por consequência ter sob foco o emprego, e não o trabalho. Mas, diferente de outros modelos de reabilitação, o emprego é o ponto de partida, e não de chegada, do processo, conferindo, assim, cidadania àqueles que trabalham. A cooperativa integrada tem, como vantagem imediata à ergoterapia, um caráter de solidariedade concreta: é uma forma coletiva de exercício da empresa. Saraceno (1999) enumera as características que a distinguem de outras cooperativas: Juridicamente, a Cooperativa Integrada caracteriza-se pela presença de sócios ‘normais’ e sócios ‘inabilitados’ (pelo menos 40%), pela sustentação das entidades locais (sobretudo regionais).

Propõe-se a ser ambos serviço de tratamento e lugar de produção no mercado. Esses dois aspectos são mediados por sua função formativa. O cliente, tendo uma base concreta de comunicação (não é mais um sujeito passivo, depositado), pode exercer trocas sociais, exercer cidadania.

Mas, mesmo ao “colocar a loucura em parêntesis”, na expressão de Basaglia, não esgota as questões em relação ao mercado de trabalho. Esse trabalho deve ser em espaços protegidos ou em espaços não-protegidos. Se as cooperativas protegidas têm alta rentabilidade reabilitativa e baixa rentabilidade econômica, as grandes cooperativas e as inserções em sistemas produtivos de livre mercado geram maior rentabilidade econômica e menor rentabilidade reabilitativa, o que pode implicar, inclusive, a demissão de funcionários —

repetindo a lógica da exclusão. Contudo, o mercado protegido acarreta risco de assistencialismo.

A partir das cooperativas, em uma tentativa de resolver esta equação, surgiu a noção de ‘Empresa Social’. Esta, por sua vez, vai diferenciar-se por se voltar para um pólo estético. Trata-se de empresas que geram valor social acrescido. Sendo, ao mesmo tempo, empreendimento econômico e social, promove novas redes e novas relações entre sujeitos, além de buscar criar sinergia entre consumo de recursos (terapêuticos) e produção de recursos (mercadológicos). O cliente, na empresa social, torna-se real protagonista da empresa (no sentido também de empreitada).

A diferença surge ao visar tornar produtiva a assistência, dinamizando-a por meio de práticas empresariais, sempre de forma a acrescentar capacidade e contratualidade a seus membros, ou seja, produzir valor social. Multiplicam-se as trocas, valorizam-se recursos desperdiçados nos serviços, e criam-se novos (recursos). É oferecido espaço para arriscar, ao mesmo tempo em que se mantém as redes de segurança sociais e afetivas.

Os que trabalham nas cooperativas da empresa social (cooperativas integradas) são sócios ativos e empresários, em um processo de trabalho que prevê a contemporaneidade do momento formativo e produtivo; são aqui fortemente incentivados os processos de responsabilidade e de incremento da capacidade de escolha e de risco que interessam a todos os participantes. Os lucros da unidade produtiva são levados a criar posterior oportunidade de empreendimento, de desenvolvimento das competências e da capacidade para os sócios. O trabalho não é, portanto, concebido como simples “resposta à necessidade”, mas como espaço de produção de sentido e valores subjetivos e de troca (SARACENO, 1999, p.140).

Pretende-se encontrar um espaço de expressão e de crescimento, colocando por objetivo fazer com que os clientes consigam se tornar empreendedores (no que diz respeito a si mesmos), tornando-se ativos nas próprias escolhas. Para tanto, faz-se necessário que tenham vidas reais, vidas em que haja trabalho, ganho, troca e consumo. Privilegia-se a pequena dimensão da unidade produtiva, visando o agenciamento de socialização e auto-estima e bem-estar, dando atenção ao singular. As cooperativas seriam bancos de emprego da empresa social, que deve fazer existir um social. E o faz promovendo o encontro entre os indivíduos e trocas entre eles.

Devemos começar a ver o consumo como parte integrante do mesmo sistema social que explica o impulso ao trabalho que, por sua vez, é um componente da necessidade social de entrar em relação com outras pessoas e de dispor de materiais de comunicação que permitem entrar em relação com elas. São materiais de comunicação alimentos, bebidas, e a hospitalidade de oferecer em casa flores e vestidos para demonstrar que se compartilha alegria, hábitos de luto para compartilhar a dor (Douglas e Isherwood, 1984 *apud* SARACENO, op. cit., p.141).

Mas cabe pensar que, por mais que pelas lógicas social e econômica do mundo capitalístico o trabalho seja necessário para a troca, ele pode ocupar diferentes lugares (que

não este) no psiquismo do sujeito. Ignorar isso é trocar a tecnologia em prol de uma ideologia a ser pedagogicamente inserida no cliente (convencendo-os *da* “verdade”¹⁶). E ignorar isso significa reproduzir os mecanismos de exclusão (aceitando apenas os mais dóceis), além de uma violência (pregando um sistema de crenças como condição para alguns benefícios). Significa, então, que nunca se deve perder de vista a singularidade das práticas em Saúde Mental, para que seja possível o respeito à singularidade dos clientes. Pensando sempre singularização como processos disruptores no campo da produção do desejo, como afirmação de outras maneiras de ser, de perceber, de pensar — e de trabalhar (GUATTARI & ROLNIK, 1986).

Torna-se necessário, nesse momento do trabalho, trazer as vidas de usuários/clientes à análise, de modo a tornar mais claro um pensamento sobre o humano enquanto imerso numa (sua) rede histórica, o que implica antes uma postura que um esquema, tendo em vista que tal pensamento é pensar sobre algo que nunca se esgota. E, assim, trazer histórias à análise

Devo lembrar, entretanto, que não me interessa aqui o caso clínico, mas o devir que nele tem lugar. E, se essa obra propõe-se a discorrer acerca da *invenção*, é necessário falar em devir-mulher. Isso porque todos os devires passam por esse devir (DELEUZE & GUATTARI, 1997), pois o devir-mulher implica sair das formas constituídas, tornar-se sensível aos afectos e perceptos¹⁷, perceber as moléculas, sair do plano da moda-média-mediana (homem-branco-adulto). É o devir-mulher que se opõe ao Homem para tornar-se outra coisa. E, como se diz, lugar de mulher é na cozinha.

2.4- Espaço Aberto ao Tempo

2.4.1- A Cozinha

A culinária comporta um paradoxo: diferente do que acontece nas outras artes, na culinária as obras se aproximam de serem eternizadas quanto menor for sua duração. E trata-se aqui de uma luta contra o tempo: para que não se ultrapassem os estados (tempo-*aion*) e não se ultrapassem os prazos (tempo-*cronos*). Para que a massa não empelote (estado) e o pão não queime (prazo). *Cronos* – distribuição das tarefas a serem executadas através do espaço – necessário para que nenhum alimento esfrie antes do outro ficar pronto (coexistência). *Aion* –

¹⁶ Aqui, a ideologia carregada

¹⁷ Pacotes de sensações e de relações aquém do sistema representacional que sobrevivem àqueles que os vivenciam (DELEUZE, 1990).

ritmo das tarefas a serem executadas – necessário para que não haja desequilíbrio entre as ações dos diversos artífices e o trabalho seja possível (sucessão).

Trabalho efêmero e fugidio, que, às vezes, pode causar desânimo. Contudo, um novo dia surge, outras receitas a serem feitas, outro sucesso há de chegar. Se cada refeição é efêmera, a sucessão dos dias tem valor durável. Se a louça é lavada, é para ser suja de novo, mas a sucessão dos dias garante a experiência de estar sempre limpo. Para aquele que resiste a essa prova de suportar a sucessão dos dias, a cozinha garante, como prêmio, o ofício: a construção do corpo de artífice – questão de consistência, como proposto por Deleuze & Guattari (1997). A eternidade da obra é inscrita naquele que a produz: reconhecimento de que algo deu certo e pode (ou deve), ser repetido, portanto. Não é o produto, mas antes o gesto que o produziu que é eternizado. E, se há de se repetir o gesto, cria-se pouco a pouco um estilo, que produz uma gradual diferenciação da tarefa e do gênero, enriquecendo este último. Novamente, duplamente sujeito ao tempo: *cronos*, por ter de suportar a sucessão dos dias; *aion*, por ter de suportar a construção de um corpo de artífice.

Mas, conforme aponta Luce Giard, (CERTEAU, 1996), a palavra gesto não é adequada. Para descrever o cozinhar, seria necessário uma noção que englobasse os movimentos do corpo e os movimentos cognitivos: atividade, conjunto de ações ordenadas segundo uma norma, uma regra, um código – cognitivo(a). Cognição inventiva e cognição inventada são mobilizadas. Existe toda uma relação com as coisas que a receita não traz e quase não especifica e cuja maneira difere de um a outro: estilo.

As divergentes diferenciações criam, pouco a pouco, novas formas de se fazer culinária. Mas deve-se lembrar que a invenção, na arte culinária, faz-se por necessidade. Quer utilize um instrumento, quer não (como, por exemplo, fazer a massa do pão), a invenção deve atender à necessidade de haver algo. A arte culinária tem seus caprichos, e não se permite ser exercida ao sabor do tempo — que urge, e de maneira feroz, na cozinha.

Há, na cozinha, não há lugar para se conservarem os equívocos. A cozinha é definida pelos fins que persegue, conforme Giard (CERTEAU, 1996), citando Wittgenstein.

Assim, quer seja imitado, lembrado ou estabelecido por ensaio e erro, toda atividade tem, ou teve um dia, eficácia. Às vezes, uma atividade não mais necessária, devido à tecnologia, permanece como um passado que é atual. Mesmo hoje, que a industrialização introduziu no espaço doméstico seu (da fábrica) esquema de parcelamento, padronização e repetição das tarefas (CERTEAU, 1996), a invenção ainda subsiste. Isso porque, do outro lado, o Cosmo persiste. Sempre há desencontros, cuidados que sejam necessários e conhecimentos a serem adquiridos: nem toda embalagem e nem todo alimento deve ir ao

microondas; os congelados mesmos são modificados com este ou aquele toque; a bateadeira, sozinha, certamente jorrará creme para todos os lados, etc.

Enfim, no passar dos dias, é criado um estilo de cozinha: “Tudo se passa como se um determinado regime alimentar revelasse uma ordem do mundo, ou antes postulasse em seu próprio ato a inscrição possível dessa ordem no mundo” (CERTEAU, op.cit., p.245). Aqui, a escassez de recursos mantém aquela coerência interna, aquele espírito de economia cuja engenhosidade inventiva e rigor constituíam sua força. É a escassez que força a invenção.

Calcular o tempo, avaliar o gasto, improvisar sobre o inesperado (a pane, pesadelo do mundo tecnológico contemporâneo), lembrar-se do já servido, combinar os alimentos, contar se há quantidade de detergente para cada tipo de louça, para que não haja sujeira e nem excessos. A invenção, não apenas na cozinha, envolve perceptos e afectos, além de percepções e afecções (quando, por exemplo, se percebe a falta de um ingrediente ou se está triste ou nervoso). Cognições de toda ordem, a fim de tornar possível e apreciável a criação de agregados sensíveis. Parece que se encontra aqui a definição deleuzeana de arte (DELEUZE, 1990, p.259):

Através do interesse e do cuidado que se tem com a comida, no leque de prazeres ou nas restrições que nos impomos, se lê e se traduz em atos visíveis a relação que mantemos com o nosso próprio corpo e com os outros.

2.4.2- A Cooperativa Arte Paladar

O Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira é um complexo hospitalar, localizado no bairro do Engenho de Dentro, área urbana de classe média da cidade do Rio de Janeiro. Nele, encontram-se enfermarias, lares abrigados e hospitais-dia. O Espaço Aberto ao Tempo (EAT) é um desses hospitais-dia. Na época da experiência de estágio supervisionado, entre julho de 2004 e junho de 2005, a Arte Paladar situava-se nas dependências do EAT, e contava com uma cozinha, uma sala de confeitaria e padaria, uma sala de restaurante e uma sala de lanchonete.

A Arte Paladar, enquanto modalidade cooperativa, possui diferenças frente às oficinas, apesar de também ser demarcada por um espaço específico: 1) a tarefa exercida deve ser aprendida por todos; 2) o sujeito deve pensar enquanto membro de um grupo. Não existe diferença subjetiva entre os postos, eles são ocupados de acordo com as afinidades e habilidades de cada um.

A história da Arte Paladar se confunde com a história do próprio EAT¹⁸. Em 1994, logo após a conversão da enfermaria M1 em Enfermaria de Portas Abertas, procurou-se criar atividades na enfermaria. Os ex-clientes começaram a voltar, pois criaram vínculo com o Serviço e não gostavam do atendimento que estavam recebendo nos locais de tratamento menos intenso para onde foram enviados. Ela foi criada a partir da demanda dos próprios clientes, que desejavam ter dinheiro para pagar a passagem de ônibus. Era um espaço terapêutico e de trabalho: eles queriam realizar atividades no EAT, mas ao mesmo tempo precisavam de dinheiro para chegar até o Espaço. Com o passar do tempo, diminuíram os clientes da enfermaria e aumentaram os de serviço de hospital-dia.

E, justamente, essa atividade de busca de dinheiro para freqüentar o Espaço foi a primeira a ocorrer na nova Enfermaria de Portas Abertas. Suas atividades aconteciam duas vezes por semana, sob responsabilidade da terapeuta ocupacional L. No início, era utilizado o espaço da Oficina de culinária feminina, que lhes era cedido. Funcionou por dois anos como um empreendimento pequeno. Eles dividiam entre si o dinheiro. A idéia partiu dos próprios ex-clientes da enfermaria. Técnicos e clientes traçavam metas, e buscavam, juntos, melhorias para a oficina. Foi assim que a cooperativa ganhou um espaço próprio.

No ano de 1998 a psicóloga C. assume a responsabilidade pela cantina, quando o EAT já havia deixado de ser enfermaria para ser um hospital-dia. C. propõe, ao assumir, algumas mudanças. Criou-se um nome – Arte Paladar (AP) – e procurou-se acentuar seu caráter de empreitada financeira, um trabalho que seja bom para o coletivo. A atividade principal da oficina passou a ser a confecção e venda de “quentinhas”, tendo como consumidores pessoas que trabalham como funcionários do IMAS e em seus arredores. Os pacientes deveriam escolher entre Projeto de Vida e Projeto de Trabalho. O primeiro consistia em adquirir dinheiro suficiente para suprir necessidades específicas; o segundo, em geração de rendimento próprio. Dos então vinte e cinco pacientes, apenas dois escolheram o Projeto de Trabalho.

A AP trabalhou por dois anos a questão subjetiva do dinheiro: qual é o sentido do dinheiro na vida? Deveria ser uma construção do que é necessário modificar na vida de cada um dos clientes. Aos poucos, construíram identidade, reclamações e responsabilidade de trabalhador. Eles dividiam tarefas entre si, e discutiam em grupo o que fazer com o dinheiro. Buscou-se que o dinheiro se tornasse também uma ferramenta para promover mudanças na vida de cada um.

¹⁸ As informações que se seguem foram colhidas da psicóloga C. que dirigiu a Arte Paladar até maio de 2005; bem como da assistente social E., que esteve à frente da Oficina por um tempo; e de L., terapeuta ocupacional que iniciou, junto aos clientes, esta Oficina.

(...) quando a gente tenta deslocar o conceito de trabalho para esta questão subjetiva, o dinheiro passa a ter um valor diferente. O Projeto de Vida, então, tem que ser libertador daquele trabalho mais imediato, mais repetitivo. E se isso não tiver ligado a um processo de criação, de trabalho de criação, o trabalho passa a ser um processo repetitivo, mecânico, que não traz nenhuma modificação interna (psicóloga C., comunicação pessoal).

Em março de 2005, a Arte Paladar deixou a produção de entrega de comida a domicílio para manter um restaurante, ao lado da lanchonete, tendo em vista o ambiente protegido ter se demonstrado não tão protegido assim (vários clientes da cantina, funcionários do hospital, estavam há meses sem pagar suas dívidas para com a cantina). Assim, em 2007, a Arte Paladar conta com um pequeno restaurante e uma lanchonete, uma cozinha que confecciona os alimentos para ambas, além de produção de padaria, confeitaria e serviço de bufê.

Cabe destacar que, durante a confecção e entrega de bufê, eventos especiais, e também durante as preparações para a promoção de vendas em um ambiente externo ao Espaço Aberto ao Tempo, notava-se claramente um maior entusiasmo dos participantes da Cooperativa. É como se existissem duas faces da Arte Paladar: uma, arborescente, a de todos os dias, possuía estrutura fixa, repetição e execução de uma tarefa já anteriormente ordenada; e outra, que não funcionava como aparelho de Estado comandado pela psicóloga C, sendo uma Arte Paladar rizomática, de movimento, de “guerrilha”. Esta Arte Paladar emergia quando a Cooperativa tem de sair de seu mesmo, faz-se necessária a opinião, a conversa, discussão de todos os membros da equipe: o que vamos fazer, quanto vamos fazer de cada, como vamos levar, o que mais levar? São todos que decidem, agora. Não há mais formações tipo estatais, há maior flexibilidade, e essa flexibilidade é exercida por todos os sujeitos componentes da Arte Paladar. As atribuições já não são mais tão fixas, por vezes as regras devem ser mudadas. Por mais que haja maior pressão sobre o grupo – ou melhor, coletivo – seus componentes parecem estar mais felizes e empenhados. Há mais brincadeiras, sorrisos, conversas, atraindo inclusive alguns técnicos e clientes que não fazem parte da oficina.

2.4.3- Um (não) lugar de discurso

Em minha estada no EAT (conforme apresentado a seguir) entendo ter construído um *não-lugar*. Com o conceito de *não-lugar*, penso conforme Certeau (1994), um algo fugidivo, que se compraz com os azares do tempo, mobilidade sutil que visa escapar das estratégias — práticas espaciais de circunscrição de um próprio. Trata-se então de *cartografia*, não

decalque. Movimento. Por isso escrevo em primeira pessoa: para melhor captar o movimento, em voz fugidia, e não em escrito permanente.

O *devir* é movimento de dessubjetivação, de deslocamento da condição de sujeito molar, de saída do plano das formas constituídas, em direção a um plano de processualidade, produção de subjetividade (KASTRUP, 2000). Não é o imitar de algo, e nem o proporcionar relações. Devir é processo do desejo, à medida que implica instaurar relações de movimento e repouso, próximas daquilo em que se está *em via de se tornar*. Devir, portanto, é sempre devir-minoria. Implica instalar-se na borda, como diferencial dentre a moda, meio, média, mediana: (H)homem, europeu, branco, adulto, como o sujeito clássico da Psicologia experimental.

Dos graduandos que iniciaram estágio no EAT no início de julho de 2004, eu era o único do sexo masculino. Não encaixado no padrão feminino comum aos estagiários de Saúde Mental, encontrei-me, curiosamente, como *homem-minoria*. Fui, marginalmente, constituindo-me como homem, na *borda* entre/da equipe de estagiários/as. Isso porque os usuários do Serviço, homens, não falaram de seus problemas para esse outro homem, de quase a mesma idade, que não era (ainda) psicólogo. E, mais, quem sabe para alguns eu representava algo que eles poderiam estar sendo ou poderiam ter sido, o que talvez lhes causasse incômodo¹⁹. Nesse momento, quando vinham falar a mim, é porque era conversa-de-homem, assunto de homem. Entre os pacientes, nas vezes em que não havia mulheres, circulavam piadas de baixo calão, conversa-de-homem. Para além do conjunto dos usuários, do conjunto dos técnicos, dentro do genérico conjunto dos homens. Nele, nem paciente, nem técnico plenamente autorizado: estagiário com atribuições que não eram precisamente especificadas. Havia sim um contrato, de estágio, mas que não circulava ali. Aproximação demográfica (gênero/idade/cor) que propicia uma aproximação social.

2.4.4- A transformação do Padeiro

A pessoa específica – usuário daquele serviço – sobre quem discorrerei, escolheu-me, entre mim e nove estagiárias, como seu terapeuta. Meu cliente era um homem de 45 anos, doravante chamado Padeiro. Escolhi esse nome devido à sua identificação com o ofício, e porque nosso primeiro vínculo ocorreu para que eu o ajudasse a resolver problemas desse ofício, *seu* ofício. Nos encontramos pela primeira vez na padaria da Oficina de Culinária. Tivemos lá uma acalorada discussão sobre um dos temas recorrentes em conversa-de-homem:

¹⁹ Três clientes de idade aproximada à minha relataram-me pessoalmente isso.

política. Tive o cuidado de tentar manter uma neutralidade neste campo, colaborando para o desenvolvimento de seu pensamento e para a emergência de produção linguageira, além de buscar saber quais eram os conhecimentos de que ele dispunha para enunciar a respeito. Mantinha-me sempre numa posição interrogativa, alimentando a rede dialógica, devolvendo-lhe suas falas. Nessa situação, ele estava bastante exaltado, e tinha opiniões e questões com as quais eu compartilhava. Uma das estagiárias tentou conversar conosco, mas depois saiu. Mais tarde, ela me contou que ficara impressionada com o modo como nós conversávamos. Entendeu que tínhamos uma discussão, dada a intensidade forte de nossas vozes.

Padeiro disse-me ter cursado faculdade de administração entre os anos de 1980 e 1981, saindo por sua “insegurança”, principalmente junto às mulheres. Disse-me que sentia um amor que não conseguia expressar, e para ele isso era motivo de muita aflição. Achava tolice, e que os outros achavam também que era tolice o amor. E isso era motivo de vergonha, para ele.

Conforme sua narrativa, na época de seu primeiro surto, em 1991, sua irmã engravidara, a família não aceitando. Ele ficou ao lado da irmã. Seu pai a expulsou de casa, e pouco tempo depois se descobriu que o pai tinha uma família paralela. Além de outra irmã, tinha um irmão, visto como bem-sucedido profissionalmente. Segundo relatos da equipe técnica, Padeiro era muito sensível aos problemas da família, e esses acontecimentos precederam a eclosão do surto. Seu pensamento era confuso, com largo uso de figuras de linguagem e de neologismos. Parecia ter muita dificuldade em expressar seus pensamentos. Tinha experiências de desfragmentação do corpo. Segundo ele, era tratado como o doente da família.

Quando do primeiro surto, foi trazido do Pronto-socorro, chegando ao Serviço no grupo de recepção. Trabalhava, na época, como técnico de contabilidade, mas a empresa faliu e ele, contou-me, achou que tinha parte da culpa por isso. A assistente social E. foi escolhida pela equipe para ser a técnica de referência de Padeiro. O principal motivo de tal decisão foi a forma como ele se direcionava a ela, que diferia claramente do modo como se reportava aos outros técnicos: durante a entrevista de recepção, na maior parte das vezes ele se dirigira a ela.

Durante os surtos, ele se irritava com E., posto que era ela a responsável por averiguar se ele estava tomando a medicação. Apesar de melhorar rapidamente com a medicação, facilmente ficava “impregnado”²⁰. Quando havia algo que sentia não estar bem, com ele ou com o mundo, resolvia parar com a medicação, dizendo que era o remédio que lhe fazia mal.

²⁰ Termo utilizado neste hospital para designar alguém que esteja sofrendo os efeitos colaterais de algum psicofármaco.

Segundo E., a família custou a perceber a gravidade do sofrimento do Padeiro, sendo necessária a intervenção da assistente social para que a família começasse a perceber seus problemas. Aos poucos, seu pai passou a freqüentar quase que assiduamente o “grupo de família”, que era dirigido por E.

E. conduziu um trabalho clínico com o objetivo de trazer o Padeiro para o cotidiano, posto que ele apresentava dificuldade em definir claramente seus objetivos e seus problemas, cujas queixas apresentavam-se sempre de forma abstrata. Ele se queixava de não encontrar sentido para a vida, e procurava fazê-lo por meio da tentativa de elaborar explicações usando a linguagem verbal, além de expressões motoras que utilizavam, sobretudo, as mãos. Dizia sofrer constantemente com dúvidas e dilemas, apresentando uma grande falta de pragmatismo para lidar com os problemas cotidianos.

Percebendo isso, a assistente social convidou uma terapeuta ocupacional, L., para realizar um “trabalho concreto, de natureza projetiva” (definição da terapeuta ocupacional). Sugeriu-se, então, anotar as frases produzidas por ele na tentativa de entendê-lo e, também, a forma como seu pensamento encarnava as palavras. Esse trabalho teria dado uma organização melhor para ele.

Segundo relato de Padeiro, aos quarenta anos de idade ainda não havia tido relações sexuais. Foi paquerado por outra usuária, M., com quem começou um relacionamento. Decidiram casar, morar juntos, não ocorrendo formalização da união frente ao Estado. Até quando acompanhei sua trajetória (julho de 2005) ele tinha uma vida independente da família, com a qual restabeleceu contato, rompido após uma seqüência de crises. Contudo, no período posterior à recuperação do Padeiro, o irmão (cabe ressaltar, considerado são), teve vários problemas profissionais e financeiros que implicaram em seu retorno a morar na casa dos pais. Padeiro jogava futebol com os vizinhos, e – segundo ele próprio – esta vida fora do espaço hospitalar o auxiliou a não piorar dessa situação em que se encontrava.

Em 1995, a firma em que trabalhava fechou. Então, entrou para a cooperativa com o intuito de ajudar no orçamento da casa em que já morava com sua cónjuge. Começou a confeccionar e vender receitas de biscoito que E. lhe trouxera. Foi uma iniciativa própria dele, que a assistente social articulou oferecendo receitas de crescente complexidade. Nessa época, ele disse, "entrei já consciente de que queria melhorar. Eram menos clientes, não era assim". A entrada do Padeiro na cooperativa Arte Paladar foi complicada porque, até então, ele era o único em sua função. Ele já confeccionava os pães paralelamente ao funcionamento da cantina, e esse trabalho foi progressivamente sendo anexado à Arte Paladar.

Em junho de 2004, a psicóloga C., responsável pela cantina, decidiu tornar a produção da padaria obra de mais de um artífice. Padeiro, por sua vez, estava receoso de dividir o que ganhava, pois caso as vendas não aumentassem proporcionalmente, haveria uma queda em seu ganho. Mas, desde fevereiro de 2005, ele passou a treinar um aprendiz, planejando produzir seus pães em casa, fora do EAT. Suas questões eram práticas, de sobrevivência. Reclamava que C. (psicóloga responsável pela oficina de culinária) não o ouvia. Passou a ter seu próprio sustento financeiro através da cantina, um relacionamento estável. Reatou o relacionamento com sua família, com um relacionamento “comum²¹” com a família de sua cônjuge.

Padeiro quando estava frente a uma situação ansiogênica, demonstrava ter dificuldade em se organizar, tal dificuldade tornava a situação mais complexa, e isto tornava a situação mais ansiogênica para ele; assim por diante, em uma espiral. Tinha necessidade de segurança e de proporcionar segurança para aqueles a quem ama. Mas, ao final do período em que acompanhei sua trajetória, estava bem mais flexível – segundo ele próprio, inclusive. Apesar de ter alguns problemas de relacionamento com a esposa – que, segundo ele e os técnicos do serviço, é ciumenta, exigente e realiza mais compras do que o orçamento do casal permite –, tais problemas não chegam a causar-lhe uma desestruturação.

Julga que o que teve não foi loucura, mas sim uma “desagregação” (suas palavras). Isso ocorreu, diz ele, “devido à pressa da vida, que é louca”. “Desagregava” com as cobranças para que ele falasse, não falava porque era algo muito complicado para ele. Achava que as pessoas achavam (e ele próprio achava) que o amor é uma idéia ridícula.

Quando começou a confeccionar biscoitos, escolheu não solicitar um LOAS²² a que tinha direito legal, por considerar-se capaz de trabalhar. Recusara tal benefício porque implicaria ostentar para si mesmo e para os demais o *status* de doente. Apesar de no início as pessoas desconfiarem quanto à higiene dos alimentos produzidos, com o passar do tempo adquiriu reconhecimento e fez cursos sobre o ofício. Durante um período, Padeiro se questionou se era um artesão ou um operário. Posteriormente, a dúvida se desfez. Quando perguntado se era artesão ou operário, já respondeu prontamente: “os dois”. Isso porque, para ele, era operário por ter de se preocupar com a produção e a venda, a rentabilidade. Era artista por inovar, improvisar, buscar o belo. Belo que só será conhecido *a posteriori*. Artista preocupado com a apreciação, operário preocupado com a satisfação. Segundo Padeiro, “os

²¹ Aqui no sentido utilizado por Canguilhem (1999) para denominar aquilo que aparece com mais frequência.

²² Benefício social para pessoas portadoras de transtorno mentais graves consideradas legalmente sem condições mentais de trabalhar.

pães são uma parte de você que você criou para ser ingerida. É algo que preenche alguém, satisfaz alguém. A satisfação é alcançada satisfazendo o outro”.

Escolheu-me, o Padeiro, como seu *intercessor* (DELEUZE, 1990). Em um primeiro momento, ao ver a chegada de dez jovens, pensou que os mesmos fossem também clientes, usuários do serviço. A mim, particularmente, após saber que era estagiário, pensou que fosse de Música, Arte, menos Psicologia, devido à forma como foi conduzida a nossa conversa. Esta tinha por temas música (principalmente), economia, política (mas os políticos profissionais estão ocupados em outros afazeres) e futebol (mas um jogador profissional não tem o meu porte) – enfim, sobrou a música.

A preocupação com ter alguém com quem pudesse conversar sobre determinados assuntos, como “responsabilidade por manter a maior parte da renda da casa”, sexo, questões de trabalho, enfim, a preocupação de ter alguém com quem pudesse conversar abertamente acerca de assuntos relacionados à virilidade foi determinante na sua escolha: “você foi a única pessoa de quem teria uma idéia de vigilância para que eu não me fechasse”. Disse ele Tinha uma admiração pelas estagiárias anteriores que foi interpretada como paixão. Disse, então “com você eu não iria ter isso”. Pensava que não iria ter tanto desembaraço com as estagiárias de sexo feminino, nem conseguiria ser tão conciso com elas. Contou-me que desde que comecei a atendê-lo, passou a estar mais estável, suas crises se suspenderam, conseguindo ser mais pragmático e mais flexível em sua vida. Vale destacar que sua cônjuge anteriormente já havia me procurado para agradecer-me, relatando o mesmo. Agora, finalmente, apresenta-se o Padeiro e sua transformação.

- **Início**

C., a psicóloga responsável pela cantina, pediu-me que o acompanhasse na feitura dos artigos de padaria. Nossos primeiros encontros, que não se passavam em um enquadramento psicoterápico, abordavam política, música, economia e futebol. As conversas tinham horário e duração variados, tendo como local o espaço da padaria da Cooperativa. Mas não estavam incluídos em um projeto terapêutico, não tinham uma finalidade, eram, em princípio, conversas cotidianas entre dois homens. E, juntos, fazíamos salgados para serem vendidos por ele, na loja e como ambulante (ele circulava pelo hospital, vendendo seus produtos, transformados em mercadorias por esse padeiro-vendedor), tipos variados: italiano, cachorro-quente de forno, pão-de-queijo. De início, eu próprio me perguntava o que tinha isso de terapêutico e de atribuição de um psicólogo ou de estagiário, no entanto contentei-me em, por hora, acompanhá-lo nas atividades da padaria, esperando que algo ocorresse — algo que me

convocasse a agir de alguma forma técnico-profissional. Mas, ao mesmo tempo, nossas conversas eram divertidas e, por vezes, atraíam mais parceiros (homens) em nossos debates. Durante meu segundo mês de estágio, ele me convidou a acompanhar sua psicoterapia, junto a outra psicóloga, A..

Continuava ainda a me perguntar o que tinha aquilo a ver com Psicologia ou Saúde Mental, e continuava a esperar a ocorrência de algo que suscitasse meu agir. De estagiário a ajudante de padeiro... Limitei-me a obedecer: o espaço da conversa na cantina era um espaço onde ele colocava questões suas, por vezes substituindo – quando havia excesso de clientes para serem atendidos – o espaço da psicoterapia, que por vezes era realizada na padaria. Tal decisão foi tomada por mim e pela psicóloga A., sendo acatada pela equipe do EAT.

Enquanto isso, a cômputo de Padeiro contraía sucessivas dívidas, que ele se esforçava por pagar. Pedia empréstimos, retirava o nome deles da lista do Serviço de Proteção ao Crédito, e o fazia com naturalidade e facilidade. Isso foi espantoso, para mim, a princípio, posto que ele era descrito pelos técnicos que o acompanhavam como um caso grave de esquizofrenia grave e crônica.

Foi durante esses encontros na padaria que pude conhecer o Padeiro para além daquele que o enquadramento me mostrava. Apesar de ter habilidade para a execução das tarefas descritas acima, demonstrava ter muito maiores dificuldades de organizar a sua ação quando alguma e qualquer coisa estava fora daquilo que era necessário para a execução da tarefa prescrita, como por exemplo: falta de um ingrediente ou instrumento, sumiço de alguma chave, escassez de ingredientes etc.

Comecei a perceber também que ele realmente se abalava com os acontecimentos ao redor, desde uma briga entre clientes a intrigas no Palácio do Planalto. E, ao mesmo tempo, quanto mais a situação se distanciava do ideal, ou seja, quanto mais obstáculos surgiam no planejamento ou na execução de atividades de sua vida cotidiana, mais falava de problemas exteriores a ele, como a política. Quanto mais a situação rotineira se degradava, mais as ações verbais aumentavam, e as motoras diminuía. E, conforme dito anteriormente, o seu modo de utilizar a linguagem, nessas ocasiões, se tornava ainda mais particular, de modo que as pessoas tinham dificuldade em entendê-lo.

- **Meio**

Aos poucos, fui compreendendo seus modos de habitar a linguagem, mesmo nos momentos de maior aflição. Já conseguia estabelecer comunicação com ele, mesmo nesses momentos. Contou-me que sentia dificuldade com a cômputo, no sentido de negociar com ela seus gastos. E também sentia dificuldade em falar com a gerente da cantina, C., no sentido de

estabelecer reivindicações. Além disso, havia ocorrido um desentendimento entre ele e um antigo amigo, que conheceu ali mesmo, e ainda não sabia como resolver isso. Enfim, sentia dificuldades em falar com o outro sobre o que sentia.

Durante as confecções, eu procurava agir de modo como se todo e qualquer imprevisto fosse banal, mesmo que alguns desses imprevistos impedissem a realização de qualquer produção. Eu utilizava para isso a minha posição de leigo na arte da confeitaria. Em todas as situações em que ele experimentava uma desestabilização de seu repertório de ações, eu dirigia-lhe perguntas como “o que está acontecendo?”. Afinal, eu nada sabia de padaria. Solicitava-lhe que contasse-me todos os antecedentes do acontecido e todas as consequências. E o que era possível fazer na ocasião. Procurei fazê-lo explicar para mim todas as situações que o desestabilizavam. Era uma forma de ele construir a situação, via produção linguageira, também para si.

Aos poucos, passei a dar sugestões, mas na forma de perguntas, sobre possíveis diagnósticos de problemas, do fermento, do ponto da massa etc. Foi então que ele nomeou-me “auxiliar de padeiro”. E realmente era um *auxiliar*: alguém em quem ele pudesse confiar e ter como um auxílio, através da produção linguageira, na execução das tarefas. Ele próprio me disse, em um desses encontros, que era bom para ele ter alguém o acompanhando, porque o ajudava a superar essas “surpresas”.

Um dia, fomos fazer *sonho*. Estávamos há muito tempo pensando em fazer esse tipo de doce. Ele já tinha feito, e se trata de uma receita relativamente simples. Mas tivemos problemas para encontrar todos os ingredientes, por motivos diversos: o fermento apodreceu porque a faxineira o colocara no congelador, após limpar a geladeira; o leite havia sido utilizado pelo pessoal da confeitaria; o açúcar e outros ingredientes estavam em um armário trancado, cuja chave estava com a psicóloga C., que por sua vez não estava lá, no dia; entre outros problemas.

Configurado o quadro de impossibilidades, não nos detivemos aí: planejamos como arranjar cada um dos ingredientes. Fomos cuidando, separadamente, pacientemente, de conseguí-los, um a um. Tivemos de circular, andando por vários lugares, demorando cerca de uma hora para completarmos os ingredientes. Rimos muito, enquanto esperávamos o teste do fermento. O recheio não foi de chocolate, como prevíamos, mas de creme. Comprei um, achei muito gostoso. Aliás, todos os que compraram o aprovaram, e muitos compraram mais de um.

Esse evento, quatro meses após o início de nossa parceria, sintetiza bem um processo no qual Padeiro, tendo a mim como um apoio para um exercício de liberdade (posto que conquistara sua confiança enquanto profissional), passou a se sentir menos frágil frente às

sucessivas desestabilizações cotidianas. No final de dezembro, conseguia resolver sozinho todas essas questões, trabalhando mesmo quando eu não estava presente.

Trouxe, então, para mim, uma outra questão: ele queria saldar suas dívidas, além de fabricar e vender seus pães em casa. Juntos, Padeiro, eu e sua técnica de referência realizamos um levantamento de suas dívidas. Ele preparou então um plano para saldá-las. A seguir, elaboramos um projeto para que, após o saneamento das dívidas, ele conseguisse reunir capital no menor tempo possível e, assim, pudesse fabricar os seus produtos em casa.

- **Um novo começo**

As atividades da padaria (Padeiro era o único a produzir regularmente artigos dessa ordem) começaram a atrair curiosos. Outros usuários do Serviço juntavam-se por vezes a nós. Ensinando-me, Padeiro deu-me o título de “aprendiz de padeiro”. Segundo seu relato, ele tinha consciência de que, apesar de trabalhar junto a ele, não recebia eu dinheiro algum. Ele fazia piadas sobre isso, apesar de não parecer gostar do fato – ou por isso mesmo. Passou a perguntar-me sobre o processo de confecção, por vezes, de modo a ter certeza de que eu estava compreendendo a atividade (segundo seu próprio relato).

No decorrer do mês de março, um outro usuário aproximou-se da padaria, e Padeiro passou a ensiná-lo. Outros aprendizes chegaram, e transformaram-se, pouco a pouco, em atores mais fixos na padaria. Minha presença foi se tornando menos necessária: ele passou a tomar providências sem a minha parceria presencial, quando algo ia errado. Quando necessário, solicitava o auxílio de outros.

Reclamava de algumas falhas de seu (novo) aprendiz, às vezes. Quando era necessário uma grande produção, como nos serviços de bufês, ele orientava várias pessoas na feitura dos pães. Consegui, com a ajuda de uma intervenção de terapia de casal, expor seus problemas com sua cômpute. Voltou a falar com seu antigo amigo. Passou a se expor, na Cooperativa. Além disso, estava perto de ver começar a fabricar os artigos de padaria em casa, faltando apenas a reunião de capital inicial necessário – que estava conseguindo reunir antes do tempo previsto.

Apresentado o caso de Padeiro, os capítulos posteriores tratarão da análise dessa transformação. O próximo capítulo retomará, aprofundando, a análise realizada em pesquisa anterior (NOGUEIRA Fh., 2005), explorando o conceito de ritornelo. O término dessa análise indicará a atividade dirigida como conceito interessante para o estudo da Inventividade.

CAPÍTULO III

O RITORNELO E O PADEIRO

3.1. Rizoma e agenciamento

Entender o sistema cognitivo enquanto *rizoma* significa entendê-lo (dentre outras coisas) enquanto *multiplicidade*: “é somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 16). Uma multiplicidade tem determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude sua natureza. Quando há, dessas dimensões, um crescimento que muda a natureza da multiplicidade à medida que aumenta suas conexões, dá-se a este crescimento o nome de *agenciamento*. No rizoma não existem pontos, mas apenas linhas. O sistema cognitivo vai, então, assumir diversas configurações (ou códigos) conforme sua interação com o meio, conforme inventa continuamente a si e ao mundo. E, se ele é afetado, é afetado em/por agenciamentos.

Um agenciamento situa-se entre fluxos heterogêneos, sendo superfície de estratificação que os coloca em contato direto. Não uma relação entre dois termos dados, mas o que vai constituir ambos, sujeito cognoscente e objeto cognoscível. Ele é as linhas e as velocidades que entram em relação, de modo a compor um e outro; implica em afecções, e (pro)põe desterritorializações e territorializações; suscitará linhas de fugas no sistema cognitivo.

Conforme mencionado no segundo capítulo, o agenciamento possui duas faces. Uma é constituir-se *agenciamento maquínico de corpos* – resulta em uma máquina que põe em relação imediata os fluxos cognitivos e técnicos que dele participam. Entre cognição e instrumento há circulação de afecções e efeitos recíprocos em uma zona de osmose, de indiscernibilidade e produção de diferença. A outra face é a de *agenciamento coletivo*: o instrumento não se define como entidade puramente técnica. Por exemplo, no lidar com um fogão, Padeiro não interagia somente com o calor e a massa (*maquínico*), mas também com os artífices da confeitaria e do restaurante que utilizavam o mesmo aparelho, devendo eles

coordenarem seus gestos de modo que não houvesse mais de uma pessoa querendo utilizar o forno ao mesmo tempo.

3.2. O código e o território

Entendo que o conceito de *território* é próximo ao conceito de *domínio cognitivo*, de Maturana & Varela (KASTRUP, 1995), posto que é um ambiente de vida que só existe para aquele que o habita, sendo conjunto de interações entre vivente e meio. O vivente vai ser apreendido, assim, através do conceito de *estrato*: matérias formadas e intensidades aprisionadas em sistemas de ressonância e redundância, em regularidades (DELEUZE & GUATTARI, 1995). Cada estrato é formado por meios, isto é, por blocos de repetição vibratória de componente.

Assim, o vivo tem um meio exterior que remete aos materiais; um meio interior que remete aos elementos componentes e substâncias compostas; um meio intermediário que remete às membranas e limites; um meio anexado que remete às fontes de energia e às percepções-ações (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.118).

Todo meio opera por territorialização e por codificação, procedendo por territorialidade e código. *Código* é forma, é a repetição periódica, aprisionamento para a constituição desse mesmo domínio. Todo código implica uma perpétua transcodificação.

Transcodificação é a maneira pela qual um estrato serve de base para outro, ou se estabelece sobre um outro, ou ainda se dissipa ou se constitui no outro. Entendo que esse conceito se aproxima do de *apropriação*, proposto por Clot (1999)²³, posto que transcodificar é tornar código algo que está fora do código – ainda que tenha um outro código, código indesejado e, portanto tratado como fora do código. Um código, assim, toma ou recebe componentes codificados diferentemente, mas também pode tomar ou receber fragmentos de outro código enquanto tal. Os meios são abertos ao caos, que os ameaça de esgotamento. Da comunicação entre os meios, da passagem transcodificada de um para outro meio, há o ritmo. O *ritmo* é justamente a diferença entre as repetições periódicas dos meios.

O *território* é produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos, é constituído com aspectos ou porções de meios. Há território quando componentes dos meios deixam de ser direcionais para serem *dimensionais* (o que implica em começar a fazer rizoma); deixam de ser funcionais para se tornarem expressivos. Há território quando há expressividade do ritmo. É a emergência de matérias expressivas que vai definir um território.

²³ Ver definição do conceito mais adiante, no capítulo 4.

Uma matéria se torna *expressiva* quando adquire uma constância temporal e um alcance espacial que fazem dela uma marca territorializante. As matérias de expressão entram em relações móveis umas com as outras, relações estas que vão exprimir a relação do território que elas traçam com o meio interior dos impulsos e o meio exterior das circunstâncias. São as relações internas estabelecidas entre si que constituem os *motivos territoriais* e os *contrapontos territoriais*, constituindo pontos que tomam por contraponto as circunstâncias dos meios interno e externo, respectivamente. Estes motivos e contrapontos põem os impulsos e as circunstâncias em relação com o território. Os motivos territoriais formam *rostos* ou *personagens rítmicos* e os contrapontos territoriais formam *paisagens melódicas*. É por meio destes personagens e destas paisagens que os motivos e os contrapontos territoriais exploram as potencialidades do meio, interior ou exterior. Ao entrar em relações variáveis umas com as outras, exprimem um *estilo*, a relação do território com impulsos interiores e circunstâncias exteriores.

O território é, primeiramente, a distância crítica entre dois seres da mesma espécie. Implica dois efeitos notáveis:

- *reorganização das funções*: as atividades funcionais adquirem um novo aspecto. É aqui que surgem os ritornelos profissionais, posto que estes necessitam de uma distância mínima entre agentes do mesmo ofício. Temos, no caso em análise, a dificuldade de Padeiro em aceitar a presença de outros ocupando o mesmo ofício que ele. A existência de muitos padeiros implica a imediata redução da capacidade do meio de atender às iguais expectativas de cada um. No caso, a presença de vários padeiros, sem o aumento dos clientes, provocaria a imediata queda da capacidade de remuneração do mesmo ofício;

- *reagrupamento das forças*: o território reagrupa todas as forças dos diferentes meios em um só feixe, constituído pelas forças da terra. Esse centro do território, onde as forças se alinham, é o que permite a organização das funções de meio em trabalho: os ofícios pressupõem que “(...) atividades funcionais diversas se exerçam no mesmo meio, mas também que a atividade não tenha outros agentes num mesmo território”. (DELEUZE & GUATTARI, 1997). No caso, pode-se citar a transformação de Padeiro em mestre-de-ofício. Quando devém mestre-de-ofício, instaura uma relação com o meio que conduz a um território diferente daquele do padeiro – é outro o seu meio de relação, apesar de habitar os mesmos espaços. E, ao instalar-se a presença de um mestre-de-ofício, muda-se toda a produção dos pães. Ele consegue, então, uma nova articulação com a padaria, de modo a conservar seus ganhos e sem entrar em conflito de concorrência com os demais artífices.

Existe sempre uma defasagem entre código e território. O segundo surge em uma margem de liberdade do primeiro, não indeterminada, mas determinada de outro modo. Se cada meio tem seu código e há uma incessante transcodificação entre os meios, o território se forma no nível de certa descodificação. O território, ao estar em defasagem com o código, permite novas espécies, dando ao vivo a possibilidade de se diferenciar. O território é, assim, lugar de passagem para um outro código. E o *ritornelo infra-agenciamento* (ou seja, conexão dentre os meios do estrato vivente) se torna *intra-agenciamento* (ou seja, conexão entre os meios do estrato vivente) ao haver organização entre as matérias de expressão de modo a compor um estilo. Torna-se, no mesmo gesto, *inter-agenciamento* (ou seja, conexão entre estratos).

3.3. O ritornelo

Ritornelo é todo conjunto de matérias de expressão que traça território, desenvolvendo personagens rítmicos e paisagens melódicas. O que mantém as marcas territorializantes em um mesmo ritornelo denomina-se *consistência*: o manter-se junto, a duração. Consistência é o ato que produz o consolidado, tanto o de sucessão quanto o de coexistência.

Mas, ainda, “(...) em muitos casos uma função agenciada, territorializada, adquire independência suficiente para formar ela um novo agenciamento, mais ou menos desterritorializado, em vias de desterritorialização” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.133). Um componente desterritorializado ou em vias de desterritorialização pode aparecer como operador, não sendo objeto parcial ou transicional, mas sim *conversor de agenciamento*. De um agenciamento a outro, um componente de alternância vem tomar seu lugar e ganha importância cada vez maior: o ritornelo.

Dessa forma, os ritornelos podem ser classificados em:

- 1) os ritornelos territoriais, que buscam, marcam, agenciam um território; 2) os ritornelos de funções territorializadas, que tomam uma função especial no agenciamento (...); 3) os mesmos, enquanto marcam agora novos agenciamentos, passam para novos agenciamentos, por desterritorialização-reterritorialização (...); 4) os ritornelos que colhem ou juntam as forças, seja no seio do território, seja para ir para fora (são ritornelos de afrontamento, ou de partida, que engajam às vezes um movimento de desterritorialização absoluta (...) O Cosmo como imenso ritornelo desterritorializado) (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.137).

3.4. A transformação do padeiro: o ritornelo

Pode-se agora compreender como esses matizes se aplicam à transformação de Padeiro. Com os acontecimentos anteriormente descritos, ele pôde experimentar a aproximação de alguém em seu território. Ele entrou em contato com alguém que não o abordou pelo seu sofrimento patogênico, mas por música, economia, política e futebol. Encontrou um lugar onde seu discurso não fosse colocado entre parênteses, enquanto fala de um doente. *Outsider*, ser de borda, eu não significava risco de invasão, posto que entrava em outro modo de articulação com a Cooperativa: não estava ali para vender e ganhar, não entrando em competição. Eu estava ali em uma operação de compreender e auxiliar. Fui uma figura que pôde, então, aproximar-se dele nesse seu território. Uma vez que *a função da fala sobre a atividade* não significa, nessa convivência, uma ameaça ao território, Padeiro pôde experimentar várias e variadas vezes a situação em que o segredo da atividade de ofício não significava ameaça, no trabalhar com o terapeuta escolhido. Esta repetição, por sua vez, ao ocorrer não só em várias e – sobretudo – variadas vezes, permitiu a criação de uma consistência para este *lidar com o meio (de trabalho)*, nas diversificadas vezes em que a fala sobre a atividade foi externalizada. Há sempre espaço para a repetição, que é apenas um dos modos da diferença. A função da fala sobre o ofício foi, pouco a pouco, liberada de seu atrelamento ao território. E, ao perceber que a revelação do segredo da confecção não lhe causava risco, conseguiu experimentar não só ensinar, mas também verificar se aquele conhecimento fora apreendido pelo outro. Esse verificar se há apreensão do conhecimento passa por avaliar as ações e a fala do outro. Responder a dúvidas eventuais é externalizar seu pensamento por meio da fala, e, novamente em avaliar a apreensão do conhecimento. A fala de ofício deixou seu aspecto territorial, tornando-se cada vez mais social. Antes, a fala que não deveria ser dita – o que implica todos os engenhos para postergar o compartilhamento do conhecimento da informação –, agora, é fala que deve ser expandida, alastrada com o devido controle para que haja certeza da eficácia do “treinamento”.

A experiência do aumento da produtividade forneceu uma ocasião para perceber bons efeitos do trabalho com o outro. O Padeiro encontrou-se na posição de transmitir um saber, sem que isso lhe causasse risco. Tal encontro serviu-lhe para colocar-se em uma posição fora da deslegitimação imposta comumente aos ditos “loucos”: era o detentor/ operador socialmente autorizado de um saber e exercitava um poder (poder de dizer o que deve ser feito, cf. as regras de ofício) de que ele fazia uso ao ensinar e avaliar as tentativas do outro.

O terapeuta, por sua vez, atuou como *conversor de agenciamento*²⁴ para que Padeiro gradualmente desvinculasse a função de ofício do agenciamento territorial, desterritorializando-o. Um movimento de descodificação e codificação que lhe permitiu traçar um novo modo de lidar com as circunstâncias. Assim, estabeleceu-se um inexperiente mestre que procurava ensinar aos outros, tornando-os aprendizes, dando acabamento ao coletivo de ofício. Devir-mestre-de-ofício, devir-*chef*. Já não mais experienciava a situação de *formação* (ou, como se diz, na fórmula norte-americana, gerencial: “treinamento & desenvolvimento”) e de trabalho em equipe como ameaça de entrada de concorrentes, mas se tornava, aos poucos, uma espécie de artífice, de mestre de ofício.

Em um momento inicial, o ritornelo do ofício apresentava matizes territoriais. Ele demarcava território, no sentido de não permitir acesso de outros à padaria. E conseguia, com razoável eficácia, manter outras pessoas longe daquele território. A fala aqui é, sobretudo, a fala que busca nada dizer: conservar o território é, sobretudo, conservar o segredo do ofício.

Logo em seguida, por desterritorialização, o ritornelo do ofício passa para uma função específica no agenciamento: função social, isto é, a de permitir a entrada de alguém no território. Isso acontece quando Padeiro começa a partilhar o conhecimento do ofício comigo, que pude entrar no território sem tornar-me ameaça. Ele tem que, então, articular o ritornelo de ofício de modo que esse novo agenciamento com a padaria (novo, uma vez acrescentado o componente “ajudante”, constituindo seu coletivo) seja posto em um novo equilíbrio metaestável. Então, o ritornelo passa para uma nova função nesse agenciamento, deixando de ser fala para proteger o segredo para ser fala para propagá-lo corretamente, sistematicamente, segundo as regras de ofício. Esse ritornelo, para associar-se ao componente ajudante, teve de associar-se a outras funções, como a observação perita do outro, além de todo o complexo conjunto de funções ligadas à transmissão ao ensino. Sim, ensino porque, nesse mesmo espaço de consideração do outro enquanto legítimo outro, houve a preocupação de que este ajudante não apenas reproduzisse o trabalho, mas que tivesse acesso ao conhecimento do ofício. E foi essa preocupação de transmissão do ofício a um outro (que poderia, a princípio, apenas executar ordens, ou simplesmente olhar) que o ritornelo da fala do ofício pode abrir para outro agenciamento, se desterritorializando, saindo do plano de defesa do território para um plano de gregarismo. Agora, a fala sobre o ofício estava descolada da exclusiva defesa do território.

²⁴ Ver mais adiante.

Cabe, aqui, fazer uma pausa para perguntar: o que fez esse encontro ser possível, uma vez que outros estagiários/os passaram pela Oficina, bem como acompanharam Padeiro em sua psicoterapia? Pode-se explorar a pista de que o que promoveu a consistência desse encontro foi (dentre outras coisas) justamente aquilo designado como conversa-de-homem: além das considerações sobre futebol, política, economia, e música – com quem dificilmente conversava, principalmente tendo seu discurso autorizado, e não colocado entre parêntesis — havia também a cumplicidade para ele tratar de assuntos pertinentes ao universo masculino, tais como a preocupação de “levar dinheiro pra casa”, auto-imagem profissional, virilidade e potência sexual. Uma vez que os assuntos não-íntimos foram tratados de forma prosaica, esse espaço de consideração do outro enquanto legítimo outro em presença de alguém possibilitou a emergência de uma confiança para tratar de assuntos mais íntimos. E, ao mesmo tempo, confiança para compartilhar os segredos do ofício sabendo que seria respeitado enquanto um detentor/operador de um saber. Assim, o ajudante, no coletivo de ofício em constituição, tem duas funções: 1) ser um outro com quem pode compartilhar o segredo sem oferecer ameaça, ao mesmo tempo em que o separa da solidão do exercício solitário do ofício na luta exclusiva por defender seu território; 2) ser um componente que aparece como potência de maximização das ações de Padeiro sobre o mundo (e sobre si).

A seguir, juntamente com o componente do ajudante, o componente do ritorno do falar sobre o ofício abre margem para o ajuntamento de forças no sentido de habitar outro território: a venda para fora do hospital, para uma venda perto de sua casa. Esse ajuntamento de forças vai por em ação funções há muito tempo aparentemente não utilizadas, como aquelas de técnico de contabilidade, bem como os conhecimentos adquiridos nos anos da faculdade de administração. Isso porque foi necessário o estabelecimento de um plano para saldar dívidas da cônjuge, bem como a prospecção de clientes. E eram aparentemente não utilizadas porque faz parte do ofício de padeiro, entre outras coisas, calcular. Por exemplo, a possibilidade de vendas de cada produto confeccionado, para que não sobre excedente não-comercializável. É importante mencionar que esses movimentos de venda fora do espaço do hospital começaram por iniciativa do próprio Padeiro.

Ao mesmo tempo, o falar concorre para estabelecer outro território, junto a outras funções que concorrem para isso, como aquelas pertinentes ao agenciamento gregário que compartilhava o ofício, bem como funções ligadas ao gerenciamento. Esse novo território, o do mestre-de-ofício, começa a ser desenhado quando opera uma zona de afetação recíproca: o devir-aprendiz do terapeuta e o devir-mestre-de-ofício de Padeiro. Quando o auxiliar autorizado já tinha algum conhecimento, o Padeiro pôde dar-lhe instruções mais complexas,

passando a gerenciar parte do processo, reservando para si as partes mais delicadas do mesmo. O Padeiro, por sua vez, nesse contato com o ajudante em que havia uma confiança, foi se sentindo mais seguro para enfrentar as dificuldades de trabalho que implicavam variações no processo, conseguindo explorar domínios cada vez maiores de variação, gradualmente. Conseguindo, assim, experimentar inclusive a variação de ver parte de a produção ser executada por outrem, e foi adquirindo, assim, novos modos de lidar com a padaria. Consolidando essas experiências de lidar com as variações do meio, a figura daquele ajudante foi se apagando, tornando-se antes um lugar que uma pessoa. Foi aceito um novo ajudante, e aos poucos outros foram se inserindo. Forjou-se nesse processo um mestre-de-ofício.

Quando um agenciamento está em vias de desterritorialização, nele se insere um conjunto de pontas ao qual se dá o nome de máquina. Os enunciados maquínicos são os efeitos de máquina que definem a consistência necessária à emergência de matérias de expressão. As máquinas abrem as funções para outros agenciamentos, ou, ao contrário, os fecham, como em casos de desterritorialização precoce e brutal – efeito denominado pelos autores de buraco negro. Consistem, os enunciados maquínicos, esses efeitos de máquina, em redução ou manutenção da autopoiese. Pensando, também, a morte em vida, já falada por Canguilhem em *O normal e o patológico* (2002). Temos, aqui, os diferentes agires que foram sendo forjados com a presença do ajudante, desde níveis pertinentes às formas constituídas – por exemplo, o dia da semana em que os artigos são fabricados – até níveis moleculares, tais como o amassar do pão quando se tem ainda que ensinar a outrem, de modo que o amassar esteja visível.

Uma das vantagens do conceito de ritornelo é a de considerar o “desenvolvimento” como ligado “(...) aos reagenciamentos originais dos diferentes modos de codificação e semiotização, dos quais não se pode determinar a priori a natureza nem o encadeamento” (GUATTARI, 1988, p.156). Apesar disso, esse conceito propõe dar conta antes da efetividade da utilização da linguagem e outros componentes semióticos enquanto dotados de propriedades materiais neles mesmos (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.301). Não compete à categoria de ritornelo, a não ser à guisa de uma extrapolação cuidadosa, a relação sujeito-ferramenta. Torna-se interessante, então, voltar-se para o conceito de atividade dirigida para tentar tornar possível o acesso à atividade inventiva.

É sobre isso que trata o quarto capítulo. Nele é apresentada uma análise do mesmo caso clínico – desta vez, utilizando o conceito de atividade dirigida, no qual se articulará, também, esta nova análise à primeira.

CAPÍTULO IV

A ATIVIDADE DIRIGIDA E O PADEIRO

Neste capítulo, busca-se apresentar e explorar o conceito-chave da abordagem da Clínica da Atividade (Clot, 1999b): o de *atividade dirigida*. Já na introdução, delineou-se a aposta que é lançada nesta dissertação, de que esse conceito é pertinente para o exercício da tentativa de compreensão, pela Psicologia, da inventividade. Percebe-se, nesse conceito, a abertura para uma proposta de uma cognição permeável a perturbações externas, que lhe causariam ruptura no sentido de mudanças em suas leis de funcionamento.

Para tanto, faz-se mister, antes, apresentar, ainda que sumariamente, os conceitos que lhe fornecem base, no interior de seu meio de emergência: a Psicologia Sócio-histórica (Vigotski) e a Linguística Dialógica (Bakhtin).

4.1- Vigotski e a Psicologia Sócio-histórica

4.1.1- Instrumento, signo e mediação

Schneuwly (1999), em um texto sobre o desenvolvimento da noção de desenvolvimento em Vigotski, retoma o conceito de mediação, proposto pelo cientista russo (Vigotski, 1998): “Cette idée de médiation – interposer entre l’homme et la nature une chose, elle-même nature – transforme fondamentalement la conception de l’action de l’homme sur la nature et sur lui-même” (SCHNEUWLY, 1999, p.270). Na ação sobre a natureza – na atividade – a ferramenta modifica não somente a natureza, mas a maneira de o homem se relacionar com ela. Com a introdução do conceito de signo, Vigotski aponta a existência de uma atividade mediada de ação sobre o outro e sobre si mesmo. Essa concepção de signo como mediador da ação sobre os outros e sobre si traz duas implicações ao conceito de desenvolvimento:

- com a noção de mediação e de função²⁵ psíquica, o desenvolvimento não mais é pensado como movimento linear, mas repleto de revoluções e reorganizações das funções e de suas relações;

²⁵ Ver definição mais adiante.

- com uma proposta de construção social das funções superiores, o desenvolvimento não é mais tido por endógeno, mas como um relacionamento entre as formas culturais e as formas primitivas que caracterizam o próprio comportamento.

É dessas duas implicações que surge o conceito de zona de desenvolvimento proximal.

Segundo o próprio Vigotski (1998, p.33),

O momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem.

Se o instrumento implica maiores capacidades de manipulação do não-humano, o signo implica o fator humano: “Antes de controlar o próprio comportamento, a criança começa a controlar o comportamento com a ajuda da fala. Isso produz novas relações com o ambiente, além de uma nova organização do próprio comportamento” (idem, *ibid.*).

A fala proporciona maiores possibilidades de ação. A cognição se envolve em vários atos preliminares, utilizando os métodos “instrumentais” ou “indiretos”. Utilizando palavras para criar um plano de ação específico, procura e prepara estímulos de modo a torná-los úteis para a resolução de problemas. Assim, cresce, com a fala, o hiato entre percepção e ação. Segundo Vigotski, “a criança que usa a fala divide sua atividade em duas partes consecutivas. Através da fala, ela planeja como solucionar o problema e então executa a solução elaborada através de uma atividade visível” (1998, p.35). Além disso, ao falar, o humano consegue se tornar objeto de sua própria cognição, percebe a si mesmo para agir inclusive sobre si mesmo. E, mais, a capacidade de controlar o comportamento de outra pessoa incorpora-se à sua atividade. Inicialmente, a fala descreve o ambiente e solicita ajuda. Posteriormente, descola-se do final da atividade para seu início, e passa a ter a função de planejar a ação, moldando-a.

O instrumento é utilizado para promover mudanças no ambiente, ainda que isso acabe, por fim, em produzir mudanças no próprio homem. Desse modo, o instrumento “Constitui um meio pelo qual a atividade humana é dirigida para o controle e o domínio da natureza” (VIGOTSKI, *idem*, p.73). Enquanto o signo muda as operações de cada função psíquica, o instrumento amplia a gama de atividades em cujo interior as funções podem operar, conforme demonstrado mais adiante. O instrumento é abertura da cognição. Percebe-se, aqui, um pensamento que se harmoniza com aquele exposto por Canguilhem, em sua leitura da teoria da projeção orgânica.

4.1.2- As funções superiores e os sistemas psíquicos

Segundo o próprio Vigotski (1998), por *função psicológica superior* ou comportamento superior entende-se a combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica. Sua característica é a estimulação autogerada, ou seja, a criação e uso de estímulos promovidos (a criação e o uso) pelo próprio homem. Distingue-se, assim, dos comportamentos ou *funções elementares*, cujos estímulos são oriundos do meio, e não promovidos pelo próprio vivente.

Por *sistema psíquico*, entende-se “une unité psychologique qui intègre en un seul tout, en les transformant, plusieurs fonctions psychiques” (SCHNEUWLY, 1999, p.276). A compreensão desses sistemas e de seus funcionamentos (e *des-funcionamentos*) interfuncionais requer o conceito de *mediador* (signo ou ferramenta), mas não apenas: seu conteúdo, o significado que liga as funções e as organiza, bem como organiza os diferentes sistemas entre si.

O *significado* tem, assim, as funções de generalização (representação elaborada socialmente); e de comunicação (maior ação sobre o outro). Ele configura a disposição e articulação das partes do psiquismo em novas unidades, nas rupturas e revoluções que operam sobre o psiquismo em sua totalidade. Podendo, ainda transformar-se fundamentalmente, em função das funções que assume.

Nessas revoluções, uma função central em um dado momento cede seu lugar a outras. Isto pode acontecer devido ao fato de as funções crescerem em ritmos e proporções diferentes, o que é necessário para pensar a construção de novos sistemas como desenvolvimento das funções psíquicas. É justamente a desigualdade no desenvolvimento das funções psíquicas o motor do desenvolvimento dos sistemas. E essas disparidades têm lugar em uma disparidade mais ampla, aquela entre vivente e meio.

Tal idéia de reorganização de funções e(m) sistemas segundo diferentes ritmos requer que o material que os liga seja polifuncional e maleável, e o significado tem essas características. É o significado que estabelece relacionamento entre cognição e afetividade, permitindo transformar esse relacionamento para criar novos sistemas funcionais. É a partir da noção de significado que trabalhos realizados por Bakhtin podem ser associados à contribuição de Vigotski para a investigação da cognição.

Fatores históricos e culturais participariam na formação do sentido, que se manifestaria em um sistema complexo de conceitos. Segundo François (1999), Vigotski opõe a noção de sentido à noção de significado para explicar porque os signos significam

diferentemente: há um significado estável, comum, mas a mensagem faz sentido porque ela ultrapassa o significado, não se contenta com ela. François aponta que, em Bakhtin, aparece a noção de *tema*, enquanto sentido concreto, sistema de signos dinâmico e complexo, reação da consciência em devir ao ser em devir; noção em oposição ao significado, somente lingüístico, aparelho técnico de realização do tema.

As conseqüências da oposição sentido-significado estão na investigação da distinção do pensamento por complexos daquele realizado por conceitos. Conforme Clot (1999a), o pensamento de Bakhtin esclarece o de Vigotski ao recolocar o devir da palavra na heterogeneidade dialógica irredutível.

4.1.3- Internalização ou apropriação?

Em um artigo Clot (idem) traz interessantes contribuições ao articular a Psicologia Sócio-Histórica com os estudos de Bakhtin – desta vez, acrescentando as contribuições de Leontiev. São dois os conceitos abordados nesse texto: o significado e a atividade.

Quand Vygotski parle du processus vivant de naissance de la pensée dans le mot, il souligne ainsi que l'extériorisation de la pensée pour le sujet n'est que l'autre face de l'intériorisation du mot, et inversement.

Plus largement, le développement psychologique n'est internalisation des instruments sociaux que parce qu'il est, en même temps, externalisation de la pensée personnelle vivante. Le concept d'appropriation rend bien compte d'un processus souvent mal décrit par la notion d'intériorisation (p.167).

O desenvolvimento, assim apreendido como intelectual e afetivo, é a transformação das aprendizagens e das experiências em meios de canalizar, entreter as paixões, o afeto. As paixões ganham o centro do palco da escola sócio-histórica: “Ce sont précisément les passions qui constituent le phénomène fondamental de la nature humaine” (VIGOTSKI *apud* CLOT, *op. cit.*, 167).

Vigotski (1998) define por *interiorização* a reconstrução interna de uma operação externa. Interiorização não é internalização. Em Bakhtin, também, a língua não é interiorizada: deve-se partir não de interiorização da língua, mas da produção verbal do sujeito entre os outros. A experiência verbal do homem é um processo de assimilação mais ou menos criativo das palavras do outro. Nossa fala está repleta das falas do outro, sendo caracterizada por graus variáveis de alteridade e assimilação em relação às palavras do outro.

Com o conceito de significado, Vigotski aponta que o fato de crianças e adultos poderem se comunicar com as mesmas palavras não quer dizer que eles pensem da mesma forma. Nomear não é significar. E o significado é apenas uma atualização do sentido na

palavra²⁶. E é o sentido que vai colocar em relação a consciência e a vida, estabelecendo relação entre as incitações vitais que põem o sujeito a agir, e o que é constantemente tornado sua ação imediata. Se o alvo da ação é a representação cognitiva do resultado a alcançar, o movimento se relaciona ao que é vital para o sujeito, para as suas pré-ocupações, é acentuação subjetiva da ação (idem, p.179).

A atividade é formadora de novos movimentos que o sujeito descobre *a posteriori*; é da atividade que nasce o pensamento. Uma ação pode perder ou mesmo permanecer sem sentido, mesmo tendo sua eficácia. Em Leontiev, a atividade é somente um *rappor*t entre mobilização subjetiva e planificação cognitiva. E, na Clínica da Atividade, essas atividades ocorrem em gêneros de atividades (CLOT, 1999b; 2002; CLOT & FERNANDEZ, 1999; FAÏTA, 2005).

4.2- Bakhtin e a lingüística dialógica: diálogo, gênero e estilo

Clot (1999a) propõe a utilização do conceito bakhtiniano de *gênero* não apenas para falar de práticas de linguagem, mas sobretudo de um *gênero social de técnica*. Para o uso que dele faz a Clínica da Atividade, o conceito de gênero pode ser definido como dispositivo aberto de regras impessoais atrelado a um coletivo de trabalho que dele faz uso no operar com/sobre os objetos e nas trocas entre os sujeitos. Ele mesmo é histórico, posto que é constituído pela (e nas) trocas entre sujeitos, e entre estes e meio.

Postulando a existência de um hiato entre a organização prescrita do trabalho e o próprio sujeito, Clot denomina *gênero social do ofício* o trabalho de re-organização das tarefas pelos profissionais por meio do trabalho de organização do coletivo. É um saber-fazer compartilhado, que confere ao coletivo a segurança de não errar sozinho. O *estilo*, por sua vez, é o trabalho de ajuste do gênero para torná-lo instrumento de ação, sendo variante do gênero. É, por um lado, liberação do legado histórico e impessoal do gênero. Por outro, os diversos estilos renovam, enriquecem o gênero, além de poderem até mesmo chegar a construir novo(s), conforme ampliam seu raio de ação.

O sentido, em Bakhtin, é engendrado no diálogo. Isso significa, entre outras coisas, dizer que é engendrado na vida, no diálogo entre atividades — diálogo este que é harmonizado segundo gêneros. Essas regras não-escritas estão nos enunciados e nos

²⁶ Leontiev aponta que o sentido é engendrado pela vida, não pelo significado (CLOT, 1999a).

instrumentos produzidos, e essa instrumentação simbólica-técnica afeta as solidariedades de sua história passada ou porvir.

É necessário que os procedimentos cristalizados sejam chamados pelos esquemas sociais de utilização e devenham invariantes operatórias do sujeito, para que a ferramenta devesse instrumento real. Os pressupostos formais não devem pressupostos efetivos da ação nem por contaminação do sujeito pela ferramenta, nem sob efeito da resolução de um sujeito buscando realizar suas intenções.

Que lhe seja, ao menos, de aparência estável: a ferramenta de trabalho e o signo, enquanto tais, e mesmo as técnicas do corpo, à sua maneira, não pertencem espontaneamente ao mundo psíquico do sujeito, só pertencem após a *apropriação*. O que não é interiorização: quer descrever, o conceito *apropriação*, que a existência de formas cognitivas remonta à atividade do sujeito entre os outros. A interiorização da palavra é a exteriorização do pensamento, aponta Vigotski (1998). Signos e ferramentas, por natureza, não podem ter destinatário. Enquanto tais, eles não pertencem à pessoa em particular, não são endereçados a quem quer que seja, a não ser que sejam investidos pela atividade dos sujeitos que mobilizam o gênero ligado à situação.

Sem as trocas entre os homens, trocas estas também esperadas pelo gênero, não há uso possível dos traços cristalizados na morfologia social. O sujeito toma emprestados movimentos ao outro por um mecanismo de imitação prestigiosa, implicando sua participação na atividade realizada frente a ele ou com ele aos outros. *Os gestos se inscrevem no corpo como uma sintaxe porque ele tem confiança nos outros e porque eles têm autoridade sobre ele para a maestria do gênero apropriado* (CLOT, 1999).

O contato social entre as gerações, e de sujeito a sujeito, é de modo geral vital para que os artefatos e os esquemas técnicos não venham a se extinguirem. Eles podem ser descartados ou inaproveitados se as operações que lhe foram confinadas não forem ativadas ou convocadas para responder aos problemas do momento diante dos quais se vêem os homens. Isso remete diretamente ao conceito de zona de desenvolvimento potencial.

4.3- As duas zonas de desenvolvimento potencial

Para Vigotski, toda atividade supõe a presença de uma necessidade afetiva. O intelecto não pode ser explicado completamente por ele mesmo. A subjetividade – essa dinâmica da vida psíquica – não pode ser compreendida como um elemento original próprio e autônomo

isolado das condições reais de existência, como um fato que não pode ser modificado ao curso do desenvolvimento. Deve-se devolver o pensamento à vida: longe de ser um simples paralelismo de um exercício cognitivo e de um *transfer* afetivo, nosso pensamento se define em razão do fato de que ele age sobre o mundo. Ele participa como atividade interior, do processo de nossa atividade exterior.

Ele consiste em determinar nossa maneira de viver e nosso comportamento, em mudar nossas ações, em nos orientar, em nos liberar das dominações da situação concreta. É o curso dessa atividade no mundo com os outros homens que convoca – mas sem coincidência – o cognitivo e o afetivo, causa e efeito do desenvolvimento, mudando de lugar ao curso deste.

Para apoiar essa concepção, e a fim de testar a dependência dinâmica comum do intelecto e do afeto ao olhar da atividade vivente, Vigotski repete uma série de experiências realizadas por Kurt Lewin, modificando-as, contudo. O objeto da pesquisa eram processos de saturação no curso da atividade. Dá-se uma tarefa de desenho à criança. Quando a criança pára e mostra sinais de saturação e de reações negativas com relação a seu trabalho, tenta-se obrigá-la a prosseguir em sua atividade de modo a saber por quais meios seria possível obter isso dela. Foi possível, como ocorreu nas mesmas experiências tendo por sujeito crianças deficientes, retocar a situação trocando sucessivamente lápis por pincéis, papel por tela, giz de cera preto por giz colorido. Tudo isso para tornar mais atraente a situação e prolongar a atividade. Mas para a criança “normal” isso não foi necessário. Bastou modificar o sentido da situação, sem nada mudar nela mesma. Foi suficiente pedir à criança que interrompera seu trabalho que mostrasse à outra como se devia fazer. Tornando-se ela mesma pesquisadora e instrutora, a criança prosseguia o trabalho precedente, mas a situação assumira para ela um sentido inteiramente novo. Vai-se, então, privando a criança de todo o material que poderia tornar a situação mais atraente até deixá-la apenas com um lápis quase no fim. O resultado é digno de nota: o sentido da situação determinava totalmente, para a criança, a força da necessidade afetiva independentemente do fato de essa situação ir perdendo progressivamente todas as propriedades atraentes advindas do material e da manipulação direta dele. Dessa maneira, conseguiu-se influenciar, do alto, pela afetividade, o desenvolvimento da criança. A metamorfose do sentido produziu uma mudança na atividade da criança mesmo que o alvo da ação não tenha sido modificado. Percebe-se que a ação se realiza sobre um duplo fundo, operatório e intersubjetivo.

Extraem-se duas conclusões. A primeira é que a mudança da destinação e do destinatário da atividade é o recurso central e motriz do recomeço ou retomada da atividade. Essa atividade se desenvolve no interior de um conflito de que ela é mediadora. Trata-se de

uma atividade dirigida simultaneamente a seu objeto e à atividade dos outros que incidem sobre esse objeto. Trata-se de desenhar em primeiro lugar para o pesquisador e para si mesmo e, em seguida, de desenhar para mostrá-lo a outra criança. Em consequência, essa atividade é triplamente dirigida: para o objeto imediato da ação (o desenho), para o outro, e para o próprio sujeito. Cada uma dessas direções da atividade tem as outras como pressupostas. A criança não pode alimentar a expectativa de eliminar essas discordâncias, a única coisa que sua atividade pode fazer é mediá-las para eventualmente superá-las. Desse modo, embora seja correto destacar que a atividade é sempre mediatizada, deve-se acrescentar que ela é mediatizante. É, a atividade, voltada para o objeto e para os outros, que intervém sobre o mesmo objeto, uma atividade que intervém igualmente em suas relações e que pode, por outro lado, desenvolvê-las. A atividade é endereçada: transformada em instrutora, a criança está em uma posição subjetiva diferente que altera o sentido da situação a ponto de afetar, em cascata, por um efeito de ricochete, a organização de sua ação.

Em influência mútua com o outro, a criança torna-se instrumento da ação que não é mais a de desenhar, mas a de *mostrar*. Desenhar torna-se um meio de mostrar como se faz. E mostrar – e mesmo mostrar como se sabe – produz efeitos. Isso supõe, assim como permite, o interesse pelo desenho enquanto tal – em vez de interesse pelos artefatos atraentes que foram revitalizar uma atividade esgotada e que até então serviram para proteger a atividade de sua interrupção. Essas próteses²⁷ de mobilização subjetiva são abandonadas antes mesmo de serem materialmente retiradas do sujeito. Funcionais para manter de modo artificial uma atividade desinvestida, elas deixam de sê-lo quando a criança enfrenta uma atividade relançada pelo outro, o que faz a função psicológica dessas próteses se extinguir. Não podem ser mais os instrumentos da nova ação do sujeito, retornando à condição de artefato.

E o próprio desenho torna-se instrumento. Sim, devido às técnicas gráficas da criança para conseguir mostrar e que devem agora suportar a ação, organizá-la, realizá-la, e controlá-la. A ação não apenas dota a si mesma de novos instrumentos técnicos como passa agora a ser realizada pela linguagem, instrumento que substitui e sustenta os primeiros: mostrar é fazer e dizer, desenhar e comentar, é também responder a perguntas. A estrutura instrumental da ação passa a variar, e as gêneses instrumentais proliferam. A organização do sistema instrumental da atividade mediatizada é afetada pela atividade mediatizante em sua própria composição. O funcionamento do gesto pode deformar-se, reordenar-se. E os automatismos que eles

²⁷ Próteses posto que estão ali para suprir a carência de uma mobilização subjetiva já esgotada.

conservam, na qualidade de invariantes operatórias da ação, assumem funcionalidades novas geradas pelas finalidades renovadas da ação.

Esse exemplo basta para mostrar que considerar a atividade de um sujeito apenas um atributo pessoal advém de uma ficção científica. Pode-se concluir, a partir desse exemplo, a existência de duas zonas de desenvolvimento potencial.

A primeira é uma zona de desenvolvimento de capacidades cognitivas do sujeito pela mediação do outro que amplia o campo de exercício da eficiência do sujeito. A segunda é uma zona de desenvolvimento potencial das motivações da atividade que singulariza, desta vez, o domínio subjetivo da experiência. O desenvolvimento do curso da atividade parece, com efeito, duplo, garantindo o dinamismo das relações entre *mobiles*²⁸ e meios do sujeito. E isso de acordo com relações variáveis que fazem deles alternativamente ora causa, ora efeito do desenvolvimento psicológico. Como propõe Vigotski (*apud* CLOT, 1999b), o desenvolvimento não se sustenta em uma unidade substancial, mas de acordo com relações interfuncionais que não cessam de reverter a hierarquia entre as duas modalidades da vida psíquica.

Mantém-se a tese de uma dinâmica de ação alternativamente submetida a duas exigências psicológicas distintas: eficiência e sentido. Cada uma dessas duas tensões psíquicas se resolvem cruzando zonas de desenvolvimento potencial distintas, embora as duas tenham em comum o fato de sustentar a atividade de um sujeito mediante a atividade de outro ou de vários sujeitos.

Não há desenvolvimento de novos *mobiles* sem o desenvolvimento de novos meios de ação sobre o real, e vice-versa. Isso devido ao fato de que a travessia que o sujeito faz por uma zona de desenvolvimento da eficiência segue e precede alternativamente a travessia de uma zona de desenvolvimento do sentido. Dessas discordâncias surgem atividades e competências pessoais por vezes inesperadas. O possível não é produto da acomodação do sujeito proposta por Piaget, mas da interseção de atividades intercambiadas em torno do objeto — ou, mais precisamente, atividades intercambiadas que *constituem* o objeto, utilizando a contribuição de Berthoz (CLOT, 1999b, 2002). O que está envolvido aqui é, portanto, a potência da ação, e a situação desemboca, nesse caso, num eventual sofrimento. Mas os pressupostos da ação do sujeito não levam automaticamente ao êxito. É preciso que a ação se libere deles para que eles não a dominem. E a atividade é o sítio desta libertação.

²⁸ Cabe mencionar, aqui, o conhecimento de tradução mais recente para o português de Adail Sobral (CLOT, 2006). Foi dada a preferência por manter o vocábulo original, devido à riqueza polissêmica nele contida.

Assim, a Clínica da Atividade vai propor uma clínica dessas transformações utilizando não apenas a idéia de atividade, mas vai situá-la enquanto atividade dirigida.

4.4- A atividade dirigida

Atividade dirigida (AD) é o lugar do início de uma ação. Ação esta que é atada aos conflitos que a fazem nascer, conflitos nos quais se cruzam mecanismos de incitação e inibição das atividades. A atividade se encontra no universo das atividades do outro, universo do qual ela participa – e todo o trabalho consiste em se dirigir ao universo do outro, pois não se pode compreender a atividade de um sujeito a partir dele mesmo. A atividade de trabalho consiste em ultrapassar as contradições que existem no interior *de* e *entre* três pólos que constituiriam os diferentes e polifônicos pólos entre os quais surge a atividade: o si, o objeto, e os outros. Procura-se, então, compreender como os sujeitos escapam desses empecilhos gerados nesses pólos, restando ativo na situação.

4.4.1- Os três pólos da atividade dirigida: o si, o objeto e os outros

Cada pólo da atividade dirigida recebe conflitos incitadores dos outros pólos. A tarefa não traz explícitos em si os esquemas sociais de seu exercício, cabendo uma atividade de formulação do problema, para torná-lo executável. Prévio à atividade de formulação do problema, há um jogo de incitações e inibições que ainda não foram previstas pelo sujeito. Clot utiliza-se então, de Berthoz para apontar que a percepção de um *objeto* pelo cérebro não é uma interiorização de suas propriedades materiais. A percepção de um objeto é, sim, um ato suspensivo por oposição aos atos reflexos explosivos. “Percevoir un objet, c’est s’imaginer les actions qu’implique son usage” (CLOT, 1999a, p.103).

Os outros, por sua vez, não trazem explícito o sentido daquilo que eles fazem. O sentido surge nas trocas que eles mantêm entre eles, e também com o objeto que será necessário ao sujeito tratar. Nesse modelo, o sujeito busca compreender o que os outros pretendem fazer – seus alvos e seus movimentos reais –, aquilo que eles fazem, e também aquilo que eles não fazem. E o fará, conforme sua maior ou melhor maestria no gênero²⁹ da situação. O “objeto” é interiorizado graça aos outros e, o inverso, os outros se exteriorizam através do objeto de seus atos.

²⁹ Acerca da definição desse conceito, ver mais adiante.

É na atividade que se forjam o sujeito, o objeto e os outros. Mesmo o sujeito existe enquanto exposto às discordâncias dentre e entre os três pólos. Ele responde a essas discordâncias orquestrando-as, orquestrando também as potências de ação que os pólos fornecem e os obstáculos que se lhe opõem. O sujeito é solicitado por muitas forças, e deve organizar as exigências dos três pólos para evitar a ineficácia e o absurdo. Clot propõe o sujeito como um bloco de tempo e espaço heterogêneo, onde se combinam e se opõem os modos de significação que não podem se sobrepor. Cabe ao sujeito por a heterogeneidade a serviço da ação. A subjetividade aparece aí como necessária para compreender como os indivíduos inventam problemas e propõem soluções adequadas.

Escolher a atividade dirigida como unidade de análise é escolher o conflito como ponto de partida da pesquisa. Não se trata de um *estado*, mas um movimento desarmônico.. A atividade dirigida é uma unidade do desenvolvimento na qual apenas um equilíbrio transitório aparece no ponto de colisão entre muitos desenvolvimentos possíveis. Unidade esta na qual trabalhar é impedir de fazer o que reclamam, alternadamente, os três pólos da atividade dirigida; na qual trabalhar é buscar o equilíbrio transitório.

4.4.2- Atividade: o ponto de vista do desenvolvimento

Nesse movimento desarmônico, a *eficiência* da ação sobre o objeto – economia dos modos (meios) ao serviço de uma disponibilidade de ação – e o *sentido* da mesma para o sujeito se juntam e separam em todo o trabalho concreto. O *desenvolvimento* consistiria na invenção de novos modos de pôr o mundo social ao serviço de sua atividade.

O objeto é sempre situado ao cruzamento de muitas atividades outras, mais ou menos eficientes, entre as quais o sujeito deve optar para atender seus objetivos do momento. E, por ser sempre trabalho entre outros, o trabalho é, do ponto de vista do sujeito ou do outro, um fato de subjetividade e um fato social. E, ainda, este sujeito é diferenciado em:

- ocupações materiais, com suas leis e propriedades próprias, que dão (im)possibilidades para o sujeito;
- pré-ocupações sociais e subjetivas.

A atividade é sempre uma atividade em dialogia com as atividades do outro. O trabalhador busca, no trabalho, dar um caráter às múltiplas atividades das quais ele é o ponto de intercessão e dentro dos quais a sua atividade se refrata.

É sobre a influência desses diálogos sem frases com os destinatários de sua atividade e suas respostas presumidas que o condutor seleciona os meios técnicos que estão à sua disposição no gênero de situação. Agir é opor uma contra-atividade à atividade do outro.

Partir dos conflitos do sujeito nos deixa próximo ao seio dos objetos possíveis e, daí, voltados para a reconversão das atividades de concepção. O relacionamento inventivo do sujeito com o objeto fornece agora a ocasião de renovar o relacionamento dos outros ao objeto que é também o dele. A função do objeto não é uma propriedade intangível, mas provém de uma atribuição do sujeito.

A apropriação do signo social, de um enunciado tomado em um gênero discursivo, modifica a atividade de pensamento do sujeito, conferindo-lhe uma significação. Mas, em retorno, ele faz reviver esse enunciado e sua significação social por sua própria conta em circunstâncias singulares e segundo seu estilo próprio. A significação se alarga, ou se retrai em razão do fato que ela realiza a atividade de sujeitos em um gênero dado. Isso é verdade também para a ferramenta.

Do ponto de vista do sujeito, entre a significação social que os signos e as ferramentas têm no gênero e sua própria atividade, se desenvolve uma entidade mista. É um instrumento pessoal de ação, no sentido estrito do termo, quer dizer, com o qual – e sobre o qual – agir.

O lugar de um artefato (se trata, aqui de um meio material ou simbólico) não é uma característica própria, mas uma característica do sujeito. O artefato só ascende ao estatuto de instrumento no curso da ação. É, assim, o instrumento, entidade mista de sujeito e artefato. Há uma criação instrumental que é dependente da atividade do sujeito.

Instrumento resulta de uma dupla seleção:

- do artefato, das operações realmente necessárias a por em obra em uma classe de situações dadas;
- no sujeito, seleção dos esquemas solicitados para o uso do artefato nessa mesma classe de situações dadas.

Resta compreender as origens desse movimento de fronteira, que pode dar muitos lugares diferentes ao mesmo artefato. Distinguem-se duas fontes possíveis, que podem ser ligadas a um duplo cuidado:

- eficiência — quando se trata para um operador de uma economia de esforço (proximidade ou disponibilidade particular de uma ferramenta);
- eficácia — quando se trata de atender seus (do artefato) alvos e criando os meios para fazê-lo.

Mas, às vezes, o alvo principal é desvitalizado, e isso merece explicação adicional. Mas o alvo da ação – o problema – também não o é por si mesmo. A posição incitadora real que pode se tornar alvo, seu valor afetivo para o sujeito, são relativos a seu estatuto no seio das atividades sociais e pessoais que lhe mobilizam ou imobilizam.

O alvo prescrito da ação não é em si um convite aceitável no curso da atividade do sujeito. Esse alvo formal é investido ou desinvestido como alvo real pelo sujeito, que lhe dá ou recusa a função de responder ao convite das atividades que percutem nele.

Retomando um enunciado anterior, Leontiev aponta que o sentido não é engendrado pela significação, mas pela vida, ou seja, pelas ligações e conflitos entre alvo e movimentos. A ação não é neutra para o sujeito, é tomada por conflitos reais entre atividades.

Portanto, há não somente adaptações dos meios aos alvos existentes, mas a formação de novos alvos desempenhados pelos sujeitos. Isso porque lhes é vital conservar um sentido a suas atividades.

Enfim, a eficácia e a eficiência são efetivamente as regulações decisivas nas criações instrumentais. Mas é necessário acrescentar o sentido da ação para os sujeitos. A ação nasce dos relacionamentos de troca entre as atividades, nota Leontiev (*apud* CLOT, 1999a, 1999b). Isto é, nasce no ponto de colisão entre todas as atividades possíveis e impossíveis de um sujeito que a ação se condensa em torno de alvos a atender.

A ação não nasce do nada, é uma escapada simbólica. O sentido da ação devolve essa ação a seu interlocutor, ou seja, à corrente de atividades que ela ocupa. É o sentido da ação imediata que liga essa ação às atividades que atravessam, que liga os alvos e planifica o movimento que convida o sujeito a agir, mesmo à sua revelia. O sentido concerne não ao lugar do signo, ferramenta ou procedimento na ação, mas ao lugar da ação e de seus alvos no sistema de diálogo que define a atividade do sujeito (ele a ele, ele a outros, outros a ele). Toda atividade tem um destinatário que lhe seja endereçado, mesmo que esta troca tenha lugar entre as atividades de um mesmo sujeito.

Há também as dimensões subjetivas da ação. Se nós queremos reconhecer não só a forma operatória da ação (instrumentos, esquemas), mas o uso variado que faz o sujeito, faz-se necessário, assim, compreender os mecanismos sociais e psicológicos que fazem a força ou fraqueza da ação. É necessário procurar a chave no registro das trocas de atividade que anima a vida pessoal e social.

E é o gênero o que se intercala entre os objetos, os outros e o sujeito. E a atividade vai por meio dele. As relações entre o fluxo de atividades viventes e o gênero estabilizado que

elas podem mobilizar para se realizar são, em efeito, relações no curso das quais a aprendizagem se torna desenvolvimento.

Sancovschi (2005) aponta a existência, já apontada por Schneuwly (1999), de uma ambigüidade no conceito de desenvolvimento proposto por Vigotski. Essa ambigüidade é sustentada pelo conceito de apropriação, que sustenta ambas as variabilidade e estabilidade do psiquismo vigotskiano. Clot (1999b) utiliza a noção de sentido para conferir matizes mais claros ao pensamento de Vigotski, conforme demonstrado a seguir:

4.4.3- Interiorização e exteriorização no curso do desenvolvimento

Interior e exterior mudam de lugar no curso do desenvolvimento. São, alternativamente, fonte e recurso do desenvolvimento:

Il n'y a pas d'intériorisation sans extériorisation et le passage de l'intérieur à l'extérieur ne transforme pas moins, pour le sujet et pour les autres, l'objet et les moyens sociaux qu'il utilise, que le passage de l'extérieur à l'intérieur ne transforme le fonctionnement du sujet. Ainsi une fonction apparaît trois fois dans son histoire pour le sujet: au niveau social d'abord (interpsychologique), ensuite à l'intérieur du sujet (intrapyschologique) et de nouveau sur un plan social-personnel, (...) réveillée ou éteinte (CLOT, 1999b, p.122).

Os instrumentos disponíveis em um gênero são utilizados diferentemente por cada sujeito. Daí cabe a distinção, proposta por Leontiev, entre *significação social* e *sentido pessoal*. As significações sociais não são constantes no curso de um gênero. A apropriação do signo social, de um enunciado tomado em um gênero de discurso, modifica a atividade do sujeito ao conferir significação a esta. Mas, em retorno, ele faz reviver esse enunciado e a significação de sua própria maneira, em circunstâncias singulares e segundo seu próprio estilo. Assim, a significação alarga ou estreita em razão do que ela realiza nas atividades do sujeito em tal gênero. O mesmo vale para a ferramenta e seus usos. Do ponto de vista do sujeito, entre a significação social e a atividade, surge uma atividade mista. É um instrumento pessoal de ação, com o qual – e sobre o qual – se age.

As capacidades humanas são construções sociais, mas também são construções pessoais. Essa Psicologia do Trabalho proposta na Clínica da Atividade, ao conceber o trabalho como atividade coletiva transformadora dos objetos e do outro, torna o desenvolvimento uma história do desenvolvimento dos sujeitos, dos objetos, das significações, e suas relações. O que remete novamente à idéia da cognição engendrada pela vida cotidiana.

Weill-Fassina, Rabardel & Dubois (*apud* CLOT, 1999b) procuram alargar as pesquisas da cognição, situando os indivíduos em práticas que constituem sua atividade cotidiana. Para eles, as ações manifestam em fatos os processos pelos quais os operadores exploram, interpretam, utilizam e transformam seu meio. Assim, torna-se necessário compreender a subjetividade para abordar os problemas da significação para o sujeito. Busca-se compreender “comment les individus posent les problèmes et ‘inventent’ les solutions adéquates” (idem, p. 124).

Rabardel fez uma releitura desse tipo de proposta, por meio de uma re-leitura das catacreses³⁰ propondo uma gênese instrumental. Rabardel indica, com esse conceito, que não é suficiente que um uso não tenha sido antecipado ou previsto, imaginado ou prescrito para que haja desvio, deslocamento ou algum outro tipo de degradação.

Isso porque a situação não é definida somente pelo objeto – a função do objeto não é uma propriedade intangível, mas provém de uma atividade de atribuição do sujeito. O lugar de uma ferramenta na ação é uma característica do sujeito e não diretamente do artefato (CLOT, 1999b). Poder-se-ia dizer, mais longe, que o lugar de uma ferramenta na ação é uma característica da atividade do sujeito, não do sujeito. A existência da catacrese é indício do fato que os utilizadores contribuem para a concepção do uso dos artefatos. A execução exige uma re-concepção: “(...) l’action est tout autant, selon les circonstances (...), l’invention d’un but pour se défaire des contraintes de l’activité imposées” (idem, p.147). O artefato passa do uso prescrito ao uso efetivo por meio de uma “création instrumentale” (idem, p.125). O instrumento resulta de uma dupla seleção: no artefato, de operações necessárias para uma classe de situações; no sujeito, dos esquemas solicitados para o uso do artefato na mesma classe. Aponto, aqui, que esse movimento de assinalar a existência de uma relação complexa, de afetação recíproca, entre homem e máquina, perpassado ainda pelo social, pode ser percebido no conceito de agenciamento em Deleuze & Guattari (1995a).

Aparece, no pensamento de Rabardel, um trabalhador que utiliza o legado histórico, ultrapassando o mesmo. Cabe agora então explicitar um pouco mais essa dupla vida de invenção e legado.

A atividade porta sua história, posto que serve para predizer as conseqüências da ação futura, ao evocar as conseqüências da ação passada. O signo e a ferramenta, enquanto artefatos, são usos fossilizados, revelados pela vida dos gêneros nas situações em que eles acontecem, tornando perenes as atividades e suas relações.

³⁰ Por catacrese entende-se a torção do instrumento no sentido de construir novos modos de uso (CLOT, 1999).

Os procedimentos cristalizados são evocados pelos esquemas sociais de utilização e devêm, assim, invariantes operatórias, para que a ferramenta devenha instrumento. Os pressupostos formais não devêm pressupostos efetivos da ação pela contaminação do sujeito pelo artefato, nem por resolução do sujeito procurando realizar suas intenções. Há, na emergência dos pressupostos efetivos, uma co-construção implicando a troca entre os sujeitos, ao utilizar o gênero. Clot utiliza Mauss para explicar essa construção social da técnica (CLOT, 1999b).

O sujeito toma emprestados os movimentos do outro por um mecanismo de imitação prestigiosa, implicando sua participação na atividade realizada com os outros: “Les gestes s’inscrivent alors dans les corps comme une syntaxe parce qu’il a confiance dans les autres et qu’ils ont autorisé sur lui par la maîtrise du genre approprié” (CLOT, 1999b, p.166). Ferramentas e signos passam por esse processo. Eles só existem enquanto fatos psíquicos após a apropriação – o que não é interiorização. A existência dos mediadores no psiquismo revela a atividade psíquica do sujeito em meio aos outros.

Sem essa troca entre os sujeitos, todos utilizando o gênero de ofício, não haveria uso possível dos procedimentos cristalizados. O contato social entre as gerações é vital para que os artefatos e os procedimentos técnicos continuem harmoniosos (CLOT, 1999) —pode-se acrescentar, não somente entre gerações, mas entre todos os humanos. A perda da harmonia entre artefato e procedimento técnico pode ocorrer com a importação de tecnologia, por exemplo — o que não se trata de uma diferença de gerações, como apontam os estudos de Antropotecnologia, perspectiva criada por Alain Wisner para complementar a Ergonomia (SCHWARTZ, 2000). Se o gênero não é posto em diálogo para resolver os imprevistos do momento, ele cai em desuso, enquanto código³¹. Ou seja, o pressuposto operatório da ação não conduz diretamente à ação. A ação é ação de resolução de problema. Deve-se primeiro formular problema, e isso requer o convite ao outro, pois formular o problema encontra-se no sistema de atividades.

Mais la vitalité des organes culturels est excentrée. Elle n’est pas longée dans l’instrument mais, au travers des genres, engendrée ou perdue entre les hommes et en chacun d’eux. Or, ceux-ci n’échangent pas que des savoirs. Ils sont liés aussi par des intérêts, des mobiles, des affects et des émotions. Mauss parle très justement, à propos de l’emprunt du mouvement, des rapports entre réussite du geste, confiance et autorité sociale de l’autre (CLOT, 1999, p.167).

³¹ Pode-se considerar o gênero enquanto código (na acepção de DELEUZE & GUATTARI, 1995) na medida em que ele é um sistema de redundância, com maior ou menor abertura, que diminui variações do meio, tornando -o *habitável*.

Não se pode negligenciar essas outras dimensões, sob a pena de fazer da atividade um mero apêndice da cognição, isolando esta última dos fatores extracognitivos que nela interferem. Esse caráter dialógico do trabalhar consiste justamente naquilo que mantém o gênero vivo, posto que este só existe no – enquanto modo de – diálogo.

4.5- O exercício da atividade no diálogo entre atividades

O gênero profissional da culinária explicita aquilo que Clot (2002) aponta como um dos fundamentais traços da história do gênero —que se encontra situada não apenas em um tempo, mas em um território (poder-se-ia dizer *meio*, com Canguilhem). Esta história é elaborada na confrontação entre os diferentes modos, contrapontos necessários para a existência de variantes.

Cet espace-temps est ce qui définit alors le métier non pas seulement comme un exercice technique mais comme le *répondant* collectif qui unit secrètement – mais parfois aussi sépare et agite – ceux et chacun de ceux qui le pratiquent, qu'ils soient ou non de la même génération. Ce répondant assure la fonction diachronique du collectif (CLOT, 2002, p.35, grifo do autor).

Nessa perspectiva, o ofício devém o que Bakhtin denominou cronotopo. Entende-se por cronotopo o *respondente*³² profissional que, atravessando a atividade de cada um, forma um dado espaço-temporal à intersecção do passado e do presente. O genérico do ofício, quando existe – e é necessário definir as condições de sua existência – incorpora não somente a heterogeneidade contemporânea, mas também a totalidade aberta das vozes que continuam, vindas do passado, a falar no presente. Essa contaminação de linguagens, de técnicas (de corpo e de espírito), de palavras e coisas, unindo o passado ao presente, o mundo do predecessor ao contemporâneo em um diálogo muitas vezes inaudível, muitas vezes interrompido – mas sempre retomado – entre o passado e o futuro. O gênero recorda o passado quando o meio profissional transforma o passado em meio de viver o presente:

Le répondant – qui porte alors bien son nom – est frappé d'une plurivocauté structurelle, d'une hétéroglossie irréductible quand il est cette « mémoire pour prédire », pour reprendre la formulation de A. Berthoz (CLOT, 2002, p.35).

³² Esse vocábulo remete a conceitos-chave de Bakhtin. Sobral (2005) chama atenção de que, em *Para uma filosofia do ato*, o autor emprega, para designar *ato*, um termo russo que dá um sentido ativo e durativo, próximo de “façanha”, *ato concretamente em realização*, ou seja, ação concreta e intencional, praticado por alguém situado. Sobral destaca o caráter de *responsabilidade* e participatividade do agente. Quanto à responsabilidade, trata-se de um neologismo proposto por Sobral para dar conta de um conjunto envolvendo responsabilidade e responsividade, enfim, um responder responsável, envolvendo necessariamente um compromisso ético do agente. Neste sentido, entende-se aqui presente esse debate ao usar o termo *respondente*.

Pode-se pensar, à maneira de Bakhtin, que quanto mais um sujeito que trabalha tem pontos de contato com essas variantes, mais rico e mais flexível é seu manejo das técnicas e das linguagens de gênero. Ele melhor se prepara para lidar com o imprevisto e, sobretudo, torna-se preparado para converter “o desprazer da descoberta em prazer da descoberta”.

Essa reviravolta é sempre espreitada pelo fracasso quando se faz calar o respondente, fazendo fracassar primeiro a todos os meios mais ou menos intencionados na organização prescrita do trabalho, mas também àqueles que terminam por utilizar os agentes de maneira defensiva, na ilusão de se proteger. Quando é o segundo caso, a representação da cena de trabalho não pode continuar, e as personagens da peça previstas no programa esvaziam de energia que elas emprestam à ação. Elas ficam sem respondente, ao risco de precipitar os atores que os fazem viver dentro das catedrais de solidão que são as doenças psíquicas.

4.5.1- No teatro, a fixação do ato

No teatro, aponta Clot (2002), há um meio de prevenir-se contra essa situação. Trata-se do que se chama *ensaio*: repetição da peça, que auxilia os atores a resistir às eventuais perturbações – que sempre ocorrem. Há uma ambivalência nessa repetição. Nesses momentos, busca-se todo o possível de uma regra, desdobra-la, fazê-la ressoar em suas possibilidades, a fim de que a vida que se ensaia fixar com precisão não se esvaeça.

Pour que l'acte théâtral puisse se répéter finit par se constituer en appel aux clichés, il faut répéter longtemps... chaque acte répété finit par se constituer en “l'autre du même”, il produit donc aussi du nouveau. Le but de la répétition consiste à réaliser cet équilibre léger (BANU, *apud* CLOT, 2002, p.36).

Uma peça bem ensaiada é fácil de executar, após. Mas, se mal ensaiada ou ensaiada grosseiramente pelo ator, a fixação da personagem não pode tirar proveito da pluralidade de contextos dos ensaios. Ela se petrifica então em uma exatidão amorfa, o clichê, cárcere da atividade, estereótipo que destrói a performance.

4.5.2- Ensaio, modo de ato de consistência

O *ensaio* carrega uma ambivalência. Apesar de se distinguir da situação de apresentação, não é farsa, não é faz-de-conta. O ensaio é real. O que diferencia o ensaio da apresentação plena é que o primeiro faz uso do eterno diálogo entre atividades, mas sem inserir-se nele. Na verdade, o ensaio é uma parte do ofício que se insere no diálogo entre

atividades, destacando-se desse diálogo. O ensaio é a realização da atividade de modo a prescindir da presença do interlocutor, mas pressupondo essa mesma presença: ele está ali presente à maneira como Bakhtin coloca o problema – a pressuposição recíproca entre linguagem e linguagem (aqui, atividade e atividade).

Cabe acrescentar às análises de Clot (2002) que o ensaio trata não só de repetir a atividade, mas de dialogar sobre a atividade e de agir sobre o que foi dito. E mesmo agir para incitar o outro, quando há algo que não está ainda na ordem do dizível. O agir para submeter a própria atividade à percepção do outro. Não é a ausência concreta de um público que define o ensaio – até porque existe o ensaio aberto, quando o público o assiste. O que caracteriza o ensaio é, então, o fato de todos os trabalhadores compactuarem no sentido de poderem experimentar: eles sabem que, no ensaio, o meio vai variar; que todos vão experimentar diferenciar (o que vai contribuir com a variação no meio); sabem que essas variações vão suscitar-lhes variar também. E sabem que cada um tem uma postura de:

a) mostrar a atividade ao outro em confiança na apreciação do outro, mesmo sabendo que há possibilidade de errar;

b) manter particular zelo em relação à atividade do outro, no sentido de que sabe que haverá mais flutuações no meio;

c) *auxiliar os movimentos do outro, via alteração do meio*, quando os percebe —a apreciação é uma apreciação colaborativa.

E é essa postura – principalmente no que se refere à última alínea – que permite arriscar variar. Há uma ligeira —mas importante— mudança de sentido: a atividade é também meio da atividade de mostrar. E, ao fazer isso, a atividade torna-se objeto da própria atividade.

E, em algum momento, eles vão esbarrar com limites do gênero. E, quando esse limite do gênero for encontrado, serão trabalhadas, pelo coletivo, novas normas, novos regimes, abrindo os antigos limites do gênero.

Ensaio não é algo a ser feito (ensaiado), mas antes uma *maneira* de fazer. É uma maneira de fazer no qual está explícito um pacto de co-construção do gênero, no sentido de estendê-lo, esticá-lo ao máximo. E esse pacto remonta a um acordo social entre os trabalhadores. Essa maneira, esse *traço*-ensaio estaria presente em maior ou menor grau, de formas diferentes, em cada coletivo de trabalho, no decorrer de sua história enquanto tal. É traço justamente porque é uma característica que pode aparecer de diferentes modos e graus. Trata-se de um modo de articulação, não só de organização ou de conteúdo. É esse traço-ensaio que permite tornar cada situação uma tentativa, sempre no sentido da promoção das condições de abertura do gênero, das antigas normas.

4.5.3- Ensaio e cozinha

Na culinária, encontramos esse traço-ensaio, esse caráter da atividade, espalhado por todo espaço de trabalho. Na Cooperativa Arte Paladar, há poucos utensílios de cozinha. Os trabalhadores da limpeza têm de capturar algo da atividade dos cozinheiros. Isso porque eles têm de estabelecer prioridade, entre os utensílios, de ordem na limpeza. Essa captura se dá na observação, nos olhares que insinuam pedidos, nos pedidos – que se tornam cada vez mais escassos, posto que previstos.

Também os cozinheiros agem dessa maneira. A Cooperativa contava com apenas dois fogões de restaurante. Os diferentes artífices e auxiliares deviam coordenar seus gestos, de modo a não haver mais de um cozinheiro querendo utilizar o mesmo instrumento ao mesmo tempo. E, também, conforme apontado anteriormente, quando falado sobre o tempo do devir na cozinha, eles deviam coordenar as receitas de modo que não todas fiquem prontas no ponto certo, para que não haja alimentos frios, ou por fazer.

Cada atividade é refinada pelo olhar e pelo demonstrar-se ao outro. Não apenas o falar sobre sua atividade, mas também: o anunciar que ela será realizada; certos modos de se carregar uma fôrma que insinuam uma passagem, e se tornam um pedido que não precisa ser realizado (é percebido); anunciar a umidade do tempo; olhar de forma insinuada para um instrumento ou produto; perguntar onde está determinado instrumento ou produto (o que implica dialogar com as atividades que alteraram a situação anteriormente, quem quer que seja). O gênero se estende nesta improvisação de palavras e gestos.

Tudo isso significa o prazer da descoberta, da diferença. É aqui que a questão da atividade encontra a questão da inventividade.

4.6- Inventividade e atividade: um encontro possível

Regras canonizadas de trabalho serão sempre contornadas por cada trabalhador, caso contrário, o trabalho não será executado. A petrificação das normas de trabalho alia-se à transgressão, que significa não fazer o que se tem de fazer, contra a transmissão do que foi dito. E essa transgressão aumenta a instabilidade do gênero: toda variação que é realizada é necessariamente uma variação espúria e, portanto, deve ser escondida. Isso aumenta a carga de atividades do trabalhador (além de trabalhar, o trabalho de esconder o trabalho não conforme) e cria imprevistos no trabalho do outro, que, por sua vez, deverá agir da mesma

maneira. Ou, caso aceite as regras, não é possível utilizar os recursos psíquicos porque as regras impedem a variação, o que diminui o poder de agir, gerando esgotamento de trabalhador e para o trabalho.

A transgressão revela o enfraquecimento do gênero ou a petrificação do cronotopo. O estilo, por sua vez, revela a vitalidade do gênero, posto que torna este uma fonte da transformação potencial da regra.

A transgressão concerne à prescrição da tarefa, o estilo concerne aos antecedentes genéricos da atividade. Esse trabalho de re-organização do trabalho repousa em uma repetição da diferença.

La valeur de cet équilibre métastable se mesure à la quantité d'obstacles qu'il permet de vaincre face aux circonstances particulièrement changeantes du réel. La deuxième forme de répétition, où l'activité s'incarcère est une déliasion de celle-ci. Elle résulte d'une rupture désorganisatrice dans la série des répétitions du premier type où, à l'inverse, l'activité se transforme. C'est le sous-développement de la dernière — son amputation — qui endurecit la première jusqu'à retourner l'activité en passivité, coupant alors chacun de ses forces vives (CLOT, 2002. p.43).

Assim, Clot ainda acrescenta, a energia psíquica e o prazer de trabalhar encontram-se confiscados. Ele sugere que o sub-desenvolvimento de repetição do primeiro tipo gera repetição do segundo tipo. Torna-se perceptível, aqui, ressonâncias com o pensamento de Canguilhem a respeito das normas de valor propulsivo e as de valor repulsivo, respectivamente.

4.7- Inventividade e trabalho: um encontro imprescindível

O trabalho, não é, então, algo congelado, mas movimento. Pode ser pensado como história, sempre perseguindo, das relações com o real, para fazer o que se deve fazer. O aprendiz, nesse caso, é posto para tomar parte de uma história e de um trabalho de transformação de regras que já é levado por outros. Aqui, realiza-se a apropriação do gênero.

A experiência genérica não se transmite. Ela dura e perdura sob a forma de uma evolução ininterrupta a se perseguir e utilizar. Cada um recebe parte de experiências do gênero, cada um tomando o seu lugar na corrente de atividades. A atividade constrói-se dentro e escapando dessa corrente, apropriando-se do gênero profissional. Essa atividade não pode ser um sistema abstrato de normas idênticas a si, ela só existe enquanto imersa em uma

mutante corrente de atividades, em vitais contrapontos³³ em um meio de trabalho. Ela possui estabilidade, mas é sempre uma estabilidade provisória.

4.7.1- Repetição sem repetição

Mas, para montar uma postura, achar o lugar, entre essas dissonâncias sociais, a atividade pessoal percorre um grande caminho. O objeto pessoal não é o objeto social imediato. O objeto só o é quando o sujeito pode habitá-lo, descolando-se das atividades do outro. Atividades estas que também são atividades pessoais de alguém. A atividade é, então, sempre em diálogo com a atividade do outro. Há, dessa maneira, uma *repetição sem repetição*: nos diferentes contextos em que se experimenta *com* o outro, ocorre a composição de uma utilização pessoal do gênero. Ocorre, também, a invenção de ambos — trabalhador e meio de trabalho. É na repetição que se esboça a *consistência*, mencionada mais acima, e que está presente na categoria ritornelo.

4.8- A transformação do padeiro: a atividade dirigida

A cada inesperado no trabalho de Padeiro, ele era, até então, convocado pela terapeuta a “*falar sobre a sua angústia*”. Isso porque os profissionais que ali estavam eram profissionais de Saúde Mental. Acontece que as incitações vinham do trabalho, e os profissionais de Saúde Mental tinham como foco agir sobre a angústia do Padeiro, seus sentimentos. A nova situação de trabalho não era resolvida. Ela tornaria a se repetir, somada a outros inesperados, o que causava nova “angústia”³⁴ em Padeiro. Cabe aqui realizar uma digressão em direção ao conceito de *palavra de ordem*, forjado por Deleuze & Guattari (1995b). Eles criam esse conceito para explicar que a principal função da linguagem é *dar ordens*, incitar novas coordenadas semióticas. Não se comunica uma informação, se ordena às pessoas a agirem de determinada maneira, e “esta maneira” são as coordenadas. Quando se diz: “Não há farinha”, não se informa que falta farinha. Dá-se uma ordem para que haja como se não houvesse farinha. Convocar ao Padeiro que “fale de sua angústia” é dizer-lhe primeiro que esse falar sobre a angústia irá resolver as incitações. E ordenar-lhe que haja como se o problema fosse um problema interno dele. A ação sobre o sofrimento se repetiria, sem alterar

³³ Clot (2002) utiliza o termo *contradição*, substituído aqui pelo conceito de *contraponto*, que dá margem a pensar não apenas oposições, mas encontros, divergências, paralelismos.

³⁴ Aqui, no sentido de como o fenômeno de desestabilização do repertório de atividades de Padeiro era lido: como crise de angústia de um esquizofrêncio

a incitação que era geradora do incômodo por aquilo que restava enquanto limite do gênero. Isso produzia a cronicidade: era a falta de Padaria, enquanto gênero de ofício, que era crônica.

Cada situação não-resolvida era um novo inesperado que restava sem o domínio do gênero. E esse inesperado somava-se a outros inesperados não-resolvidos, aumentando a precariedade do gênero. Cabe agora explicar o ocorrido, agora acrescentando ao movimento o conceito de *atividade dirigida*.

Tudo começou com a conversa-de-homem. Na conversação cotidiana, conversa comum, foi possível tecer improvisações, palpites, perguntas, concordâncias – que acontecem em quaisquer conversas. Discordava-se, perguntava-se, informava-se, concordava-se. Seu discurso era autorizado, fora do gênero conversa-de-hospício: não era tornado objeto da atividade do outro. Nesse caso, o Padeiro não deveria ser o objeto da ação. Assim, pôde-se estabelecer uma prática languageira que não orbitasse a questão da “doença”. Isso lhe permitiu arriscar novas formas de ser *na* linguagem, o que implica arriscar novas formas de lidar com o outro. Com discurso autorizado, quer-se dizer que o mesmo não era tomado e interpretado enquanto sintoma, não era retirado da corrente dialógica da qual surgiu, e para a qual remete. O Padeiro pode, aos poucos, ter confiança para tratar de assuntos pessoais, e o fez não como psicótico, mas como simples humano, homem. Ele colocava problemas de homem, conforme supracitado. E, para isso, utilizava ferramentas de outros gêneros discursivos que não aqueles mobilizados pelo discurso do psicótico. Na construção do sentido, as experiências não estavam mais orientadas para tipos de sofrimento, mas para existências masculinas que orientaram a constituição de seu comportamento enquanto homem. Não era a doença, mas sim a vida comum, que era o eixo da constituição dos problemas. É esta conversa-de-homem, a origem do acordo social (aqui, tácito) descrito mais acima, quando acerca do ensaio.

Esse acordo social foi, pouco a pouco, transposto para a Cooperativa. A pessoa que conversava essa conversa comum foi para a padaria com ele. Quando incitado a descrever o que o afligia, dispunha de todo o repertório de atividades da conversa-de-homem. A calma do interlocutor e o fato de este permanecer com a mesma atitude durante esses eventos – ele (o interlocutor), leigo, não sabia nada de Padaria, e sua atitude contemplativa, quando perguntava, convidava a uma resposta semelhante em atitude. A postura do interlocutor tinha sido, até então, a de conversa amena, comum. E permanece a mesma: “o que está acontecendo aqui?” é a pergunta. O interlocutor solicita, enquanto leigo, respostas que pertencem ao gênero de ofício, pertencem à Padaria. Isso foi muito importante, porque, ao ser indagado enquanto padeiro, era-lhe suscitado construir sentido em um gênero de discurso que não

tivesse por eixo a questão da doença. A pergunta suscitava reflexões que passavam por seu conhecimento do gênero de ofício.

A fala foi solicitada a esmo, à exaustão. Isso porque o interlocutor — agora auxiliar — nada sabia de Padaria, e informou isso ao Padeiro. Pedia ao Padeiro que lhe *mostrasse o que acontece*. Tal pedido transforma o sentido da situação: a atividade de fazer pães está impedida, e seu gênero, precarizado. Mas a atividade de descrever encontra menos dificuldades em seu meio, pois há alguém que presta atenção para entendê-lo, alguém cuja atividade é procurar meios de melhor entendê-lo (e à sua atividade).

Ele pôde, com o auxílio dos saberes pertinentes ao gênero conversa-de-homem, elaborar a atividade de *mostrar*. Das primeiras vezes, eram necessários gestos, o que apontava para um conhecimento que ainda não estava organizado na palavra. Com o conhecimento que era constituído em consensualidade, o auxiliar realizava perguntas, a fim de colaborar na análise dos problemas de trabalho. E, novamente, atua a linguagem claramente no sentido proposto por Deleuze & Guattari (op.cit.): instalar novas coordenadas semióticas. Também Vigotski aponta que uma das funções do signo é auxiliar na ação sobre o outro (SCHNEUWLY, 1999). Ele estava agora na posição de instalar coordenadas semióticas no outro. Não estava fornecendo sinais para serem analisados (quadro sintomático), estava fornecendo coordenadas de ação. Essa foi uma importante mudança de sentido da atividade, pois ratifica a mudança de sentido exposta anteriormente: agora era alguém detentor/operador autorizado de um saber. E, nesse caso, por meio de um modo que abrange uma legitimação social maior: o ofício.

Essa construção de novos regimes de consensualidades foi seguida pela expansão dos mesmos: pois o “auxiliar de padeiro” visava não apenas entender, mas contribuir para sucessivas exposições do problema até que as mesmas ficassem bastante próximas dos usos comuns da linguagem. No exercício de descrever, Padeiro exercitava novos usos da linguagem.

Ao utilizar a linguagem para descrever as diferentes dificuldades, ele foi construindo novas formas de praticar a linguagem. As práticas languageiras entre os interlocutores foram se tornando práticas languageiras de ofício.

Mas, algo interessante aí ocorreu: o ofício voltou à vida. Quando nos colocávamos a descrever os problemas para, em seguida, descrever resoluções para os mesmos, aumentávamos o repertório do ofício. A figura do aprendiz-auxiliar (para além do auxiliar) que foi sendo engendrado e autorizado enquanto co-ator-autor do ofício serviu para colocar o ofício em movimento. O aprendiz-auxiliar colocava questões para ajudar a problematização,

questões que passavam pelas atividades dos outros. Ele tornava-se um conversor de agenciamento nesse momento: quando reabria, pelo diálogo, o ritornelo do ofício; quando, juntos, abriam, pelo diálogo, cada um seu repertório de atividades às atividades do outro. O objeto é modificado: torna-se agora mais imediatamente permeável à atividade de um outro, e, devido à natureza da atividade deste outro, mais permeável à atividade do próprio sujeito.

Com o repertório evoluindo, lidar com o imprevisto tornava-se uma coisa diferente, pouco a pouco. O uso da ironia e do sarcasmo, comum a ambos os interlocutores, junto ao exercício de linguagem e cotidiano, somado ao pacto do fazer comum, tornava cotidiana a emergência do imprevisto, assim como sua lida. De fato, a emergência era cotidiana, mas estava orientada sobre o eixo da doença, até então. E *emergência de crise* é uma coisa bem menos cotidiana que *imprevistos de trabalho*. Foram eliciados outros sistemas de atividade para lidar com o imprevisto de trabalho. E o desprazer da descoberta, *via mudança de sentido da descoberta*, tornava-se prazer da descoberta. A atividade de *mostrar* tornou-se atividade de *confeccionar*, atividade de fazer que não a anterior: agora, essa atividade abrange a problematização da situação, e sua conseqüente resolução. Tem-se, aqui, *um pleno fazer de padeiro*, um fazer que não se submetia às normas já construídas de seu conhecimento. Era, agora, um fazer que pressupunha sua própria ultrapassagem. Um saber que teria, então, menos necessidade de recorrer a outros saberes. De fato, dois meses depois, sua esposa diz-me que suas crises se haviam suspenso.

Falar, insinuar, escutar, ver, agir. A padaria torna-se mais profícua. Padeiro sente-se compromissado em dar algo em troca. E a atividade de *fazer* tornou-se atividade de *demonstrar*. Mas agora, a atividade de demonstrar está expandida: não é mais indicar coordenadas, mas ter certeza de sua propagação. Transmitir, *ensinar*. O cuidado de perceber, que tinha sido trabalhado quando da primeira mudança de *fazer* para *demonstrar*, adquire uma outra articulação: está agora voltada para algo que é do regime do prazer. A postura de ser aquele que passa as coordenadas semióticas (o que detém o conhecimento) toma consistência, nesse momento. O cuidado por passar e examinar também. As atividades perceptivas tomam mais importância, para que seja possível avaliar. As atividades languageiras tomam consistência, porque é necessário descrever, descrever os pormenores, descrever as *exceções e os inesperados*. E tornar linguagem conhecimentos eliciados no ofício da Padaria que estavam aquém – e além – do domínio da linguagem. Como, por exemplo, o ponto da massa, ou como se faz a massa. O auxiliar de padeiro, agora “aprendiz de padeiro”, iria interagir com o produto, o que complexificava a atividade de confecção dos pães. Mas, como se manteve o

mesmo tipo de contrato, o mesmo tipo de atitude descrita acima a respeito do traço-ensaio, foi facilitado o gradual estabelecimento de novas atividades.

Por fim, com a constituição de um patrimônio coeso; com uma postura que agora era não apenas de um padeiro, mas também de um mestre-de-ofício; e estando essa postura aberta para variações, o auxiliar/aprendiz tornou-se desnecessário, gradualmente. A figura do outro foi deslocando-se da conversa-de-homem para a o diálogo da padaria. E os dizeres e fazeres na padaria foram incorporando-se ao gênero profissional, codificando a presença do outro, prescindindo, assim, do auxiliar/aprendiz.

Em cada dia de trabalho conjunto, esteve presente aquilo conceituado acima como traço-ensaio: havia um apoio mútuo, em confiança mútua (mútua, sim, pois o auxiliar nada sabia de Padaria, nem havia entrado no circuito do ofício, como um aprendiz), fazendo do cotidiano uma tentativa de superação do dia anterior. Superação sim, mas com uma postura estética. *Experimentação* é um termo mais adequado, posto que essa superação acontecia em prazer, prazer da descoberta. Atuando em ensaio, cada um tornava mais maleável o meio do outro, e as normas cognitivas do vivente tornaram-se mais livres para expandirem-se, pois o meio estava menos inseguro. O meio tornou-se mais maleável, foi possível contornar as constantes normais de valor repulsivo, novas conexões foram experimentadas. É nesse processo que foi inventado um novo *si* e um novo mundo. As leis de funcionamento cognitivo de Padeiro foram modificadas. Portanto, muitas de suas mudanças não foram experimentadas objetivamente, porque não se tratava de novos modos de colocação do problema. Surgiram, concomitantemente, um novo sujeito cognoscente Padeiro e um novo mundo cognoscível por Padeiro.

Isso é válido também para o auxiliar/aprendiz, porque ele pode experimentar novas formas de atuação profissional, e experimentar novos modos de atuação. Sem, contudo, imediatamente perceber a mudança. Ambos experimentavam, ensaiavam, esticando o gênero de seus ofícios ao máximo.

E, assim, existiu, no trabalho de Padeiro e de seu auxiliar, um trabalho de reorganização do trabalho, que assegurava a transfiguração da organização do trabalho oficial, a fim de fazer face ao imprevisto. E fica claro, aqui, como afeto e cognição são, ora um ora outro, origem e causa do desenvolvimento, conforme apontado por Vigotski (*apud* CLOT, 1999b). Percebe-se como as diferentes funções de descrever e fazer tornaram-se, alternadamente, a função central do sistema de atividades “*confeccionar* pão”. Confeccionar pão era o significado que integrava aqueles gestos. Esse sistema de atividades passou por um diálogo visando à construção (e apropriação) de um gênero de ofício. Foi no diálogo que o

sentido daquele fazer (e do não poder fazer, do não fazer) pão foi modificado. O sentido foi engendrado pela vida.

4.9- A transformação do padeiro: a atividade dirigida e o ritornelo

A conversa-de-homem servira para auxiliar em um processo de reterritorialização, de (re)construção de regimes cognitivos – novos modos de lidar com o meio, regimes cognitivos que passavam pela vida cotidiana, com seus problemas cotidianos —que, por si, já são bem mais amplos que o meio restrito do manicômio. Em um espaço onde era considerado enquanto legítimo outro, foi mais fácil experimentar a linguagem. Padeiro não temia tornar-se delirante ou em crise (ou ser *interpretado* enquanto tal). Esse perigo estando fora das possibilidades de emergência de sentido, a situação torna-se menos perigosa. Isso já torna o falar mais fácil, posto que não é mais um fazer periclitante. Quando essa conversa-de-homem passou a versar sobre coisas de padaria, esse gênero (conversa-de-homem, que passa não só por meramente falar, mas também por escolher os temas, selecionar os assuntos, tocar o outro, enunciar piadas sobre os assuntos etc.) foi utilizado para atravessar o gênero Padaria, estilizando a Padaria, para enriquecê-la. Enriquecê-la utilizando um dos tipos de enunciados principais no gênero de conversa de homem, tipo de enunciado que é utilizado principalmente para introduzir um tipo diferente de amenidade: a pergunta. Solicitar descrição.

E esse descrever não era um descrever tão somente. Estava articulado, na última parte de seu processo, a uma linha de fuga que abria as possibilidades de aquela descrição não encerrar-se em si. Essa linha de fuga iniciava com uma pergunta: “o que podemos fazer para lidar com isso?”. Essa linha articulava-se com a atividade de fazer pães, posto que se tratava da descrição de gestos possíveis. Junto a isso, abriu-se a possibilidade de a atividade de *descrever* afetar a atividade de *fazer* pães, posto que o descrever re-abria as normas do *fazer*. E a atividade de *fazer* já afetava o *descrever*, porque o suscitava. Fizeram ritmo. Abriram aquele fazer para outra coisa: *confeccionar*, que é não apenas um fazer com base em regras rígidas, mas também falar sobre os limites do gênero. E re-abrir esses limites, no sentido de sua expansão. O confeccionar é um fazer inventivo.

Mudanças importantes constituíram o confeccionar. O falar, se constituindo enquanto território, abriu o código de normas do fazer. Porque falar sobre o imprevisto é falar sobre os limites desse código. O fazer se desestabilizou, abandonou antigas normas, se descodificou. *Descodificação que ocorreu correspondente a uma (re)territorialização*: habitar novamente a padaria, construir uma postura para lidar com as coisas, uma margem minimamente

sustentável de incerteza frente à infidelidade do meio. Ao mesmo passo, construíam-se novas normas. E a repetição tornou a fala, pouco a pouco, especializada. Diminuíram os assuntos que eram abordados. A conversa-de-homem cedeu a outro tipo de conversação, mais especializada. Com a invenção de novas normas, a atividade de Padeiro tornou-se mais potente, liberou-se daquele meio rígido que lhe era necessário para fazer os pães. *Desterritorialização* (da padaria) *que ocorreu correspondente à uma (re)codificação* (do ofício).

Durante as diversas vezes em que era executado o *descrever*, percebeu-se o atravessamento da atividade de Padeiro pela atividade de outros, e vice-versa. Na cotidiana sucessão dos afazeres, resolvendo os imprevistos (que estavam sempre atravessados pela atividade do outro), pôde-se constituir um conjunto de agires junto ao outro. E o mesmo aconteceu, no que se refere aos materiais e ferramentas. Compondo aquilo denominado anteriormente enquanto *contrapontos territoriais*, e, depois, *paisagens melódicas*, quando esses agires (aqui, os agires em relação à atividade do outro³⁵) estavam organizados entre si. E também os agires em relação a si tomaram organização, nessas problematizações-resoluções, formando os *motivos territoriais* e *personagens rítmicos*. O personagem é rítmico porque é o ritmo o que vem primeiro: a diferença entre as repetições periódicas dos meios. É, o ato do ritmo, o ato de existir enquanto sujeito, marcando diferença em relação àquilo que consiste enquanto alteridade. É, o ritmo, o primeiro a definir um sujeito cognoscente e um mundo cognoscível. É a partir da diferença que a estratificação sujeito-mundo é criada.

Isso descreve a diminuição de crises apontada pela esposa. Esses motivos territoriais e personagens rítmicos foram improvisados desde um inicial agenciamento territorial. Assim, o forjar de novas constantes construía normas que estavam voltadas sobretudo para a expansão da construção de sentido da situação para além do eixo-doença. E, como a crise, de angústia ou psicótica, é algo sempre além das possibilidades de ação do sujeito, o gênero de ofício presente no hospício não tem instrumental voltado para a produção, pelo sujeito, de novas práticas. A crise é o que resta de inacessível à cognição do sujeito. É a simples presença da conversa-de-homem que começa a produzir transformações: ele agora é um ser potente, dotado de conhecimentos, e capaz de agir no mundo. A conversa-de-homem pressupõe isso. E ela traz essas pressuposições em seu exercício.

Essa conversa-de-homem, quando no inicial *descrever*, abria o agenciamento territorial para um agenciamento social breve, acontecendo o forjar dos supracitados motivos

³⁵ Bem como os agires em relação ao objeto, que é sempre objeto em meio à atividade do outro.

e contrapontos. A figura do interlocutor pôde entrar no território. A função de fazer pães foi posta em jogo com a função de descrever. A função de descrever abre o agenciamento territorial para um agenciamento social – conversa-de-homem. Em repetição, *fazer* e *descrever* tornam-se, por contaminação recíproca, o sistema de atividades *confeccionar e descrever*. O confeccionar é um fazer com condições de reabertura, condições estas que implicam sua articulação com o descrever. Por fim, mas não menos importante: é nessas mudanças na atividade que o interlocutor tornou-se auxiliar.

Em contrato de consideração do outro enquanto legítimo outro em coexistência com alguém, Padeiro quis dar algo em troca: o segredo do ofício. O *descrever* deve tornar-se *ensinar*. Agora é o *descrever* que se abre, no jogo com o fazer, uma vez que sempre há um imprevisto, mesmo que o confeccionar já o tenha resolvido, cabe ao *ensinar* não apenas descrever, mas averiguar se a transmissão de coordenadas foi adequada. O agenciamento social reterritorializa-se no ofício. E o *confeccionar* abre-se de maneira interessante: deve *dizer* aquilo que não tem condições de ser dito: como amassar o pão, por exemplo. Isso já acontecia antes, quando do *descrever*, mas agora não é uma atividade que faz parte do ofício, mas que é constituinte do mesmo. O auxiliar tornou-se aprendiz – e Padeiro, mestre-de-ofício.

Fica claro, com o auxílio do conceito de ritornelo, que os dois movimentos distintos da Transformação do Padeiro (1º movimento, recuperação do gênero; 2º movimento, surgimento de outro gênero) correspondem a mudanças de *sentido* da atividade; Correspondem a movimentos de inventividade, o segundo mais visível que o primeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Findando a dissertação, pode-se ainda extrair da pesquisa realizada e do exposto nos capítulos anteriores algumas considerações acerca de diferentes questões. Elas serão apresentadas a seguir:

1. Sobre o tempo e o coletivo na cognição (e sobre a coletivização das normas de trabalho)

A situação inicial de padeiro é mantida por:

- Uma pressuposição (que é parte de uma problematização) de que a situação só poderia ser “problema mental de Padeiro” pelo gênero de ofício Saúde Mental.
- Procedimentos de cuidado (conseqüentes à pressuposição) que não permitiam ao padeiro construir sentido para a situação (construí-la para si), restando somente preencher um significado de um problema que não tinha sua participação em sua formulação.

Percebe-se, utilizando este caso, que incorporar os protagonistas da atividade do trabalho nos diagnóstico/resolução dos reverses do seu trabalho pode promover bastante diferença para ambos — trabalho e trabalhadores. E, conforme em trabalhos anteriores já havia sido assinalado (NOGUEIRA Fh, 2005), a coletivização do estabelecimento das normas é interessante para pensar um meio de trabalho que produza desenvolvimento de trabalho e trabalhador.

Padeiro pôde participar da construção de novas regras, uma co-produção ética. Portanto, estas ficaram mais harmonizadas com seu repertório de atividades anterior, pois este repertório foi levado em consideração na elaboração das regras.

E, sobretudo, ele levantou questões pertinentes a um conjunto de conhecimentos de que ele dispunha, e que não eram disponíveis ao gênero de ofício daqueles trabalhadores de Saúde Mental. O seu conhecimento, quando colocado em jogo por meio da conversa-de-homem, permitiu a formulação, por ele, de problemas que traziam em si as condições de sua resolução.

Isso permitiu o desenvolvimento da atividade de Padeiro, que criava novas normas para sua atividade ao descobrir e resolver novos problemas de ofício. Descobrendo, assim, um poder de (colocar e) resolver problemas na Padaria. Houve também o desenvolvimento da atividade do interlocutor, que ultrapassou as anteriores normas de seu ofício (de trabalhador de SM), no sentido de perceber as limitações deste. O trabalho também sofreu positivas

mudanças: houve aumento da produtividade e melhoria da qualidade, seu empreendimento³⁶ começou a se expandir naquele curto período.

E o desenvolvimento da atividade de Padaria promoveu desenvolvimento de suas outras atividades, via estilização. A atividade linguageira se refina no diálogo com o interlocutor, se especializa no diálogo com o então auxiliar, se expande no diálogo com o aprendiz (na própria invenção do aprendiz enquanto tal) – e desde antes, pois o anterior aumento de produção exigiu um aumento de vendas. Serviço vendas cuja atividade linguageira já se especializara no diálogo com o auxiliar. A atividade linguageira expandida, ele começa a falar no meio ambiente de trabalho, fazendo reivindicações, por exemplo. E esse negociar no trabalho – modalidade de debate de valores e normas – afeta o negociar na vida. Cabe assinalar que a revitalização da técnica e da atividade linguageira tiveram por incitação inicial o considerar o outro enquanto legítimo outro (ação de aceitação) na convivência, em coexistência com alguém, de acordo com o proposto por Maturana, na *Biologia do Amor* (MATURANA & VERDEN-ZÖLLER, 1993).

2. cognição e afeto em suas relações com o desenvolvimento

Este caso mostra também como afeto e cognição alternam-se no decurso do desenvolvimento, enquanto causa e efeito deste. E, o mais interessante, oferece pistas para compreender como os dois efeitos de problematizações se deram por uma mobilização afetiva, conforme já apontava Kastrup (1999). A cognição foi explicada pelo afeto, não por ela mesma: foi uma primeira mobilização afetiva posta em obra pela conversa-de-homem, que mudou o tônus afetivo da situação, tornando o que era crise um problema de trabalho. Conforme supracitado, o colocar em prática essa atividade de conversa suscitou uma experiência mais amena (e mais colaborativa) de construção de regimes de consensualidades.

Uma segunda mobilização afetiva foi posta em obra pelo aumento de produtividade e ganhos de Padeiro, conjugado à relação de estar em outro enquanto legítimo outro em coexistência com alguém. Existindo em profícua co-laboração, permitindo a aproximação do auxiliar em seu território, Padeiro quis dar algo em troca nessa colaboração. Para ele e(m) seu meio (seu conjunto de interações), o auxiliar nada ganhava nessa relação. Para Padeiro era isso o que acontecia. Ele não quis deixar as coisas assim, e a situação modificou-se: não era ele que sofria o risco de perder na relação, mas sim o outro que nada ganhava. Esse nada-

³⁶ Aqui, no sentido de empreendimento de ofício: pois o gênero Padaria foi liberando-se da Arte Paladar.

para-o-outro era insatisfatório para Padeiro. Propôs-se então a ensinar e a guiar. Segunda re-problematização. É nesse movimento que Padeiro entra em um devir-mestre-de-ofício.

3. Trabalho em Saúde Mental: limites do gênero, limites do uso do gênero

Outra pista a ser considerada é a de que os problemas de trabalho escapavam ao conhecimento do gênero Trabalho em Saúde Mental, enquanto transdisciplina em constituição, com seus pontos cegos. O trabalhar restava como um dos pontos cegos mais nevrálgicos. Quando ao patrimônio já existente foi agregado o ingrediente do saber *acerca do* trabalho, e com um saber *do* trabalho (Padaria), esses ofícios que compõem aquela transdisciplina em construção puderam colaborar para o crescimento de cada um desses gêneros.

4. Ensaiar o ofício

Padeiro inicialmente apresentava dificuldades não só no ofício, mas também no uso da fala (do enunciar), no sentido de usá-la de modo que os outros tenham facilidade de entender. Interessante, na operação da conversa-de-homem, é uma das mudanças nas trocas verbais entre as duas pessoas que dele participam: a primeira e grande mudança está na própria conversa-de-homem, pois consiste em tomar o discurso do outro enquanto tal, exercer/exercitar diálogo, não sufocar a potência de vida que existe no conversar. Consiste não em receber o enunciado enquanto objeto de análise, mas em tomá-lo enquanto esforço de diálogo, esforço de estabelecimento de sentido. Foi com o/no exercício do diálogo (antes inexistente) que qualquer mudança em seu diálogo tornou-se possível. E esse diálogo colaborativo ocorria mesmo – e sobretudo – fora da linguagem verbal. Agir voluntário sobre a atividade e sobre o repertório de atividades do outro. O exercício de tentativa, de ensaio, fez parte desde o início do processo, por meio do próprio processo de conversação. Esse *tentar* foi aos poucos se diferenciando de si, e articulando-se com aquele já existente na cozinha. Especificar as características desse modo, desse então chamado “traço-ensaio”, que torna todo fazer uma tentativa, torna-se tarefa interessante para compreender melhor o fenômeno estudado.

5. Outras pistas a serem exploradas

Ainda restam pistas que poderiam ser explorados. As que percebo são a apresentadas seguir:

- Este caso mostra a transformação de uma pessoa com diagnóstico de “esquizofrênico grave e crônico”. Cabe investigar as diversas possibilidades dessas pessoas com tão graves transtornos psíquicos, até aqui, na prática, compreendidas como impossíveis;
- A experiência colocada em análise nesta dissertação foi um “agir em” um processo de subjetivação, a co-produção de subjetividade junto a um sujeito singular, em toda sua história, suas estórias. Absteve-se do uso de seu quadro diagnóstico, e mesmo que fosse feito uso, nem seria possível realizar esta intervenção tendo somente o diagnóstico como base;
- Cabe ainda investigar as condições de trabalho do “Trabalhador de Saúde Mental”, para assim tornar possível uma análise profícua do fenômeno em análise. Isto remeteria, conforme Vigotski, a fazer uso de um dispositivo que o ponha em movimento, o provoque heurísticamente;
- As inúmeras emergências, incidências da Padaria enquanto grande gênero, aparições que não foram lidas enquanto tal pelo gênero trabalho em Saúde Mental. A pesquisa dessas manifestações da Padaria nesta experiência também cabe ainda investigar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARANTE, Paulo. *Loucos pela Vida. A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- BROSSARD, Michel. “Apprentissage et Développement: tensions dans la zone proximale...” In CLOT, Y. (org.) *Avec Vygotski*. Paris: Galimard, 1999.
- CANGUILHEM, Georges. “O que é a Psicologia?” In: *Epistemologia*, 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.104-123, n.30/31, Julho/Dezembro, 1972.
- CANGUILHEM, Georges. “Meio e normas do homem no trabalho”. In: *Pro-posições*, v.12, n.2-3, jul-nov, p.109-121, 2001.
- _____. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CAPONI, Sandra. “Georges Canguilhem y el estatuto epistemológico Del concepto de salud”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol 4., n.2, p.287-307, jul.-out., 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar/ Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CLOT, Yves. “De Vygotski à Léontiev via Bakhtine”. In CLOT, Y. (org.) *Avec Vygotski*. Paris: Galimard, 1999a.
- _____. *La fonction psychologique du travail*. Paris: PUF, 1999b.
- _____. “Le normal et le pathologique em psychologie du travail”. In: LE BLANC, Guillaume (org.). *Lectures de Canguilhem*. Lion: ENS Éditions, 2000.
- _____. “Clinique de l’activité et répétition”. In: *Cliniques méditerranéennes*, n. 66, p. 31-53, 2002.
- _____. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CLOT, Yves & FERNANDEZ, Gabriel. “Mobilisation psychologique et développement du ‘métier’”. In BERNARD, Jean-Luc; LEMOINE, Claude. (orgs.) *Traité de psychologie du travail et des organisations*. Paris: Dunod, 1999.
- DEJOURS, Cristophe. *O Fator Humano*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.
- _____. “Inteligência operária e organização do trabalho: a propósito do modelo japonês de produção”. In: HIRATA, Helena (org.). *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo: Edusp, 1993.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1990.
- _____. *O Bergsonismo*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

- DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. *Mil platôs -capitalismo e esquizofrenia*, vol.1. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995a.
- _____. *Mil platôs -capitalismo e esquizofrenia*, vol.2. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995b.
- _____. *Mil platôs -capitalismo e esquizofrenia*, vol.4. Rio de Janeiro, Editora 34, 1997.
- DESVIAT, Manuel. *A Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- FAÏTA, Daniel. *Análise dialógica da atividade profissional*. Rio de Janeiro: Imprinta, 2005.
- FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In DREYFUS, H.I. e RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FRANÇOIS, Frédéric. “Mot et dialogue chez Vygotski et Bakhtine”. In: In CLOT, Y. (org.) *Avec Vygotski*. Paris: Galimard, 1999.
- FURLAN, Vera Irma. “O Estudo de Textos Teóricos”. In: CARVALHO, Maria Cecília M. de. *Construindo o Saber*. Campinas: Papirus: 1991.
- GALLIO, Giovanna; CONSTANTINO, Maurizio. “François Tosquelles: a escola de liberdade”. In: LANCETTI, Antonio. *Grupos e Coletivos. SaúdeLoucura 4*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- GUATTARI, Félix. *O inconsciente maquínico*. Campinas: Papirus, 1988.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GUÉRIN, F.; LAVILLE, A.; DANIELLOU, F.; DURAFFOURG, F.; KERGUELEN, A. *Compreender o trabalho para transforma-lo: a prática da ergonomia*. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda., 2001.
- KASTRUP, Virgínia. *Autopoiese e subjetividade: Sobre o Uso da Noção de Autopoiese por G. Deleuze e F. Guattari*. Revista do Departamento de Psicologia-UFF, v.7, nº 1, p.86-98, 1995.
- _____. *A invenção de si e do mundo: Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Campinas: Papirus, 1999.
- _____. *Sobre livros e leitura: algumas questões acerca da aprendizagem em oficinas literárias*. Revista do Departamento de Psicologia-UFF, v.12, nº 1, p.65-84, 2000.
- LIMA, Elizabeth Araújo. “Oficinas e outros dispositivos para uma clínica atravessada pela criação”. In: COSTA, Clarice Moura; FIGUEIREDO, Ana Cristina. (Org.). *Oficinas Terapêuticas em Saúde Mental*. Cadernos do IPUB, v.1 , p. 59-81, 2004.
- LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo. *Repensando o encontro entre trabalho e terapia*. Dissertação de Mestrado, IMS/UERJ, 1996.

- MAIRESSE, Denise; FONSECA; Tânia Mara Galli. “Dizer, escutar, escrever: redes de tradução impressas na arte de cartografar”. In: *Psicologia em Estudo*. Maringá, v.7, n. 2, p.111-116. jul./dez. 2002.
- MATURANA, Humberto; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia*. São Paulo: Palas Atena, 2004.
- NICÁCIO, Fernanda; KINKER, Fernando Sfair. “O desafio de viver fora: construindo a Cooperativa Paratodos”. In: HENRIQUES, C.M.P.; CAMPOS, F.C.B.. (Org.). *Contra a maré, à beira mar: a experiência do SUS em Santos*. 1 ed. São Paulo, v. , p. 121-131, 1996.
- NOGUEIRA Fh., Irapoan. *Por uma Psicologia da invenção: a experiência do trabalho para pessoas “portadoras de graves transtornos psíquicos”*. Monografia de graduação em Psicologia. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da UERJ, 2005.
- ROSA, Lucia Cristina dos Santos. “Os saberes construídos sobre a família na área da saúde mental”. In *Serviço social e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1, n. 71, p. 138-164, 2002.
- SANCOVSCHI, Beatriz. *Sobre a aprendizagem: ressonâncias entre a abordagem enativa de F. Varela e a psicologia histórico-cultural de L. Vygotski*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da UFRJ, 2005.
- SARACENO, Benedetto. *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto Franco Basaglia, 1999.
- SCHNEUWLY, Bernard. “Le développement du concept de développement chez Vygotski”. In: CLOT, Y. (org.) *Avec Vygotski*. Paris: Galimard, 1999.
- SOUZA, Solange Jobim e. *Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. Campinas: Papirus, 1994.
- SCHWARTZ, Yves. “A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes”. In: *Trabalho & Educação*, n. 7, p. 38-46, 2000.
- SOBRAL, Adail. “Ato / atividade e evento”. In: BRAITH, Beth (org.) *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- VIGOTSKI, Lev Semionovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)